

UNIVERSIDADE DE UBERABA - CAMPUS UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL (PPGPE)

**ADELITA PFEIFER PIMENTEL**

**DISCIPLINAS ELETIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO  
EM MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE**

UBERLÂNDIA - MG

2024



**ADELITA PFEIFER PIMENTEL**

**DISCIPLINAS ELETIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM  
MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Mestrado Profissional (PPGEP), da Universidade de Uberaba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Básica- Fundamentos e Planejamento

Orientador: Prof. Dr. Cilson César Fagiani.

Área de Concentração: Educação.

UBERLÂNDIA - MG

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

P649d Pimentel, Adelita Pfeifer.  
Disciplinas eletivas na implementação do novo ensino médio em Minas Gerais e seus impactos no trabalho docente / Adelita Pfeifer Pimentel. – Uberlândia (MG), 2024.  
153 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Educação Básica: Fundamentos e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Cílon César Fagiani.

1. Educação básica. 2. Ensino médio. 3. Trabalho docente. 4. Professores – Formação. 5. Currículos. I. Fagiani, Cílon César. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 373

**ADELITA PFEIFER PIMENTEL**

**DISCIPLINAS ELETIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO  
MÉDIO EM MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE**

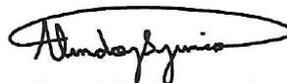
Dissertação/Produto apresentada ao Programa de Pós – Graduação Profissional em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 12/08/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cílson César Fagiani  
(Orientador)  
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Arlindo José de Souza Júnior  
Universidade Federal de Uberlândia-  
UFU



Prof. Dr. Sandra Gonçalves Vilas  
Bôas  
Universidade de Uberaba – UNIUBE



*Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.*



## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que com sua graça me iluminou nesta caminhada.

Ao meu esposo Renato, pela compreensão durante meus momentos de ausência e reclusão, e uma menção especial de amor ao meu filho Henrique, cuja inspiração e motivação foram essenciais para este trabalho.

Aos meus pais, Paulo e Alice, pela minha criação e por tudo que me ensinaram sobre a vida.

A todos os familiares que torceram pelo meu crescimento e sucesso.

Ao professor Dr. Cilson César Fagiani, pela orientação, incentivo e aprendizado.

Aos professores, Dra. Sandra Gonçalves Vilas Boas e Dr. Arlindo José de Souza Júnior, pelas contribuições na banca de qualificação e por gentilmente disporem de seu tempo para avaliar meu trabalho.

Aos companheiros de jornada do mestrado, pelos diálogos reconfortantes e inspiradores.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Mestrado Profissional (PPGEP) da Universidade de Uberaba, pela dedicação esmerada à Educação, ao Programa e aos discentes.

Agradeço a todos os mencionados e àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.



*“Estamos, pois, num contexto em que, como dizia Gramsci, trata-se de uma luta entre o novo que quer nascer e o velho que não quer sair de cena.”*

*Dermeval Saviani (2003)*



## RESUMO

A presente pesquisa aborda e analisa a implementação das disciplinas Eletivas apresentadas pelo estado de Minas Gerais no contexto do Novo Ensino Médio, refletindo sobre o impacto no trabalho docente. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Mestrado Profissional (PPGEP), da Universidade de Uberaba, e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação e as Transformações Sociais Globais. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental com busca de dados públicos e sistematização dos mesmos; a abordagem é quali-quantitativa. Adota-se a metodologia epistemológica dialética na busca de compreender aspectos do Ensino Médio articulados ao contexto histórico, econômico, político e social brasileiro. Como problema de pesquisa, considera-se a fragilização do trabalho docente diante de uma reforma impositiva e desarticulada com a formação docente especificamente quanto as disciplinas Eletivas propostas pelo Novo Ensino Médio. A revisão de literatura sobre as políticas educacionais oferece suporte teórico essencial à problematização das políticas educacionais no contexto das reformas empregadas no Ensino Médio, a partir da década de 1970, colocando em evidência a atual proposta de reforma para essa etapa de ensino, a Lei nº 13.415/2017. Dialogamos com autores como Ciavatta (2005), Cury (1998), Fagiani (2018), Ferreti (2018) Kuenzer (2010), Ramos (2001, 2022) e Saviani (1994, 2005, 2007). Após a análise do currículo escolar e o estudo da concepção de qualidade da educação em que se baseia o Novo Ensino Médio observa-se práticas pedagógicas que não são neutras, mas que apontam para um projeto educacional que têm uma intencionalidade e está a serviço de interesses ideológicos, políticos e econômicos da classe dominante. Considera-se principalmente os desdobramentos da reforma para o trabalho dos professores, pois a Lei nº 13.415/2017 reflete ainda na organização curricular, na prática docente para desenvolver novas disciplinas, na distribuição de aulas e composição dos cargos dos professores, e permite a convocação de pessoas sem a formação docente. Problemas relacionados ao trabalho docente são perceptíveis. Destaca-se a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos professores, o que inclui uma infraestrutura escolar adequada, remuneração justa e uma carreira docente valorizada. Como produto desta pesquisa foi desenvolvido um Boletim Informativo que aborda aspectos críticos e reflexivos sobre as políticas educacionais em curso, proporcionando aos educadores, gestores, alunos e demais interessados uma compreensão mais ampla e contextualizada das mudanças em curso no Ensino Médio em Minas Gerais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Básica; Novo Ensino Médio; Eletivas; Formação e Valorização Docente; Trabalho Docente.



## ABSTRACT

This study examines and analyzes the implementation of elective subjects introduced by the state of Minas Gerais within the framework of the New High School Curriculum, reflecting on its impact on teaching practices. The research was conducted within the Professional Master's Degree Program in Education (PPGEP) at the University of Uberaba and is associated with the Research Group on Work, Education, and Global Social Transformations. It is a bibliographic and documentary study that involves the collection and systematization of public data, employing a qualitative and quantitative approach. The dialectical epistemological methodology is adopted to understand aspects of high school education in relation to the Brazilian historical, economic, political, and social context. The research problem focuses on the weakening of teaching practices due to an imposed and disjointed reform, particularly regarding the elective subjects proposed by the New High School Curriculum. The literature review on educational policies provides essential theoretical support for problematizing the educational policies in the context of high school reforms since the 1970s, highlighting the current reform proposal, Law No. 13,415/2017. The study engages with authors such as Ciavatta (2005), Cury (1998), Fagiani (2018), Ferreti (2018), Kuenzer (2010), Ramos (2001, 2022), and Saviani (1994, 2005, 2007). After analyzing the school curriculum and studying the concept of education quality underlying the New High School, it is observed that pedagogical practices are not neutral but align with an educational project serving the ideological, political, and economic interests of the dominant class. The research primarily considers the repercussions of the reform on teachers' work, as Law No. 13,415/2017 impacts curriculum organization, teaching practices for developing new subjects, class distribution, and staffing, allowing for the hiring of individuals without teaching qualifications. Issues related to teaching practices are evident. The study emphasizes the need to improve teachers' working conditions, including adequate school infrastructure, fair remuneration, and a valued teaching career. As a product of this research, an Informative Bulletin was developed, addressing critical and reflective aspects of ongoing educational policies. This bulletin aims to provide educators, administrators, students, and other stakeholders with a broader and contextualized understanding of the ongoing changes in high school education in Minas Gerais.

**Keywords:** Basic Education; New High School Curriculum; Elective Subjects; Teacher Training and Valorization; Teaching Practices.



## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

A-B-C-D-E-F-G-H-I-J-K-L-M-N-O-P-Q-R-S-T-U-V-W-X-Y-Z

---

Art.	Artigo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEB	Câmara de Educação Básica
CEEMG	Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
CREM	Currículo Referência do Ensino Médio
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FMI	Fundo Monetário Internacional
FICs	Formação Inicial e Continuada
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino médio
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto



PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SRE	Superintendência Regional de Ensino



## LISTA DE QUADROS

---

Quadro 1 - Legislações que ratificam a pesquisa sobre o “novo ensino médio”, “eletivas”, e “trabalho docente”.....	27
Quadro 2 - Produções publicadas acerca do tema: “novo ensino médio”; “eletivas”; “trabalho docente”.....	33
Quadro 3 - Anexo III Catálogo de Eletivas 2024.....	97
Quadro 4 - Eletivas em Minas Gerais e as Macroáreas dos Temas Contemporâneos Transversais.....	105
Quadro 5 - Eletivas em Minas Gerais não relacionadas às Macroáreas dos Temas Contemporâneos Transversais e Eletivas identificadas como interdisciplinares.....	105
Quadro 6- Quadro de habilitação Eletivas para aplicação no ano de 2024.....	110



## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 - Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2022.....	83
Figura 2 - Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2023 Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias.....	86
Figura 3 - Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2023 Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias.....	87
Figura 4 - Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2023 Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Matemática e Suas Tecnologias.....	88
Figura 5 - Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2024 Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias.....	90
Figura 6 - Temas Contemporâneos Transversais na BNCC - Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos 2019.....	103



## LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1 - Distribuição de aulas dos professores que ministram “Redação para o ENEM” manhã 2022.....	115
Tabela 2 - Distribuição de aulas dos professores que ministram “Educação Financeira” manhã 2022.....	116
Tabela 3 - Distribuição de aulas dos professores que ministram “Redação para o ENEM” manhã 2023.....	118
Tabela 4 - Distribuição de aulas dos professores que ministram “Preparação para o ENEM Matemática” manhã 2023.....	121
Tabela 5 - Distribuição de aulas dos professores que ministram “Redação para o ENEM” manhã 2024.....	126
Tabela 6 - Distribuição de aulas dos professores que ministram “Preparação para o ENEM Matemática” manhã 2024.....	130
Tabela 7- Síntese sobre as eletivas mais escolhidas entre 2022 e 2024 e os impactos na carreira e trabalho docente.....	136



## LISTA DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1 - Escolha das Eletivas por Turma (1º Ano) 2022.....	100
Gráfico 2 - Escolha das Eletivas por Turma (1º e 2º Ano) 2023.....	101
Gráfico 3 - Escolha das Eletivas por Turma (1º, 2º e 3º ano) 2024.....	102



## SUMÁRIO

---

MEMORIAL .....	16
<b>1</b> INTRODUÇÃO .....	20
1.1 TEMA .....	23
1.2 JUSTIFICATIVA .....	23
1.3 OBJETIVOS .....	25
1.3.1 Objetivo geral .....	25
1.3.2 Objetivos específicos .....	25
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	25
1.4.1 Discussão de trabalhos referentes ao tema .....	32
<b>2</b> ELETIVAS NO NOVO ENSINO MÉDIO .....	57
2.1 Contextualização da Educação Brasileira- Principais legislações do sistema educacional do país voltadas para o ensino médio a partir da década de 1970 .....	58
2.1.1 Contextualização da reforma do ensino médio .....	66
2.2 A dualidade do ensino nas redes de ensino privada e pública .....	69
<b>3</b> ELETIVAS NO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS .....	75
3.1 As Eletivas na cidade de Uberlândia - oferta e escolha de 2022 a 2024.....	92
3.1.2 Os Catálogos das Eletivas: anos 2022, 2023 e 2024.....	93
3.1.3 Escolha das Eletivas no âmbito da cidade de Uberlândia anos 2022, 2023 e 2024.....	99
<b>4</b> HABILITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DOCENTE E COMPOSIÇÃO DE CARGOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ELETIVAS EM UBERLÂNDIA.....	109
<b>5</b> CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	140
REFERÊNCIAS .....	142
APÊNDICE .....	148



## MEMORIAL

O memorial tem como objetivo para compartilhar um pouco das minhas experiências pessoais e profissionais como uma forma de expressão e busca de autoconhecimento. Admito que a jornada foi desafiadora, especialmente ao desempenhar múltiplos papéis, além do de pesquisadora, o de mãe, esposa, filha, dona de casa e profissional. Revisitar o passado foi um exercício exigente.

Para Larrosa (2002), o saber de experiência é a forma mais profunda e verdadeira de experienciar a vida e adquirir conhecimento, uma vez que somente aquilo que vivenciamos nos toca profundamente e nos transforma em seres humanos mais sensíveis e conscientes.

Nossas identidades e histórias pessoais são construídas continuamente ao longo da vida, e essa compreensão da natureza dinâmica da memória tem implicações importantes para a forma como interpretamos e julgamos nossas experiências ao longo do tempo.

Nesse sentido, Severino (2002) ressalta que o memorial não deve se tornar nem uma peça de autopromoção exagerada, nem um exercício de autodepreciação. Seu objetivo é retratar com precisão e honestidade a jornada vivida, que inevitavelmente envolve altos e baixos, conquistas e perdas. Ao relatar nossa história de vida com autenticidade e um olhar crítico, podemos encontrar nela nossa melhor referência para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Nascida em Uberlândia, no ano 1976, a terceira de quatro filhos, cursei meus estudos em educação básica em escolas estaduais do município de Uberlândia, com exceção da 1ª série do Ensino Fundamental que foi cursada em uma escola privada, o extinto Instituto Rio Branco.

Minha mãe é e sempre foi a principal incentivadora nos meus estudos e vida profissional. Sempre ouço dela frases de incentivo e de como sou capaz de ir muito além do que imagino.

Considero-me uma pessoa introspectiva, porém muito observadora e reflexiva. Sou muito do escutar e pouco no falar. Trabalho e funciono bem assim, até mesmo no convívio familiar.

Sempre gostei de ler e gosto de aprender por isso sempre estou em busca de novos conhecimentos, aqui incluo também o autoconhecimento.

O Ensino Médio foi cursado dos 14 aos 16 anos, no início da década de 90, os dois últimos anos no período noturno, pois aos quatorze anos já trabalhava como auxiliar em uma escola de educação infantil.

Nessa época, já começaram a surgir questionamentos sobre o papel da escola e do Ensino Médio na formação dos jovens, uma vez que a realidade social em que estava inserida já demonstrava contradições. Observava que nem todos meus colegas de turma teriam condições

de concluir seus estudos no nível médio e que nem todos tinham os mesmos interesses ou condições para prosseguir em cursos superiores, isso porque outras necessidades relacionadas à existência e ao pertencimento na vida social, como o trabalho, tornavam-se mais urgentes do que o foco exclusivo nos estudos.

Foi ao longo do Ensino Médio que adquiri uma base de conhecimento e habilidades que me capacitaram a compreender e analisar questões sociais, econômicas e políticas. Reconheço a importância de ter tido ótimos professores que ajudaram em meu despertar de consciência crítica, social e política; e que impactaram positiva e significativamente em minha formação.

Casei-me aos 17 anos, no final de 1993 e mudei-me para a cidade de Vitória, Espírito Santo, e lá residi por quatro anos. Recém egressa do Ensino médio, trabalhei como secretária em um escritório de advocacia e logo depois em um consultório médico.

Em 1998, regressei à cidade de Uberlândia e iniciei um cursinho pré-vestibular no período noturno. Naquela época específica, meu objetivo principal era ingressar na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), instituição de ensino superior pública e gratuita e que ofertasse cursos de graduação no período noturno, já que precisava trabalhar.

Em 1999, prestei o vestibular e iniciei no curso noturno de Letras na Universidade Federal de Uberlândia, onde me licenci em Língua Portuguesa e Francesa. Posteriormente, especializei-me em Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade Católica de Uberlândia, também em curso noturno e aos sábados. Durante dez anos, atuei como professora alfabetizadora em uma escola particular no município de Uberlândia. Em 2007, conciliando o trabalho vespertino na escola privada, e o papel de mãe de um bebê de 10 meses, passei a integrar a rede estadual de Minas Gerais como professora de Língua Portuguesa contratada no período noturno, ministrando aulas para turmas do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio.

Enquanto professora, tenho memórias gratificantes, tanto dos alunos das turmas de alfabetização os quais davam os primeiros passos no mundo das letras e como também dos alunos do noturno, em sua maioria trabalhadores que estudavam à noite para concluírem os estudos no Ensino Médio em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Por muitas vezes reconheci minha trajetória nas histórias de vida desses alunos.

Em 2010, fui aprovada em concurso público e passei a integrar a Prefeitura Municipal de Uberlândia como assistente administrativo, deixando a licenciatura. Essa experiência foi crucial para adquirir conhecimentos acerca do funcionamento de uma secretaria escolar, que, ainda hoje, utilizo em meu trabalho enquanto inspetora escolar.

Em 2012 prestei dois concursos para o cargo de inspetora escolar nas redes municipal de Uberlândia e estadual de Minas Gerais nos quais obtive êxito. A nomeação ocorreu primeiramente na rede municipal, posteriormente fiz a opção por trilhar carreira na rede estadual.

A busca por valorização de carreira e melhores condições profissionais e salariais me levou a buscar crescimento e desenvolvimento pessoal. Essa busca por mudanças e oportunidades me incentivou a avançar, reconhecendo a importância da formação e da trajetória profissional, e me permitiu expandir minhas habilidades, alcançando um patamar mais satisfatório em minha carreira.

Nessa trajetória profissional tive a oportunidade de desempenhar funções variadas e perceber a educação por diversos ângulos: como professora da rede privada e estadual, como assistente administrativo na secretaria de uma escola da rede municipal, inspetora escolar na rede municipal e por fim, analista educacional/inspetora escolar na rede estadual.

O mestrado foi uma etapa fundamental para minha formação, permitindo-me compreender a complexidade do trabalho de um pesquisador e os múltiplos aspectos relacionados a uma pesquisa acadêmica. As disciplinas do curso desafiaram minhas concepções sobre educação e me estimularam a refletir sobre como posso contribuir, como "Ser" social, para um processo educacional participativo e democrático, que ofereça qualidade e acesso igualitário para as classes menos favorecidas.

Percebo a necessidade de implementar ações que conduzam a construção de uma educação pública de qualidade e democrática, que incorpore uma investigação constante do processo educativo, estimule a reflexão, o debate, promova a formação acadêmica e profissional docente, e acima de tudo, incentive a participação coletiva na busca por uma transformação social voltada para a educação global dos estudantes.

Nesse sentido, ao longo dessa trajetória acadêmica e profissional, deparei-me com algumas questões complexas no que se refere à implementação do Novo Ensino Médio, tema dessa dissertação, e tenho tentado equacionar a concepção que tenho sobre educação com a legislação e documentos normativos, tendo como foco a qualidade do ensino que está sendo ofertado aos jovens da escola pública.

Vários questionamentos internos vieram à tona a começar pela forma de implantação da reforma do Ensino Médio que foi deflagrada de forma autoritária por Medida Provisória (MP 746/2016) e que posteriormente fora transformada em Lei (13.415/2017) sem que houvessem discutido a reforma e escutado os diversos segmentos sociais.

Além disso, a reforma suscitou outras interrogações como o impacto na formação e na carreira docente. Uma preocupação constante tem sido o impacto desse novo modelo no trabalho docente, especialmente no que diz respeito à carga horária, formação continuada e condições de trabalho dos professores, fatores essenciais para garantir uma educação de qualidade.

A implantação de uma reforma educacional tão ampla e abrangente deve ocorrer por meio de um processo democrático e plural, com a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo. É fundamental que sejam ouvidos e considerados todos os pontos de vista e sugestões, a fim de garantir a efetividade das mudanças propostas e reduzir os impactos negativos que elas possam gerar.

É preciso avaliar cuidadosamente as mudanças propostas, considerando não apenas sua viabilidade técnica, mas também o impacto que elas terão no desenvolvimento global dos alunos.

Ademais, é essencial que a reforma leve em conta a valorização e a qualificação dos professores, proporcionando-lhes melhores condições de trabalho e maior incentivo à formação contínua. Uma reforma educacional que não valoriza adequadamente os docentes e não os estimula a buscar constantemente aprimoramento profissional, corre o risco de não produzir os resultados desejados e até mesmo gerar mais problemas do que soluções.

Como educadora, o intuito aqui é buscar o direito de uma educação pública de qualidade, empenhar esforços para que as gerações vindouras tenham opções e oportunidades de estudar em escolas públicas que ofereçam condições mais justas, igualitárias e adequadas para a obtenção de um aprendizado e formação global dos jovens. É crucial considerar que, para que essa visão se concretize, é necessário valorizar e respeitar o trabalho dos docentes, proporcionando-lhes condições dignas de trabalho, reconhecimento e desenvolvimento profissional.

# 1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio desempenha um papel importante na trajetória educacional dos alunos, representando uma etapa formativa essencial para a construção de sujeitos sociais plenamente capacitados e conscientes de seu papel na sociedade.

A atenção, ou a falta desta, direcionada ao Ensino Médio revela muitos desafios, dentro os quais pretendemos dialogar sob as perspectivas de alguns estudiosos, proporcionando uma compreensão aprofundada sobre a importância do Ensino Médio na formação dos sujeitos sociais, bem como possíveis soluções a serem consideradas no âmbito educacional.

Neste sentido buscamos compreender as complexidades que permeiam essa fase educacional e as implicações de sua negligência.

O Novo Ensino Médio foi implementado no país pelo Governo Temer de forma rápida e imperativa através, primeiramente, da Medida Provisória nº 746/16 (Brasil, 2016) que em sua ementa descreve mudanças significativas na estrutura do ensino médio por meio da implementação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e posteriormente foi transformada em norma jurídica, a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), alterando a Lei nº 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Brasil, 1996).

Essa lei alterou significativamente o currículo do Ensino Médio composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos, em que estão incluídas as Eletivas, aumentando progressivamente da carga horária mínima anual de 800 horas para 1.400 horas, retomando um conjunto de noções e conceitos educacionais neoliberais tais como empreendedorismo, participação, autonomia, qualidade, equidade, habilidades e expectativas de aprendizagem, e, sobretudo a pedagogia das competências, que estruturam a proposta pedagógica das Diretrizes Curriculares Nacionais( DCN's) e da Base Nacional Comum Curricular( BNCC) para o Novo Ensino Médio.

Segundo a Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que instituiu a reforma do Ensino Médio, os itinerários formativos são assim colocados:

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;

- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional. (Brasil, 1996, s/p)

Já a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), em seu documento final homologado pelo Ministério da Educação (MEC), traz que:

Os itinerários formativos – estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes – podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados, nos seguintes termos das DCNEM/2018:

- I – linguagens e suas tecnologias (...)
- II – matemática e suas tecnologias (...)
- III – ciências da natureza e suas tecnologias (...)
- IV – ciências humanas e sociais aplicadas (...)
- V – formação técnica e profissional (...) (Brasil, 2018, p.477).

Conforme os documentos normativos, os itinerários formativos no Novo Ensino Médio oferecem opções para os estudantes se aprofundarem academicamente ou se prepararem para o mercado de trabalho, proporcionando uma maior flexibilidade no currículo para atender suas necessidades e interesses. A oferta desses itinerários deve considerar a realidade local, as demandas da comunidade escolar e os recursos disponíveis, de modo a garantir que os estudantes tenham oportunidades efetivas para desenvolver seus projetos de vida e se integrar na sociedade e no mundo profissional de maneira consciente e autônoma. Isso requer que os itinerários promovam a aquisição de habilidades cognitivas e o uso de metodologias que incentivem o protagonismo juvenil, podendo se organizar em torno de eixos estruturantes como:

- I – investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;
- II – processos criativos: supõem o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados na sociedade;
- III – mediação e intervenção sociocultural: supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;
- IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias. (Brasil, 2018, p.478)

A legislação destaca a importância dos itinerários formativos para promover a personalização do ensino médio, mas a realidade nas escolas pode não refletir essa proposta de forma igualitária. Escolas com recursos limitados podem enfrentar dificuldades para oferecer uma variedade adequada de itinerários, limitando as oportunidades de escolha para os estudantes. Além disso, a qualidade dos itinerários pode variar significativamente de acordo com a capacidade da escola de proporcionar formação adequada aos professores e recursos suficientes para as atividades propostas.

Dessa forma, a crítica aponta para o risco de os itinerários formativos aprofundarem as desigualdades educacionais, privilegiando estudantes de instituições com melhores condições e recursos. Uma implementação efetiva exigiria um investimento significativo em infraestrutura, formação docente e recursos materiais, para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma gama de opções de aprendizagem de qualidade.

Ao examinarmos a evolução do Novo Ensino Médio em Minas Gerais e analisarmos a legislação vigente, podemos observar as mudanças na estrutura curricular e os desafios enfrentados pelas instituições educacionais. Nesse contexto, é fundamental destacar o papel dos docentes, que enfrentam desafios adicionais na adaptação aos novos currículos e na promoção de práticas pedagógicas alinhadas com as demandas do mercado de trabalho e as necessidades dos alunos. A carga horária ampliada, a diversificação curricular e a formação continuada dos professores são aspectos cruciais a serem considerados para garantir uma transição bem-sucedida para o Novo Ensino Médio e assegurar uma educação de qualidade para os estudantes.

Embora a flexibilização curricular seja importante para atender à diversidade de interesses dos estudantes, a implementação desses itinerários pode resultar em desigualdades. Por exemplo, escolas localizadas em regiões com menos recursos podem ter dificuldades para oferecer todos os itinerários propostos, limitando as opções dos estudantes. Além disso, a qualidade desses itinerários pode variar, já que nem todas as instituições têm recursos adequados ou professores capacitados para oferecer formações de alta qualidade em todas as áreas.

Outro ponto a ser considerado é a valorização desigual das áreas de conhecimento. Enquanto áreas como linguagens e matemática recebem destaque, outras, como ciências humanas e sociais aplicadas, podem ficar em segundo plano. Isso pode resultar em uma formação desequilibrada para os estudantes, prejudicando sua preparação para o mundo do trabalho e para a cidadania.

Além disso, a ênfase na formação técnica e profissional pode levar a uma visão utilitarista da educação, onde o objetivo principal é a preparação para o mercado de trabalho, em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes.

A oferta desses itinerários pode não refletir essa proposta de forma igualitária, especialmente em escolas com recursos limitados, o que pode afetar o trabalho dos docentes e a qualidade da educação oferecida.

Nesse sentido, a fragilização do trabalho docente é um problema relevante a ser investigado. As mudanças nos currículos, a necessidade de adaptação às demandas dos itinerários formativos e a possível redução da carga horária das disciplinas da BNCC podem impactar negativamente o trabalho dos professores. A pressão para cobrir os conteúdos essenciais de forma rápida, a constante revisão das práticas pedagógicas e a formação e contratação de professores para as disciplinas Eletivas, parte integrante dos itinerários formativos, são desafios que precisam ser enfrentados.

Assim, como problema de pesquisa consideramos, inicialmente, a fragilização do trabalho docente diante de uma reforma impositiva e desarticulada com a formação docente especificamente quanto as disciplinas Eletivas propostas pelo Novo Ensino Médio. As questões problematizadoras levantadas estão assim enunciadas: a) como foi orientada a escolha das disciplinas Eletivas nas escolas pela Secretaria Estadual de Educação de MG? b) quais foram as disciplinas Eletivas mais escolhidas? c) de que maneira a inserção das Eletivas nas macroáreas dos Temas Contemporâneos Transversais da BNCC influencia o trabalho docente? d) como ocorre a contratação docente para o desenvolvimento dessas disciplinas?

## **1.1 TEMA**

Sendo o objeto geral de pesquisa as disciplinas Eletivas apresentadas pelo estado de Minas Gerais para a escolha e oferta pelas escolas na implementação do Novo Ensino Médio; a questão de pesquisa é refletir de que modo, especificamente, a oferta e escolha das disciplinas Eletivas impactam no trabalho docente dos professores de Uberlândia.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

Os grandes desafios do Ensino Médio no Brasil é garantir o acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada, permanência dos jovens na escola, bem como o engajamento, a aprendizagem, e a formação global crítica e autônoma de todos estudantes.

O Ensino Médio é uma etapa decisiva, desempenhando um papel determinante na formação educacional e profissional dos jovens, considerando as implicações que as escolhas feitas nesse momento podem ter em suas trajetórias futuras.

Nesse sentido, o Ensino Médio, deve possibilitar uma educação que vá além da mera transmissão de conhecimentos, enfatizando a necessidade de desenvolver o pensamento crítico, a capacidade de análise nos alunos e uma formação que prepare os indivíduos para os desafios do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que valorize a realização pessoal e a contribuição para a sociedade.

Historicamente, esta etapa de ensino tem sido recorrentemente marcada como um espaço onde a determinação de intenções políticas, ideológicas e econômicas demarcam suas funções. O percurso normativo das políticas educacionais para o Ensino Médio aponta avanços e retrocessos que, de fato, têm adiado a concretização de uma proposta que atenda às reais necessidades dos jovens da classe trabalhadora brasileira que farão parte da classe que vive do trabalho. (Fagiani, 2018).

Cientes da complexa ligação entre o Trabalho, Educação e Sociedade, a pesquisa caracteriza e analisa as ações e os impactos da Reforma do Ensino Médio, especificamente quanto as disciplinas Eletivas e o trabalho docente. Sabemos que a Reforma do Novo Ensino Médio foi deflagrada de forma autoritária por Medida Provisória nº 746/2016 que alterou dispositivos Constitucionais e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil, 1996) em vigor quando transformada na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). Consequentemente, trouxe várias mudanças nas DCN's –Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio com a promulgação da Resolução do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica-CNE/CEB n. 03/2018, a ser observada pelas redes de ensino e suas unidades escolares na organização curricular.

A escolha das disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio é um tema relevante e merece ser investigado. Os documentos oficiais predizem que essas disciplinas devem ser adaptadas às necessidades e interesses dos estudantes, ampliando suas possibilidades de aprendizado e desenvolvimento. No entanto, essa abordagem traz consigo uma série de desafios para os professores, que se veem diante da necessidade de lidar com um currículo mais flexível e diversificado, demandando uma reestruturação de suas práticas pedagógicas e uma adaptação constante às demandas curriculares.

Os impactos dessa mudança na carreira e trabalho docente são significativos e merecem uma análise aprofundada. Os professores precisam enfrentar o desafio de acompanhar as

constantes transformações no currículo, planejando e ministrando aulas que atendam não apenas aos conteúdos obrigatórios da BNCC, mas também às demandas das disciplinas constantes nos itinerários formativos em que as Eletivas estão inseridas. Isso requer uma constante atualização e formação profissional, para que possam oferecer um ensino de qualidade que estimule o interesse e o engajamento dos alunos.

Assim, entendemos que a pauta merece maior aprofundamento e estudo, por isso a elegemos como nosso tema de pesquisa.

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa é verificar e analisar a implementação das disciplinas Eletivas apresentadas pelo estado de Minas Gerais no contexto do Novo Ensino Médio e como impactam o Trabalho Docente no município de Uberlândia.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

Investigar como ocorre a orientação pela Secretaria Estadual de Educação de MG (SEEMG) para a escolha das disciplinas Eletivas nas escolas estaduais do Estado de Minas Gerais; examinar quais foram as disciplinas Eletivas mais escolhidas nas escolas estaduais da cidade de Uberlândia nos anos 2022, 2023 e 2024; analisar como ocorre a contratação docente para o desenvolvimento das disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio no Estado de Minas Gerais; analisar de que modo as disciplinas Eletivas impactam o trabalho docente; elaborar um Produto Educacional no formato de Boletim Informativo.

## **1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa visa compreender a reforma do Ensino Médio brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.415/2017, e seus impactos sobre o trabalho docente. Inserida no contexto das políticas públicas educacionais, a análise destaca como o ensino médio foi moldado por demandas sociais, políticas e econômicas. Compreender as políticas educacionais exige uma análise crítica que vá além de uma observação isolada dos

fenômenos, sendo necessário situá-los em um contexto histórico mais amplo, onde mudanças estruturais influenciam a formação e o trabalho dos educadores.

As inter-relações entre natureza, sociedade e o próprio objeto de estudo são examinadas em um processo dinâmico, onde as contradições e influências mútuas são fundamentais. A análise foi realizada de forma a captar as interconexões entre o contexto histórico e as reformas no Ensino Médio, revelando as implicações para o trabalho docente e os desafios enfrentados pelos professores.

Uma pesquisa, conforme expressam Lakatos e Marconi (2003, p. 155), consiste em “[...] um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

Para a construção desta dissertação partimos inicialmente de uma revisão bibliográfica fazendo um levantamento dos principais autores que debatem a educação no Brasil e suas concepções sobre o Ensino Médio. O ponto de partida para tal pesquisa foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos resultados encontramos a partir das palavras-chave: Novo Ensino Médio, Eletivas e Trabalho Docente.

Com isso, revisamos a produção acadêmica acerca das reformas do Ensino Médio com o intuito de identificarmos o panorama geral das ações e abordagens de pesquisas já realizadas.

A revisão bibliográfica será discutida em uma subseção a parte, onde detalharemos os resultados encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, bem como as estratégias de seleção adotadas.

Para Lakatos e Marconi (2003, p.183), a pesquisa bibliográfica “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Realizamos também, o mapeamento dos documentos oficiais, legislações e demais normativas no tocante ao tema o Novo Ensino Médio, dentre eles, os elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) e CNE, em nível nacional, e nas proposições da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG), referentes ao estado de Minas Gerais.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas.

Para realizar a pesquisa documental sobre o Novo Ensino Médio, optamos pelo recorte temporal a partir da década de 70, quando ocorreram importantes transformações no cenário educacional brasileiro. Esses marcos históricos fornecem o contexto necessário para compreender as mudanças recentes propostas pelo Novo Ensino Médio, tornando a pesquisa documental uma ferramenta crucial para investigar as bases legais, diretrizes curriculares e debates que influenciaram sua elaboração e implementação. Os resultados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 Legislações que ratificam a pesquisa sobre o novo ensino médio, eletivas, e trabalho docente.

<b>Ano</b>	<b>Documento</b>	<b>Normatização</b>
1971	Lei nº 5.692	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Constituição Federal
1996	Lei nº 9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1997	Lei 2.208	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1998	Resolução CEB Nº 3	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
2004	Decreto nº 5.154	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências
2011	Parecer CNE/CEB n.º 5	Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação
2012	Resolução CNE/CEB n.º 2	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
2014	Lei nº 13.005	Plano Nacional de Educação de 2014
2016	Medida Provisória nº 746/16	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

		Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências
2017	Lei nº 13.415	Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
2018	Resolução nº 3	Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
2019	Resolução CNE/CP nº 2	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
2020	Lei nº 14.113	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.
2021	Resolução CEEMG nº 481	Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais nas escolas de Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais
2021	Resolução SEEMG nº 4.657	Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º e 2º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2022 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais
2022	Resolução CEEMG nº 487	Dispõe sobre a organização e a oferta do Ensino Médio, de acordo com a Lei Federal nº13.415/2017, no Sistema de Ensino de Minas Gerais, e dá outras providências.
2022	Resolução SEEMG nº 4777	Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º, 2º e 3º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2023 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.
2023	Resolução SEEMG nº 4908	Dispõe sobre as matrizes curriculares do Ensino Fundamental, Ensino Médio e das modalidades de ensino, na rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, com início em 2024, e dá orientações correlatas.
2023	Resolução SEEMG nº 4.920	Dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição e classificação no Cadastro de Reserva e

		para convocação temporária de candidatos ao exercício de funções do Quadro do Magistério na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais.
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Ademais, na tentativa de responder à problemática inicialmente apresentada, a pesquisa também adota a metodologia epistemológica dialética (Severino, 2002, p.138), caracterizando uma investigação em que, além da pesquisa bibliográfica e documental, penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca. As coisas não subsistem de maneira isolada, separadas umas das outras e autônomas, mas como um conjunto unificado e congruente. Tanto a natureza quanto a sociedade são constituídas por elementos e acontecimentos organicamente interligados entre si, interdependendo mutuamente e, ao mesmo tempo, influenciando-se reciprocamente. (Marconi; Lakatos, 2003)

Conforme Severino (2002), a construção do conhecimento se dá através de uma perspectiva de uma lógica contraditória, com uso de discussões e argumentos fundamentados histórico e socialmente. Trabalhar com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, com o movimento perene entre parte e todo, interioridade e exterioridade dos fenômenos é um conceito importante na investigação desta proposta.

Dialecicidade: o desenvolvimento histórico não é uma evolução linear, a história é sempre um Processo complexo em que as partes estão articuladas entre si de formas diferenciadas da simples sucessão e acumulação. As mudanças no seio da realidade humana ocorrem seguindo uma lógica da contradição e não da identidade. A história se constitui por uma luta de contrários, movida por um permanente conflito, imanente à realidade (Severino, 2002, p.72)

Conforme Severino (2002) a Dialética enxerga a interação entre sujeito e objeto como um processo social que se desenvolve ao longo do tempo histórico. Nessa perspectiva, o conhecimento não se limita ao saber, mas também envolve o poder, relacionando-se à prática política. Portanto, prioriza a ação humana, guiada por uma intencionalidade que visa à transformação das condições de vida da sociedade. O paradigma dialético baseia-se em pressupostos que consideram a complexidade do desenvolvimento histórico, destacando a contradição e o conflito como motores da mudança na realidade humana. Severino (2002) assim conceitua a Historicidade: “o instante não se entende separadamente da totalidade temporal do movimento, ou seja, cada momento é articulação de um processo histórico mais abrangente”.

Severino (2002) além da Dialeticidade e Historicidade sublinha uma série de princípios essenciais da perspectiva dialética, uma abordagem que compreende a realidade como um todo integrado e dinâmico. O entendimento desses princípios fornece uma visão abrangente das relações entre os elementos que constituem a experiência humana.

A noção de Totalidade colocada por Severino (2002) ressalta que a compreensão das partes está intrinsecamente ligada ao todo. Isso implica que o indivíduo não pode ser adequadamente explicado ou compreendido isoladamente da sociedade que o cerca.

Sua ideia de Complexidade enfatiza a natureza simultaneamente una e múltipla da realidade. A unidade e totalidade coexistem com a multiplicidade de partes, resultando em fenômenos que são influenciados por diversas determinações, indo além de uma simples acumulação de elementos (Severino, 2002).

A Praxidade salienta que os fenômenos humanos estão interconectados no tempo e no espaço, desenvolvendo-se através da prática histórica e social. Essa prática é considerada como a substância fundamental da existência humana (Severino, 2002).

A Cientificidade destaca que a explicação científica revela a regularidade dos nexos causais, mas, na perspectiva dialética, essa causalidade se expressa mediante um processo histórico-social. Este é conduzido por uma dinâmica geral impulsionada pela atuação de forças polares contraditórias, perpetuando um estado de conflito constante (Severino, 2002).

Por fim, a Concreticidade ressalta a importância da empiricidade real dos fenômenos humanos. Aqui, as abordagens econômico-políticas são priorizadas, reconhecendo que o foco está na prática real dos indivíduos no espaço social e no tempo histórico, considerando a práxis coletiva como elemento essencial na compreensão da realidade (Severino, 2002).

Ao pesquisar a proposta de reforma do Ensino Médio, bem como seu processo de construção histórica, percebemos o quanto parte e todo se relacionam e se auto influenciam, uma vez que não podemos considerar a reforma isoladamente, fora de uma intencionalidade e fora de um contexto histórico-social.

A revisão de literatura sobre políticas públicas educacionais foi essencial à problematização das políticas educacionais no contexto das reformas empregadas no Ensino Médio, colocando em evidência a reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, e seus possíveis efeitos no trabalho docente em decorrência dessas mudanças.

Essa análise revela como o Ensino Médio foi influenciado e atendeu a demandas levantadas pelo sistema econômico, social e político da sociedade tornando a escola, muitas vezes, um veículo de construção da dualidade estrutural do ensino que se caracteriza pela oferta

de diferentes currículos para diferentes sujeitos e que tem como consequência a manutenção da estrutura das classes sociais. Nesse contexto, teremos situações em que os indivíduos se sujeitam as demandas da sociedade neoliberal na busca pela sobrevivência. A dualidade estrutural do ensino reflete-se no trabalho docente, que precisa lidar com turmas heterogêneas e necessidades diversas de seus alunos. Além disso, exige dos professores uma compreensão mais profunda das desigualdades socioeconômicas e suas implicações na aprendizagem.

Para a discussão acerca das políticas públicas de Ensino Médio, trabalho e empregabilidade, encontramos fundamentação teórica em Carlos Roberto Jamil Cury (1998); Celso João Ferretti (2018); Cilson César Fagiani (2018); Dermeval Saviani (1994, 2005, 2007); Maria Ciavatta (2005); Marise Ramos (2001, 2022).

Para a abordagem metodológica do trabalho teremos como base Antônio Joaquim Severino (2002); Eva Maria Lakatos (2003); Marina de Andrade Marconi (2003);

Esta dissertação está estruturada com um Memorial e cinco seções. Após o Memorial, a primeira seção, Introdução, contextualiza o tema da pesquisa, apresenta os objetivos, a trajetória metodológica da pesquisa e a análise de oito dissertações que dialogam direta ou indiretamente com o nosso tema de pesquisa. A segunda seção apresenta o que são as disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio; contextualiza o Ensino Médio a partir da década de 70, a reforma do Ensino Médio determinada pela Lei nº 13415/2017 e aborda a dualidade do ensino nas redes de ensino privada e pública. A terceira seção explica como é a oferta das disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio em Minas Gerais; aborda como as disciplinas Eletivas foram ofertadas nas escolas de Ensino Médio diurno na cidade de Uberlândia ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024; analisa os catálogos das disciplinas Eletivas disponibilizadas nos anos de 2022, 2023 e 2024 ; apresenta a escolha das disciplinas Eletivas pelos alunos das escolas que ofertam o Ensino Médio diurno em Uberlândia nos anos de 2022, 2023 e 2024 e categoriza as Eletivas escolhidas nas macroáreas dos Temas Contemporâneos Transversais da BNCC. A quarta seção examina a habilitação, contratação docente e a composição dos cargos dos professores que ministraram entre 2022 e 2024 as duas Eletivas mais escolhidas pelos alunos na cidade de Uberlândia em escolas que ofertam o Ensino Médio diurno; a quinta seção expõe as reflexões acerca da pesquisa realizada e contém as considerações finais do trabalho sobre como as Eletivas impactam o trabalho docente.

Atendendo aos requisitos do Mestrado Profissional, a pesquisa realizada serviu de embasamento para a construção do Produto Educacional, no formato de material textual produzido por meio de um Boletim Informativo que está apresentado no Apêndice.

### 1.4.1 Discussão de trabalhos referentes ao tema.

Optamos por utilizar a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como plataformas para a pesquisa de nossa dissertação devido à sua abrangência e relevância no contexto acadêmico brasileiro.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD é uma importante fonte de pesquisa que reúne teses e dissertações de diversas instituições de ensino superior do Brasil, proporcionando acesso a um amplo acervo de trabalhos acadêmicos. Por sua vez, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação que oferece diversos recursos e serviços para o desenvolvimento da pós-graduação no país, incluindo o acesso a bases de dados, periódicos e outras ferramentas de pesquisa.

Ao utilizarmos essas plataformas, pudemos realizar uma revisão bibliográfica teórica sobre a educação no Brasil, concentrando-nos nas perspectivas acerca do Ensino Médio, das disciplinas Eletivas e do trabalho do professor. Optamos por buscar por trabalhos que abordassem o Novo Ensino Médio, Eletivas e Trabalho Docente como palavras-chave, pois esses termos estão diretamente relacionados ao nosso objeto de estudo.

A partir dessa busca, revisamos a produção acadêmica relacionada às reformas do Ensino Médio utilizando o filtro entre os anos 2018 a 2023. Esse recorte temporal foi feito porque as reformas educacionais, incluindo as mudanças significativas no Ensino Médio, ocorreram principalmente a partir de 2017, com a promulgação da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017). Portanto, ao selecionar os anos de 2018 a 2023, buscamos compreender o panorama geral das pesquisas acadêmicas realizadas após a implementação dessas reformas, incluindo o impacto do Novo Ensino Médio em áreas temáticas relacionadas, como disciplinas Eletivas, trabalho dos professores, entre outras. Isso nos permite uma análise mais atualizada e relevante para o contexto educacional brasileiro.

Na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não foi identificada nenhuma obra com as palavras-chave de forma concomitantes Novo Ensino Médio; Eletivas e Trabalho Docente. Ao lançarmos as palavras-chave isoladamente ou com outras combinações foram identificadas 380 obras acadêmicas sob o escrutínio do filtro Novo Ensino Médio, 17 obras acadêmicas sob o filtro Eletivas e Novo Ensino Médio; e 18 obras sob o filtro Novo Ensino Médio e Trabalho Docente. Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD, encontramos um documento com os campos Novo Ensino Médio; Eletiva e Trabalho Docente, no entanto a obra não estava disponível na plataforma nem no repositório da universidade em

que foi desenvolvida. Foram desveladas 31 obras com o filtro Novo Ensino Médio e Eletivas, e 766 sob filtro Eletivas e Trabalho Docente.

Das obras identificadas, selecionamos oito produções acadêmicas para realizarmos uma breve análise com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o tema.

Na seleção, optamos por descartar obras que relatam experiências com as disciplinas Eletivas em turmas do 6º ao 9º ano, pois nosso foco está em obras que se alinham mais diretamente com Novo Ensino Médio. Além disso, também excluimos as obras cuja corrente teórica não dialoga com nossa. Dessa forma, buscamos garantir que as obras selecionadas no quadro 2 estivessem convergentes com nossa abordagem teórica, proporcionando uma leitura mais proveitosa e aplicável ao nosso contexto.

Quadro 2: Produções publicadas acerca do tema: Novo Ensino Médio e/ou Eletivas e/ou Trabalho Docente.

ANO	TÍTULO	AUTORES	TIPO DO DOCUMENTO	SITE	INSTITUIÇÃO
2018	Novo Ensino Médio: Das reações contextuais à escola interrompida	Maria Kélia da Silva	Dissertação	CAPES	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN
2019	Reforma do ensino médio: do discurso do “currículo atrativo aos jovens” aos interesses do capital em crise	Luciane Cristine dos Santos Araújo	Dissertação	CAPES	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
2020	A influência do empresariado na reforma do Ensino Médio	Sérgio Feldemann de Quadros	Dissertação	BDTD	Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP
2021	O novo Ensino Médio: uma análise da BNCC e suas relações com políticas de internacionalização do currículo'	Filipe Veziane Lembi de Carvalho	Dissertação	CAPES	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC MINAS
2022	A reforma do ensino médio no Brasil: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente.	Vera Lúcia da Costa Nepomuceno	Tese	BDTD	Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ
2023	O discurso da reforma do ensino médio e suas implicações para formação da classe trabalhadora	Deane Taiara Soares Honório	Dissertação	CAPES	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
2023	Novo Ensino Médio: Um Estudo Sobre o Impacto Da Disciplina	Andresa Marques De Lima Farias	Dissertação	CAPES	Universidade Federal Rural do Semi-Árido- UFERSA

	Eletiva de Matemática Básica I Em Uma Escola Estadual do Ceará				
2023	Os Impactos Do Novo Ensino Médio no Trabalho Docente: Narrativas dos Professores de Geografia Em Vitória Da Conquista – Ba.	Rosimar Rosa Ávila	Dissertação	CAPES	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Fonte: Elaboração própria.

Para a discussão das obras selecionadas, adotamos, quando identificadas, as seguintes categorias de análise: o objeto estudado, os objetivos, o referencial teórico (autores e obras mais utilizadas), a metodologia, o posicionamento do(a) autor(a), o tipo de pesquisa, os procedimentos de pesquisa, a concepção de educação, as possíveis contribuições para a Educação Básica e outros aspectos importantes do trabalho que merecem ser ressaltados, além da exploração de pontos comuns ou conexões com nosso tema: Novo Ensino Médio, as Eletivas e o Trabalho Docente.

A pesquisa conduzida por Maria Kélia da Silva “Novo Ensino Médio: das reações contextuais à escola interrompida” investiga as implicações do "novo ensino médio" e suas reações contextuais desde a sua concepção até a sua implementação nas escolas. O estudo visa compreender como essas reações influenciam a reforma educacional em questão, analisando não apenas os aspectos normativos e legislativos, mas também as dinâmicas sociais e políticas que permeiam esse processo (Silva, 2018).

Seus objetivos são analisar as reações contextuais nas escolas e sua influência na configuração da reforma, discutir o processo de constituição da norma que propõe o Novo Ensino Médio, refletir sobre as reações das entidades científicas e educacionais durante o processo de constituição da reforma, analisar as ações dos docentes diante das mudanças propostas e investigar a situação dos diversos projetos governamentais para o ensino médio (Silva, 2018).

O referencial teórico utilizado é amplo e inclui autores como Stephen Ball ( 1992, 1994, 1998, 2011, 2012, 2016), Acácia Kuenzer ( 2000) , Gaudêncio Frigotto (2005), Maria Ciavatta (2005), Marise Ramos (2005), Ivor Goodson (1993, 1995, 1997, 2008), Ernesto Laclau(1990, 2002) dentre outros que abordam as políticas educacionais como construções sociais contextualmente ressignificadas. Essa abordagem crítica permite uma compreensão mais ampla

das dinâmicas envolvidas na produção, ressignificação e implementação das políticas educacionais (Silva, 2018).

A abordagem de pesquisa é qualitativa, em que são utilizadas entrevistas semiestruturadas com docentes para compreender as dinâmicas da escola frente às reformas educacionais, além da revisão da produção acadêmica e o mapeamento de dissertações relevantes. A autora utiliza o Ciclo Contínuo de Políticas de Stephen Ball (1992, 1994, 1998, 2011, 2012, 2016) e Richard Bowe (1992, 1998) como referência, enfatizando que as políticas educacionais são construídas em contextos de luta e disputa. A pesquisa empírica em quatro escolas revela diferentes reações dos professores à reforma, incluindo adesão parcial, preocupações com a avaliação dos alunos e mudanças na prática docente. Os professores expressam preocupações com a desobrigação de disciplinas e a manutenção do ensino médio noturno. As reações das entidades científicas e educacionais são analisadas, considerando suas contribuições para a definição da reforma curricular (Silva, 2018).

A concepção de educação presente no trabalho enfatiza a importância da democratização do ensino e da participação popular na formulação e implementação das políticas educacionais, visando o desenvolvimento integral dos indivíduos. Destaca-se ainda a preocupação com a complexidade do processo educacional, influenciado por múltiplos contextos e sujeito a constantes ressignificações. Essa visão reconhece as políticas educacionais como produções sociais complexas, sujeitas a diversas demandas e ressignificações imprevisíveis (Silva, 2018).

As possíveis contribuições para a educação básica incluem reflexões sobre os limites e possibilidades das escolas frente às políticas educacionais, bem como a oportunidade de ressignificar o ensino médio considerando as diferentes reações dos atores escolares. Além disso, apontam para reflexões sobre as mudanças propostas e a valorização das disciplinas no currículo escolar, bem como o empoderamento dos sujeitos escolares na construção e ressignificação das políticas educacionais (Silva, 2018).

Aspectos importantes do trabalho incluem sua abordagem interdisciplinar, a aplicação da pesquisa no contexto do ensino público e a valorização da cultura escolar como elemento fundamental na compreensão das políticas educacionais. A análise da reforma do ensino médio, iniciada por Medida Provisória, destaca mudanças significativas, como a exclusão de disciplinas e a contratação de professores com notório saber, além do silenciamento sobre o ensino médio noturno. O estudo examina as reações das entidades acadêmicas e sindicais, que influenciaram a definição da reforma, por meio de cartas, manifestos e notas públicas. Essa pesquisa visa promover uma compreensão mais ampla e crítica das políticas educacionais,

buscando contribuir para uma educação mais democrática, participativa e de qualidade (Silva, 2018).

A autora adota uma postura crítica em relação à reforma do ensino médio, destacando a importância das disciplinas excluídas e da formação específica dos docentes. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de evitar descontinuidades políticas e pedagógicas, buscando garantir a coerência e a continuidade nas políticas educacionais (Silva, 2018).

Ao que tange às Eletivas, a pesquisa revelou que a implementação da reforma curricular do novo Ensino Médio nas escolas estudadas inclui a criação de disciplinas Eletivas, com o intuito de fortalecer o aprendizado dos alunos. Na Escola Sucesso, por exemplo, as novas disciplinas Eletivas incluem "acompanhamento pedagógico", "mundo do trabalho", "espanhol" e "cultura corporal". No entanto, um entrevistado ressaltou que a introdução dessas disciplinas não garante necessariamente o aprendizado do aluno, sugerindo que elas servem mais para preencher o tempo extra na escola (Silva, 2018).

Por outro lado, há quem veja a permanência do aluno na escola como algo positivo para seu desenvolvimento cognitivo e social, mesmo que não haja garantias de aprendizado nas disciplinas. Além disso, coloca que a maior permanência dos alunos na escola cria mais oportunidades para interações e participação em projetos extracurriculares, como o projeto de rádio mencionado por um dos entrevistados (Silva, 2018).

A extensão do tempo escolar também gera debates sobre o reconhecimento e valorização das disciplinas envolvidas nos projetos de Eletivas. Professores dessas disciplinas são os mais beneficiados pelo aumento da carga horária, o que pode gerar demanda por mais professores nessas áreas. Essa disputa por espaço disciplinar dentro da escola é evidenciada pela luta das comunidades disciplinares por reconhecimento e valorização na grade curricular (Silva, 2018).

A disciplina de espanhol, por exemplo, enfrentou o desafio de ser excluída da grade curricular obrigatória, mas foi reinventada como disciplina eletiva, demonstrando a mobilização dos professores e da gestão escolar para garantir seu espaço no currículo (Silva, 2018).

Esses debates mostram que a manutenção das disciplinas na grade curricular não depende apenas do engajamento dos profissionais da área, mas também de diversos interesses na escola e na sociedade, como as demandas dos alunos, professores, gestores e órgãos diretivos, além das perspectivas de formação para a vida e para o mundo do trabalho (Silva, 2018).

Por fim, o estudo destaca a diversidade de reações dos professores e a importância do contexto na compreensão das políticas educacionais, reforçando a necessidade de uma

abordagem crítica e contextualizada para promover uma educação mais democrática, participativa e de qualidade (Silva, 2018).

A conclusão destaca o impacto da reforma na escola, com sentimentos contraditórios de continuidade e interrupção. Observa-se uma falta de consenso entre os professores em relação à reforma, evidenciando a complexidade da implementação de políticas educacionais. O estudo enfatiza a necessidade de um amplo debate sobre a reforma do ensino médio, considerando os interesses dos professores e alunos (Silva, 2018).

A pesquisa de Maria Kélia da Silva *Novo Ensino Médio: das reações contextuais à escola interrompida*, conecta-se diretamente ao nosso tema o Novo Ensino Médio, Eletivas e trabalho docente ao explorar como as reformas educacionais afetam a prática e as reações dos professores. Silva (2018) investiga as implicações do Novo Ensino Médio, analisando a criação de disciplinas Eletivas e suas consequências para o aprendizado dos alunos e a carga horária dos docentes. A introdução de disciplinas como acompanhamento pedagógico, mundo do trabalho, espanhol e cultura corporal é um ponto crucial, pois, embora tenham a intenção de fortalecer o aprendizado, também geram debates sobre seu real impacto. A pesquisa revela que a permanência prolongada dos alunos na escola é vista tanto como uma oportunidade para o desenvolvimento cognitivo e social quanto como um desafio, dado que a eficácia dessas disciplinas não é garantida. Silva (2018) destaca a disputa por reconhecimento e valorização das disciplinas Eletivas e como essas disputas refletem interesses variados dentro da escola e na sociedade. A reação dos professores à reforma curricular, incluindo preocupações com a desobrigação de disciplinas e a manutenção do ensino médio noturno, mostra a complexidade das políticas educacionais e a necessidade de um debate amplo e crítico. A pesquisa enfatiza a importância de uma abordagem contextualizada para promover uma educação mais democrática e participativa, sublinhando a influência das políticas educacionais nas dinâmicas escolares e na formação dos docentes.

A dissertação de Luciane Cristine dos Santos Araújo, intitulada *Reforma do Ensino Médio: do discurso do currículo atrativo aos jovens aos interesses do capital em crise*, investiga a reforma do ensino médio no Brasil, desde a sua retórica oficial até os seus fundamentos subjacentes. O objeto de estudo abrange o discurso materializado na proposta de reformulação do ensino médio, presente na Lei 13.415/2017 e na Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC, que acompanhou a Medida Provisória (MP) nº 746/16, do Ministro da Educação José Mendonça. Além disso, são examinadas as políticas educacionais para o ensino médio no Brasil ao longo do tempo, desde a década de 1930 até o período do governo de Getúlio Vargas, bem

como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. A autora também analisa o papel do Estado moderno no contexto do sistema capitalista, enfocando suas funções relacionadas à reprodução econômica e à manutenção da ordem estabelecida. A pesquisa centraliza-se na análise do discurso sobre a reforma do ensino médio, nas condições de produção desse discurso e nas implicações da Lei 13.415/2017 (Araújo, 2019).

Os objetivos da dissertação abrangem uma análise aprofundada do discurso em torno da reforma do Ensino Médio no Brasil, incluindo a compreensão de onde ele é enunciado, a quem serve e para quem se destina. Além disso, visa analisar o funcionamento do discurso, revelando o não-dito e o silenciado para entender os reais interesses por trás da reforma e suas implicações na formação escolar. Outro objetivo é a investigação das determinações históricas das reformas educacionais no Brasil e como as políticas educacionais refletem os interesses e necessidades da sociedade capitalista. Também busca avaliar as possíveis contribuições das políticas educacionais para a construção de uma sociedade humanamente emancipada. (Araújo, 2019)

O referencial teórico adotado na dissertação abrange uma variedade de autores e correntes teóricas, incluindo a Análise do Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux (1988, 1990), os trabalhos de Karl Marx (2003, 2009, 2010), György Lukács (1978, 1997, 2013) e István Mészáros (2002, 2006, 2008), além de outros como Gaudêncio Frigotto (2018, 2019), Maria Ciavatta (2019), Dermeval Saviani (1987, 1997, 2008), Celso Ferreti (2017), Mikhail Bakhtin (1981), Jean-Jacques Courtine (1981, 2009), Acacia Kuenzer (2017) e Ricardo Antunes (1999). Esses autores fornecem reflexões sobre a relação entre educação e sistema capitalista, contextualizam o período histórico, político e econômico em que as leis educacionais foram elaboradas, e enriquecem a análise com reflexões sobre a complexidade da linguagem e os processos discursivos na sociedade. (Araújo, 2019)

A metodologia adotada é fundamentada na Análise do Discurso de Michel Pêcheux, combinada com princípios do Materialismo Histórico e Dialético. A pesquisa se baseia em análise documental e histórica, examinando leis, decretos, obras relevantes e dados estatísticos sobre a educação básica. A autora adota uma postura crítica em relação à reforma, preocupada com suas consequências negativas para a educação pública e a reprodução das desigualdades sociais (Araújo, 2019).

Os procedimentos de pesquisa incluem a análise de documentos oficiais, obras teóricas relevantes, revisão crítica da literatura acadêmica existente e análise textual detalhada dos documentos oficiais da reforma do ensino médio. Além disso, são utilizados dados estatísticos do INEP e IBGE para complementar a pesquisa (Araújo, 2019).

A dissertação aborda a concepção de educação de forma crítica e multifacetada, examinando diferentes perspectivas sobre o papel e a função do sistema educacional, especialmente no contexto da reforma do ensino médio. Propõe diversas contribuições significativas para a educação básica, promovendo uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais existentes e as reformas propostas (Araújo, 2019).

O texto oferece uma análise crítica da reforma do ensino médio e suas implicações para a educação no Brasil, evidenciando como a educação está inserida em um contexto político-econômico mais amplo e destacando a necessidade de uma luta por uma educação que vá além das demandas do capitalismo (Araújo, 2019).

A dissertação de Luciane Cristine dos Santos Araújo (2019), intitulada *Reforma do Ensino Médio: do discurso do currículo atrativo aos jovens aos interesses do capital em crise*, mergulha na análise crítica da reforma educacional no Brasil, especialmente no âmbito do Ensino Médio. Embora não aborde diretamente as disciplinas Eletivas e o trabalho docente o texto oferece discussões importantes para entender como as políticas educacionais estão inseridas no contexto mais amplo das relações sociais de produção capitalista e das transformações no Estado. Araújo (2019) investiga não apenas o discurso oficial em torno da reforma, mas também os fundamentos subjacentes, incluindo as políticas educacionais históricas e a influência do sistema capitalista. A pesquisa propõe reflexões sobre as políticas educacionais existentes e as reformas propostas, destacando a importância de uma educação que transcenda as demandas do capitalismo. Assim, o texto oferece uma análise profunda e contextualizada da reforma do ensino médio, evidenciando suas implicações mais amplas para a educação brasileira (Araújo, 2019).

A dissertação intitulada *A Influência do Empresariado na Reforma do Ensino Médio*, de autoria de Sérgio Feldemann de Quadros (2020), constitui uma análise abrangente sobre o papel do empresariado na condução das políticas educacionais brasileiras, com foco específico na medida provisória nº 746 de 2016 e sua subsequente transformação na lei nº 13.415 de 2017. Ao longo do texto, o autor explora diversos aspectos históricos e contemporâneos a respeito do ensino médio, desde as reformas da Educação Profissional no Brasil até as influências da Ditadura Militar, do governo do Partido dos Trabalhadores e do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e suas consequências para a educação, com foco na reforma do ensino médio promovida pelo governo Michel Temer. Quadros destaca a atuação da fração burguesa, no contexto da reforma do ensino médio no Brasil, com foco na influência do setor financeiro e nas mudanças na legislação dos fundos patrimoniais, representada pelo setor financeiro,

associações empresariais como Todos pela Educação e a Somos Educacional, e institutos como Instituto Alfa e Beto e Instituto Unibanco, bem como a análise minuciosa de documentos empresariais e audiências públicas relacionadas à reforma do ensino médio com ênfase na flexibilização curricular. Além disso, o autor examina a inserção da lógica de competências e habilidades no currículo escolar, a mercadificação do ensino médio e a influência do empresariado na orientação das políticas educacionais (Quadros, 2020).

O objetivo central do estudo foi investigar o impacto do empresariado na Reforma do Ensino Médio, promovida pela Medida Provisória nº 746, de 2016, e posteriormente convertida na Lei nº 13.415, de 2017. Para alcançar esse propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica abrangente, abordando a participação histórica do empresariado na educação; contextualizar as atuais demandas empresariais para o ensino médio, comparando-as com demandas de períodos anteriores; analisar a percepção do empresariado em relação à Lei nº 13.415/2017; examinar as semelhanças e divergências entre os discursos empresariais sobre o ensino médio e o conteúdo das legislações pertinentes; identificar as diversas formas de influência do empresariado na formulação da reforma do ensino médio; e interpretar a reforma do Ensino Médio dentro do contexto mais amplo das reformas estruturais implementadas durante o governo Temer, relacionando-as às exigências e interesses empresariais (Quadros, 2020).

O referencial teórico abordado na dissertação compreende uma ampla gama de autores e teorias relevantes para a compreensão da influência do empresariado na Reforma do Ensino Médio. Destacam-se autores como João Bernardo (1991, 2004), cujos conceitos de Estado Amplo e Restrito são fundamentais para analisar a interação do empresariado com o Estado, e David Harvey (2004, 2012, 2013, 2016), que oferece uma crítica à economia política e permite compreender as crises do capitalismo e suas repercussões na educação. Além disso, Glenn Rikowski (2017) contribui com estudos sobre a relação público-privado na educação, enquanto Françoise Ropé (1997) e Lucie Tanguy (1997) abordam a pedagogia das competências, oriunda do meio empresarial. Outros autores como Otaiza Romanelli (2001), Luiz Antônio Cunha (1977, 1989, 2009) e Márcio Pochmann (2017) fornecem reflexões valiosas sobre as políticas educacionais em diferentes períodos históricos, enquanto Armando Boito Júnior (2016, 2018), Gaudêncio Frigotto (2005), Maria Ciavatta (2005) e Marise Ramos (2005) oferecem análises específicas sobre o contexto político e educacional durante os governos do Partido dos Trabalhadores (Quadros, 2020).

A pesquisa realizada é bibliográfica e documental com abordagem qualitativa que envolve a análise e compreensão de diversos tipos de documentos, além de fontes secundárias de outros pesquisadores. Essa abordagem permite uma investigação detalhada das propostas e impactos do empresariado na educação do Ensino Médio brasileiro. Além disso, o autor utiliza categorias analíticas para examinar as propostas do empresariado sob a crítica ao neoliberalismo, proporcionando uma análise crítica e fundamentada sobre o tema. O autor emprega diversos procedimentos de pesquisa para embasar sua dissertação, realiza revisão bibliográfica e análise crítica de documentos legislativos, audiências públicas, documentos empresariais, reportagens e fontes secundárias (Quadros, 2020).

O autor adota uma postura crítica em relação à influência do empresariado na política educacional, destacando a mercantilização da educação como um dos principais pontos de preocupação. Essa crítica se estende aos desmandos da burguesia na educação pública, especialmente na Reforma do Ensino Médio, onde há um enfoque na proximidade entre as propostas empresariais e as medidas efetivadas na legislação. Além disso, o autor busca compreender a influência e as ações do empresariado na formulação de políticas educacionais, situando-as dentro do contexto histórico e ideológico, especialmente no que diz respeito à busca pela produtividade da força de trabalho e à limitação das propostas empresariais para a escola pública. Essa postura crítica é embasada em análises fundamentadas na teoria da economia política, evidenciando uma preocupação com os impactos socioeconômicos e educacionais das políticas implementadas (Quadros, 2020).

As possíveis contribuições para a educação básica provenientes da dissertação desenvolvida abrangem primeiramente, a conscientização sobre a influência do empresariado na formulação de políticas educacionais, permitindo uma análise mais crítica e informada sobre os processos decisórios nesse campo. Além disso, a identificação dos impactos da mercantilização na educação básica oferece subsídios para a elaboração de estratégias de resistência e transformação desse cenário. Ademais, a fundamentação para discussões sobre modelos educacionais e seus fundamentos ideológicos é essencial para fomentar debates mais profundos e informados sobre o futuro da educação, visando à construção de um sistema mais equitativo, inclusivo e democrático. Essas contribuições têm o potencial de catalisar mudanças significativas no cenário educacional, promovendo uma educação de qualidade e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes (Quadros, 2020).

A dissertação ainda aborda os desafios enfrentados no Ensino Médio, destacando a necessidade de revisão das políticas de avaliação, reconfiguração dos tempos e espaços

escolares, revalorização do trabalho docente e formação de professores para essa etapa da educação básica. Sem essas ações, há o risco de perpetuação do quadro de exclusão e abandono dos estudantes. O autor também destaca a influência do projeto de modernização conservadora, apoiado pelo Estado, que incide sobre o trabalho docente e as práticas educativas, utilizando modelos de gestão empresarial e tecnologias com o argumento de melhoria da qualidade. Essa abordagem é caracterizada como uma forma de subserviência do Estado aos interesses políticos e econômicos do neoliberalismo, criando alternativas à crise do capital (Quadros, 2020).

A dissertação aborda diversos aspectos importantes que vão além da análise da Reforma do Ensino Médio e da influência do empresariado nas políticas educacionais. Destacam-se, por exemplo, a análise das propostas do empresariado para o ensino médio e juventude, como a concepção de capital humano, a pedagogia das competências e a Nova Gestão Pública, evidenciando a inserção de discursos empresariais na esfera educacional. Além disso, a dissertação enfoca a relação entre a Reforma do Ensino Médio e o projeto societário neoliberal, revelando como a lógica mercantil permeia as intervenções estatais na educação. Outro ponto relevante é o destaque para a ênfase na produtividade medida por testes padronizados como premissa fundamental das intervenções estatais na educação, refletindo as orientações do empresariado e suas demandas por resultados mensuráveis. Esses aspectos contribuem para uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas, econômicas e ideológicas que moldam a educação brasileira, possibilitando uma análise crítica e fundamentada sobre os desafios e implicações das políticas educacionais vigentes (Quadros, 2020).

A dissertação de Sérgio Feldemann de Quadros (2020), *A Influência do Empresariado na Reforma do Ensino Médio*, oferece uma análise abrangente sobre o papel do empresariado nas políticas educacionais brasileiras, com foco na reforma do ensino médio promovida pela medida provisória nº 746 de 2016 e subsequentemente convertida na Lei nº 13.415 de 2017. Quadros (2020) examina a atuação do empresariado, especialmente do setor financeiro e de associações empresariais como Todos pela Educação, destacando a influência desses grupos na flexibilização curricular. Além disso, a pesquisa identifica a inserção da lógica de competências no currículo escolar e destaca a mercantilização do ensino médio, evidenciando a influência do empresariado na orientação das políticas educacionais.

A dissertação apesar de não abordar as disciplinas Eletivas e o Trabalho Docente, aborda os desafios enfrentados no ensino médio, como a necessidade de revisão das políticas de avaliação e a reconfiguração dos tempos e espaços escolares. A análise crítica realizada pelo

autor situa as ações do empresariado no contexto histórico e ideológico, revelando preocupações com os impactos socioeconômicos e educacionais das políticas implementadas. As contribuições da dissertação se estendem para além da análise da reforma do ensino médio, abordando também a relação entre essa reforma e o projeto societário neoliberal, o que proporciona uma compreensão mais ampla das dinâmicas que moldam a educação brasileira (Quadros, 2020).

A dissertação de Filipe Veziane Lembi de Carvalho, intitulada *O Novo Ensino Médio: uma análise da BNCC e suas relações com políticas de internacionalização do currículo*, é uma obra que se debruça sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio e suas interações com as políticas internacionais de currículo. O autor apresenta uma abordagem crítica e construtiva, analisando os impactos e implicações dessas relações no contexto educacional brasileiro (Carvalho, 2021).

No cerne da pesquisa está o objetivo de compreender as mudanças propostas pela BNCC do Ensino Médio, seus fundamentos e como essas mudanças se relacionam com o contexto global, além de investigar como essas relações influenciam a prática educativa no Brasil. O currículo escolar é um dos principais instrumentos que orientam o processo educativo, envolvendo relações complexas e conflituosas. Sua definição é multifacetada devido à sua abrangência e natureza política, social, cultural e econômica. Nesse contexto, o presente estudo adota uma abordagem teórica crítica para compreender o papel do currículo e desvelar as intencionalidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio. A concepção de currículo como espaço em disputa, que articula conhecimento, poder e busca por uma educação democrática, libertadora e humanizadora, é central nas reflexões propostas (Carvalho, 2021).

A visão crítica de currículo, representada por teóricos como Acácia Kuenzer (2017), Alice Casimiro Lopes (2011), Carlos Roberto Jamil Cury (1998, 2005, 2018), Celso João Ferreti (2017), Miguel González Arroyo (2013), Maria Ciavatta (2012), Marise Ramos (2012), Michael Apple (2006, 2013, 2017, 2020) e Paulo Freire (2019), analisa o currículo como um espaço político permeado por interesses diversos, capaz de incluir ou excluir saberes e identidades. Essa abordagem destaca a natureza ideológica e seletiva do currículo, refletindo as relações de poder na sociedade e sua função de legitimar e reproduzir as estruturas sociais dominantes (Carvalho, 2021).

Os teóricos discutem a acumulação do capital cultural e econômico pelas classes dominantes, evidenciando a divisão entre trabalho mental e manual, conhecimento técnico e

não técnico. Além disso, enfatizam que o currículo não é apenas um reflexo, mas também um elemento estruturante do sistema, moldado por relações de poder que permeiam toda a sociedade (Carvalho, 2021).

No contexto escolar, são destacadas as lutas pela hegemonia ideológica, os processos de convencimento ideológico nas interações pedagógicas e as ausências nos currículos que negam vivências e saberes dos sujeitos (Carvalho, 2021).

A pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa busca elucidar o texto normativo da BNCC à luz de um referencial teórico e conceitual crítico. Nesse sentido, o autor adota uma postura crítica construtiva, buscando avançar o entendimento sobre as políticas educacionais e o currículo, especialmente no contexto da BNCC do Ensino Médio (Carvalho, 2021).

A dissertação aponta para uma influência globalizadora e economicista no Ensino Médio, e destaca a importância de uma educação mais voltada para a formação integral dos estudantes. O autor sugere que transformações no currículo e nas práticas educacionais são fundamentais para uma educação que promova uma visão mais crítica e transformadora da realidade dos estudantes (Carvalho, 2021).

Além disso, a pesquisa ressalta a importância do envolvimento dos profissionais da educação para promover mudanças significativas e uma visão mais crítica da educação. (Carvalho, 2021).

A dissertação de Filipe Veziane Lembi de Carvalho (2021) explora as interações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio e políticas internacionais de currículo, adotando uma abordagem crítica para compreender as mudanças propostas pela BNCC e sua influência na prática educativa brasileira. A pesquisa, embora não aborde especificamente as disciplinas Eletivas, destaca o currículo como um espaço político permeado por interesses diversos, onde ocorrem lutas pela hegemonia ideológica e processos de convencimento nas interações pedagógicas. Carvalho (2021) sugere que transformações no currículo e nas práticas educacionais são essenciais para promover uma visão mais crítica e transformadora da realidade dos estudantes, ressaltando a importância do envolvimento dos profissionais da educação nesse processo. A dissertação oferece uma análise aprofundada das relações entre a BNCC do Ensino Médio, as políticas internacionais de currículo e os desafios e oportunidades para uma educação mais integral e transformadora (Carvalho, 2021).

A tese de Vera Lúcia da Costa Nepomuceno, intitulada *A reforma do ensino médio no Brasil: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente*, concentra-se na análise das

mudanças no trabalho docente resultantes da implementação da reforma do ensino médio no país. O texto examina o trabalho docente à luz da teoria marxista, situando-o dentro do sistema capitalista. Em particular, destaca as transformações nas funções do Estado capitalista, enfatizando sua relação com o modo de produção capitalista e a reprodução das relações sociais. A pesquisa também aborda a ampliação das funções do Estado no contexto do capitalismo monopolista, explorando a inter-relação entre o fundo público, políticas sociais e mudanças no trabalho docente. Além disso, o processo de reforma do ensino médio, incluindo a implementação da REM (Reforma do Ensino Médio), é examinado em detalhes, especialmente suas implicações para o trabalho docente, com foco nas escolas públicas estaduais (Nepomuceno, 2022).

A pesquisa tem como objetivo compreender a relação entre o trabalho docente e o capitalismo, investigando se é produtivo ou improdutivo dentro dos princípios marxistas, além de analisar as transformações no Estado capitalista contemporâneo em resposta às mudanças na sociedade burguesa e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Busca-se também compreender as implicações das reformas educacionais, como a REM (Reforma do Ensino Médio), nas condições de trabalho dos professores, explorando mudanças na carga horária, na organização curricular e na desprofissionalização do trabalho docente, além de examinar seus impactos na formação e estabilidade dos professores. Ademais, o estudo visa situar essas transformações no contexto mais amplo das mudanças no mundo do trabalho e desconstruir a tese do fim do trabalho, enquanto analisa as relações entre Estado e capital no capitalismo monopolista e as transformações no papel do Estado em diferentes fases do desenvolvimento capitalista, localizando o ensino médio em seu contexto histórico e identificando suas mudanças e implicações (Nepomuceno, 2022).

Os estudos apresentam um referencial teórico robusto, ancorado no materialismo histórico dialético e centrado em autores como Marx (1978, 1982, 2006, 2008, 2011, 2014), cujas obras, especialmente *O Capital* (1978), são referências centrais. Além disso, há uma ampla gama de teóricos marxistas, incluindo Ricardo Antunes (1999, 2002, 2009, 2010, 2013, 2015, 2018, 2019), André Gorz (1987), Sérgio Lessa (1999, 2005, 2007, 2012, 2021), Marilda Iamamoto (1996, 1999), que contribuem para a compreensão das relações de trabalho sob o capitalismo. Outros autores, como Gramsci (2000, 2001, 2002, 2011, 2015, 2021), Mandel (1982), Braverman (1977), e Harvey (1998, 2009, 2018), são citados para enriquecer a análise teórica e ampliar o entendimento das políticas educacionais e das relações sociais no contexto capitalista (Nepomuceno, 2022).

A pesquisa possui abordagem qualitativa, com ênfase na análise crítica de textos e conceitos. As abordagens metodológicas incluem análise documental, revisão bibliográfica e interpretação de obras relevantes. Há um foco particular na análise crítica de documentos oficiais, normativas e dados sobre a Reforma do Ensino Médio, buscando dialogar entre diferentes perspectivas teóricas. A autora adota uma postura crítica em relação à Reforma do Ensino Médio, caracterizando-a como uma contrarreforma que promove retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas, especialmente para os docentes (Nepomuceno, 2022).

A autora adota uma postura crítica em relação ao sistema capitalista, questionando as relações de trabalho e suas implicações para o trabalho docente, destacando a importância da análise das relações sociais de produção e das contradições inerentes ao capitalismo, especialmente no contexto do papel do Estado e sua relação com o capital e a classe dominante. Em relação à Reforma do Ensino Médio a autora sublinha seus impactos negativos, apontando para a desprofissionalização e precarização do trabalho docente, além da deterioração da qualidade da educação pública (Nepomuceno, 2022).

A concepção de educação na pesquisa é entendida como parte integrante das relações sociais e políticas, refletindo e reproduzindo as contradições do sistema econômico capitalista. A educação é vista como uma atividade profundamente influenciada pelas relações sociais de produção capitalista, diretamente ligada ao trabalho docente e à reprodução das relações sociais. Além disso, é compreendida como parte das políticas sociais, afetada pelo contexto econômico e político vigente. As pesquisas defendem uma concepção de educação pública de qualidade, socialmente referenciada, que valorize a formação qualificada dos professores e promova uma educação integral e crítica (Nepomuceno, 2022).

A tese oferece contribuições significativas para a educação básica ao proporcionar uma compreensão aprofundada das mudanças no trabalho docente e suas implicações, subsidiando debates e políticas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade da educação. As reflexões críticas presentes no texto fornecem subsídios para entender o papel do Estado na educação básica e o contexto socioeconômico em que ela está inserida. Além disso, destaca a importância de resistir às políticas de desprofissionalização do trabalho docente e defender uma educação de qualidade que valorize os direitos dos professores e promova a equidade na educação básica (Nepomuceno, 2022).

Outros aspectos importantes da tese incluem a análise crítica das políticas sociais, as implicações das reformas educacionais, a resistência dos professores, e questões como

desregulamentação, privatização, desvalorização da formação geral dos estudantes e as lutas políticas em torno das reformas educacionais (Nepomuceno, 2022).

A tese de Nepomuceno (2002) oferece observações relevantes para repensar abordagens educacionais no novo ensino médio, considerando a formação para o mundo do trabalho e as transformações sociais. O texto possui conexões com nosso tema de pesquisa uma vez que discute as mudanças no trabalho docente no contexto educacional e suas relações com o sistema capitalista. Isso fornece uma compreensão mais ampla das mudanças no mundo do trabalho e suas implicações para a formação e atuação dos professores. Em suas análises Nepomuceno (2022) destaca como as políticas educacionais estão inseridas no contexto das relações sociais de produção capitalista e das transformações no Estado, explorando as conexões entre as mudanças na organização curricular promovidas pela Reforma do Ensino Médio, a desprofissionalização do trabalho docente e os desafios enfrentados pelos professores. Assim, o texto oferece percepções valiosas sobre os impactos das reformas educacionais na qualidade da educação e nos direitos dos trabalhadores da educação, permitindo uma compreensão mais profunda do cenário educacional contemporâneo (Nepomuceno, 2022).

A dissertação de Deane Taiara Soares Honório (2023) analisa a reforma do Ensino Médio no Brasil, promovida pela conversão da Medida Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016) na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). Seu objetivo geral é contribuir para uma visão crítica dos educadores sobre as consequências dessa reforma para a formação da classe trabalhadora. Os objetivos específicos incluem analisar o discurso da lei, demonstrar suas implicações para a classe trabalhadora e desvelar os efeitos desse discurso na formação escolar dos jovens (Honório, 2023),

Para alcançar esses objetivos, a autora utiliza a Análise do Discurso pecheutiana, embasada no Materialismo histórico-dialético. Essa metodologia crítica permite uma análise aprofundada do discurso presente na reforma do Ensino Médio, revelando suas bases ideológicas e suas implicações para a formação dos estudantes, especialmente da classe trabalhadora (Honório, 2023).

O estudo destaca a importância de compreender as políticas educacionais sob uma perspectiva crítica, identificando elementos ideológicos que afetam diretamente os jovens estudantes. Além disso, ressalta a necessidade de políticas que promovam uma formação integral e crítica, indo além da mera preparação para o mercado de trabalho. A análise da autora também enfatiza a influência das classes hegemônicas e do Estado na formulação dessas políticas educacionais. Ela aponta para a necessidade de uma educação que valorize a

diversidade cultural e os saberes dos estudantes, combatendo a precarização e a instrumentalização do ensino em prol de interesses econômicos e empresariais (Honório, 2023).

A autora revisita o percurso histórico do Ensino Médio no Brasil, desde a Primeira República até a Reforma de 1971, destacando as continuidades e rupturas nas políticas educacionais ao longo do tempo. Esse contexto histórico inclui a redemocratização e intensos debates sociais e políticos, marcados pela ascensão do neoliberalismo nos anos seguintes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabeleceu o Ensino Médio como preparação para o trabalho e a cidadania, com enfoque em conhecimentos científico-tecnológicos, refletindo a ênfase neoliberal na formação técnica e profissionalizante. Governos posteriores, como o de Luiz Inácio Lula da Silva, buscaram a universalização da educação e a inclusão de grupos marginalizados, mas enfrentaram retrocessos, como a divisão do Ensino Médio em itinerários formativos durante o governo Temer, criticada por especialistas e movimentos sociais (Honório, 2023).

A pesquisa utiliza a Análise do Discurso francesa, vinculada a Michel Pêcheux, para compreender os discursos presentes nessas políticas educacionais e sua relação com a ideologia e as condições históricas e sociais. Essa abordagem permite uma análise crítica dos discursos, revelando como são construídos, quem se beneficia deles e quais são os impactos na educação e na sociedade como um todo (Honório, 2023).

A dissertação aborda a influência da ideologia na sociedade, destacando como as formações ideológicas e discursivas sustentam os sentidos que tentam camuflar conflitos de classe. Discute-se o papel do interdiscurso na memória discursiva, enfatizando o silêncio como parte do discurso e sua importância na compreensão do real (Honório, 2023).

No contexto da reforma do Ensino Médio, analisa-se a abordagem neoliberal presente nas políticas educacionais, que priorizam a formação técnica e profissional em detrimento de uma formação ampla e crítica. Destaca-se a influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE, que promovem parcerias entre escolas e empresas para alinhar a educação com as demandas do mercado (Honório, 2023).

A dissertação também discute a divisão entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos, evidenciando como essa abordagem reflete a visão utilitarista da educação alinhada às demandas econômicas. Critica-se a superficialidade da formação oferecida, especialmente nas escolas públicas, devido às restrições de recursos e parcerias com instituições de educação a distância (Honório, 2023).

A reforma é analisada sob a ótica da formação de trabalhadores, enfatizando a necessidade de uma educação integral que promova habilidades cognitivas e socioemocionais, além das competências técnicas. Destaca-se a diferença entre a visão capitalista e a visão de educadores como Freire (2002, 2021) e Perrenoud (2013), que defendem uma formação crítica e emancipatória dos estudantes. A classe trabalhadora contemporânea não se limita apenas aos trabalhadores industriais, mas também inclui os informais, temporários, rurais e desempregados, todos contribuindo para a economia e a sociedade. As políticas educacionais são utilizadas para manipular os grupos populacionais mais pobres, enquanto o capitalismo busca explorar a força de trabalho e destruir a natureza para se manter ativo e lucrativo (Honório, 2023).

A reforma do Ensino Médio, iniciada em 2017, reflete a influência das prescrições internacionais e do neoliberalismo, priorizando a formação técnica e profissional em detrimento de uma formação integral e crítica. As escolas são tratadas como empresas, os estudantes são instrumentalizados para o mercado de trabalho, e os currículos são focados na aprendizagem superficial e na adaptação às demandas do mercado, em vez de promoverem uma educação universal e emancipadora (Honório, 2023).

Ao abrir espaço para parcerias com instituições privadas e empresas, a reforma evidencia o desinteresse pelo fortalecimento da educação pública e dos estudantes da classe trabalhadora. A escola se torna um instrumento de reprodução das ideologias dominantes e de formação de sujeitos subservientes, em vez de promover uma educação crítica e transformadora (Honório, 2023).

A pesquisa não visa esgotar o tema, mas sim contribuir para uma análise crítica da reforma do Ensino Médio e seus efeitos. Por meio da Análise do Discurso, foram identificadas as condições de produção do discurso neoliberal presente na reforma do Ensino Médio (Honório, 2023).

A autora enfatiza a importância de questionar e resistir às políticas educacionais que perpetuam desigualdades e alienação, buscando uma educação que promova a emancipação dos indivíduos e a transformação social. A dissertação oferece uma contribuição significativa para o debate sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil, evidenciando suas implicações para a formação da classe trabalhadora e indicando direções para uma educação mais crítica, inclusiva e emancipatória (Honório, 2023).

Embora a dissertação de Deane Taiara Soares Honório (2023) não aborde diretamente as disciplinas Eletivas e o Trabalho Docente, ela oferece uma análise crítica da reforma do Ensino

Médio no Brasil, destacando seus impactos na formação da classe trabalhadora. Ao adotar a Análise do Discurso pecheutiana embasada no Materialismo histórico-dialético, a autora busca desvelar as implicações ideológicas dessa reforma e seus efeitos na educação dos jovens, especialmente os pertencentes à classe trabalhadora. A pesquisa ressalta a importância de compreender as políticas educacionais sob uma perspectiva crítica, identificando elementos ideológicos que afetam diretamente os estudantes, além de destacar a influência das classes hegemônicas e do Estado na formulação dessas políticas. A análise histórica do Ensino Médio no Brasil desde a Primeira República até os dias atuais revela as continuidades e rupturas nas políticas educacionais, incluindo a redemocratização e os debates sociais e políticos intensos. A abordagem neoliberal presente nas políticas educacionais é criticada por priorizar a formação técnica em detrimento de uma formação integral e crítica, alinhando-se às demandas do mercado e ignorando a diversidade cultural e os saberes dos estudantes. A pesquisa, portanto, destaca a importância de uma educação que promova a emancipação dos indivíduos e a transformação social, oferecendo contribuições significativas para o debate sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil (Honório, 2023).

A dissertação de Andresa Marques De Lima Farias (2023) intitulada *Novo Ensino Médio: Um Estudo Sobre o Impacto da Disciplina Eletiva de Matemática Básica I Em Uma Escola Estadual do Ceará* aborda a antipatia dos alunos pela disciplina de matemática na educação básica, especialmente no ensino médio, e a necessidade de compreender suas origens. Destaca-se o desafio dos professores em tornar as aulas atrativas e motivadoras para os alunos, especialmente considerando a relação entre sentimentos e aprendizagem, conforme Piaget (1976). No âmbito do estudo, são analisadas as mudanças propostas no novo ensino médio, com foco específico nas disciplinas Eletivas, utilizando como caso de estudo a disciplina Eletiva de Matemática Básica I ministrada no 1º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Liceu do Conjunto Ceará, visando compreender seu impacto na aprendizagem dos alunos (Farias, 2023).

Os objetivos do estudo abrangem tanto a reflexão sobre as mudanças no ensino médio quanto a análise do impacto específico da disciplina Eletiva de Matemática Básica I na Escola Estadual Liceu do Conjunto Ceará. Isso inclui investigar as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores durante o ensino remoto, avaliar a eficácia do novo modelo de ensino médio em atender às necessidades dos estudantes e discutir os possíveis benefícios das disciplinas Eletivas. Além disso, há um foco em nivelar o conhecimento dos alunos em matemática básica, desenvolver habilidades específicas e promover uma aprendizagem mais participativa e motivadora por meio do uso de jogos matemáticos. Ao mesmo tempo, busca-se

avaliar a evolução dos alunos ao longo das aulas da disciplina Eletiva e compreender a motivação dos alunos em relação a ela (Farias, 2023).

A autora cita Piaget (1976) para destacar a relação entre vida afetiva e cognitiva na aprendizagem. Além disso, faz referência a estudos sobre os impactos emocionais da pandemia de COVID-19 e à evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como base para entender as dificuldades na aprendizagem de matemática. A autora cita Celso João Ferretti (2018) para questionar as reais intenções por trás da reforma do ensino médio, levantando a preocupação se essa mudança visa realmente o aprendizado dos alunos ou se busca, na verdade, antecipar a inserção no mercado de trabalho, afastando-os da vida acadêmica (Farias, 2023).

A abordagem adotada é quali-quantitativa, visando uma análise da experiência em questão, para isso destaca os autores Rangel *et al.* (2018). A pesquisa envolve um estudo de caso de uma prática pedagógica de ensino e a observação dos resultados de uma avaliação diagnóstica realizada no início e no final da disciplina Eletiva. Os resultados são analisados tanto qualitativamente quanto quantitativamente, permitindo uma compreensão do impacto da disciplina Eletiva (Farias, 2023).

Os procedimentos de pesquisa incluem o acompanhamento dos alunos ao longo das aulas da disciplina Eletiva, a correção das avaliações diagnósticas e uma análise das respostas dos alunos, comparando os resultados antes e depois das aulas da disciplina Eletiva. Além disso, são utilizadas práticas como busca por jogos matemáticos online, adaptação e reprodução dos jogos pelos alunos, e discussão das regras e estratégias de jogo em sala de aula (Farias, 2023).

Farias (2023) expressa preocupação com as reais intenções por trás da reforma do ensino médio, questionando se há um verdadeiro foco na aprendizagem dos alunos ou se a reforma visa apenas a profissionalização precoce. Ela destaca as limitações da reforma, como a falta de consideração das condições objetivas das escolas e a possibilidade de agravar as desigualdades sociais (Farias, 2023).

A concepção de educação defendida pela autora valoriza a diversidade dos estudantes e busca promover sua participação ativa no processo de aprendizagem. Isso é refletido no enfoque dado à melhoria do ensino, especialmente no campo da matemática, e na busca por alternativas para alcançar esse objetivo. Além disso, destaca a importância do ambiente escolar, da motivação dos alunos e do apoio familiar para promover a aprendizagem. Enfatiza o protagonismo estudantil, e questiona a efetividade das reformas educacionais complexas em comparação com a formação adequada dos professores (Farias, 2023).

As possíveis contribuições para a educação básica, incluem a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática Básica, a mudança de percepção sobre a disciplina e o aumento da motivação e interesse dos alunos pela matemática. Além disso, a integração de jogos matemáticos no ensino para reforçar conceitos e desenvolver habilidades lógicas, o estímulo ao aprendizado participativo e colaborativo, e a exploração de estratégias de ensino inovadoras e atrativas para os alunos podem ser destacadas (Farias, 2023).

Outros aspectos importantes abordados incluem as repercussões da pandemia na educação básica brasileira, críticas direcionadas à reforma do ensino médio e as propostas de mudanças nesse novo modelo e suas possíveis consequências. É enfatizada a importância de monitorar e avaliar o impacto dessas transformações, juntamente com a autonomia dos professores na seleção de disciplinas Eletivas. Além disso, destaca-se a necessidade de avaliar e debater os efeitos dessas mudanças na prática educacional, ressaltando a importância do diálogo entre pais, professores e alunos (Farias, 2023).

Observamos na dissertação conexões com o nosso tema de pesquisa uma vez que discute a valorização dos professores para estimular o aprendizado dos alunos no Novo Ensino Médio. O Trabalho Docente aqui é reconhecido como essencial para impulsionar o progresso dos alunos e promover seu envolvimento com a disciplina Eletiva. Farias (2023) coloca também os enfrentamentos de desafios que variam consideravelmente entre as escolas, devido às diferentes realidades estruturais das escolas e formações dos professores (Farias, 2023).

A dissertação *Os Impactos do Novo Ensino Médio no Trabalho Docente: Narrativas dos professores de Geografia em Vitória da Conquista – BA*, de autoria de Rosimar Rosa Ávila, concentra-se na análise dos efeitos da implementação do Novo Ensino Médio, conforme a Lei nº13.415/17, sobre o trabalho dos professores de Geografia em Vitória da Conquista, Bahia. A pesquisa destaca as narrativas dos professores como fonte primordial de compreensão dos desafios enfrentados, suas percepções sobre a prática docente e as mudanças na estrutura escolar. Essa abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada dos impactos do Novo Ensino Médio na vida profissional dos docentes, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados no contexto educacional atual, especialmente no que diz respeito à disciplina de Geografia (Ávila, 2023).

Os objetivos da pesquisa visam compreender os impactos da implementação do Novo Ensino Médio no trabalho dos professores de Geografia, bem como analisar como a nova estrutura curricular, incluindo disciplinas Eletivas e itinerários formativos, afeta sua prática docente. Além disso, Ávila (2023) investiga as narrativas dos professores sobre suas experiências

profissionais e pessoais, compreender os impactos dessa implementação na prática pedagógica e explorar a relação entre suas memórias e experiências com suas práticas educativas atuais. Outros objetivos incluem analisar a produção científica sobre o Novo Ensino Médio, práticas docentes e ensino de Geografia, identificar lacunas nesses temas, compreender como as reformas do Ensino Médio estão sendo discutidas e implementadas, especialmente na Bahia, e discutir a institucionalização da educação escolar, as etapas de ensino e as reformas curriculares propostas para a educação básica brasileira ao longo do tempo, avaliando as contribuições e desafios para a formação dos estudantes (Ávila,2023).

O referencial teórico utilizado por Ávila (2023) neste estudo abrange uma variedade de autores. Destacam-se as contribuições de autores como Saviani (2012) para uma abordagem crítica da teoria educacional brasileira, enquanto Sampaio (2019) traz perspectivas importantes sobre a formação profissional dos docentes. No âmbito do contexto político e econômico, autores como Ferreti (2018) e Giroto (2016) e Frigotto (2016,2017) complementam a compreensão das dinâmicas que influenciam as políticas educacionais. Quanto à formação profissional, obras de Larossa (2002) e Tardif (2002) são referências importantes. Na área das ciências humanas e geografia, contribuições de autores como Callai (2005) e Simões (2017) enriquecem a análise. Por fim, no que diz respeito ao currículo e trabalho docente, obras de Arroyo (2013) e Tardif e Lessard (2014) oferecem contribuições relevantes para compreender os desafios enfrentados pelos educadores na prática pedagógica (Ávila, 2023).

A pesquisa é bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Os procedimentos de pesquisa adotados neste estudo envolvem principalmente a análise de documentos oficiais, legislações educacionais, relatórios de consulta pública e posicionamentos de entidades e pesquisadores para investigar as políticas educacionais e seus impactos. Além disso, há uma revisão teórica e documental das legislações e estudos existentes, bem como a coleta de dados por meio de entrevistas narrativas com professores de Geografia do Ensino Médio que foram gravadas e transcritas com a permissão dos participantes. A pesquisa também inclui procedimentos éticos, como a submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e a análise de dados através da interpretação dos depoimentos dos professores com base em uma análise de conteúdo (Ávila, 2023).

Ávila (2023) assume uma postura crítica em relação à implantação do Novo Ensino Médio, expressando preocupações sobre a falta de diálogo, desigualdades na oferta de itinerários formativos e precariedade na infraestrutura educacional. Destaca os impactos negativos sobre

os docentes, como precarização, adoecimento, insegurança e desmotivação, refletindo uma visão de descontentamento com a reforma educacional em vigor (Ávila, 2023).

As concepções de educação apresentada na dissertação enfatizam a integração, abrangência e contextualização do processo educacional, valorizando a formação integral dos estudantes e a importância do diálogo com a comunidade escolar. A pesquisa destaca a educação como um bem público e subjetivo, que deve valorizar o contexto social e histórico dos professores e alunos, sugerindo uma abordagem centrada na experiência e narrativa dos sujeitos para construção do conhecimento (Ávila, 2023).

As possíveis contribuições para a educação básica surgem das análises críticas sobre o Novo Ensino Médio incluem a reflexão sobre os impactos negativos no trabalho docente e a necessidade de uma formação adequada e contínua para os professores. Destaca-se ainda a importância de um currículo que valorize todas as disciplinas, sem prejudicar a formação integral dos estudantes. Essas reflexões sugerem a importância de propostas de alterações legislativas visando aprimorar o modelo de Ensino Médio, considerando a diversidade de contextos locais e promovendo uma formação crítica e cidadã dos alunos, além de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas, baseadas nas vivências e desafios enfrentados pelos docentes (Ávila, 2023).

Outros aspectos importantes destacados na pesquisa incluem a precarização do trabalho docente, o aumento do adoecimento, insegurança e desmotivação entre os professores em decorrência da implementação do Novo Ensino Médio. A reforma é vista como um retrocesso, especialmente para disciplinas como Geografia, que enfrentam redução de carga horária ou até mesmo exclusão do currículo. Além disso, observa-se uma implementação verticalizada da reforma, sem consulta adequada aos professores, o que evidencia um interesse político e econômico por trás da medida, promovendo uma lógica neoliberal que desvaloriza a educação crítica. A pesquisa também ressalta a importância de abordar as experiências docentes com uma perspectiva que valorize a subjetividade e a reflexão crítica, destacando o papel do diálogo e da memória na construção de uma prática educativa significativa (Ávila, 2023).

A análise da dissertação de Ávila (2023) revela diversas conexões significativas com o tema do Novo Ensino Médio, disciplinas Eletivas e o trabalho docente. Primeiramente, as narrativas dos professores evidenciam o impacto direto da implementação do Novo Ensino Médio em suas práticas pedagógicas, destacando tanto os desafios enfrentados quanto as oportunidades emergentes. Além disso, a pesquisa explora como os professores percebem e se adaptam às mudanças curriculares, especialmente no que diz respeito às disciplinas Eletivas, evidenciando

a necessidade de flexibilidade curricular para atender às demandas dos estudantes. Discute-se também a importância da formação e suporte adequados oferecidos aos professores para lidar com as novas exigências educacionais, reconhecendo a necessidade de um contínuo desenvolvimento profissional. Por fim, a pesquisa incentiva uma abordagem reflexiva sobre o trabalho docente, ressaltando a importância da reflexão crítica para a adaptação às novas diretrizes educacionais e para o aprimoramento constante da prática pedagógica. Essa análise oferece contribuições valiosas para compreender os desafios e oportunidades associados à implementação do Novo Ensino Médio e ao papel das disciplinas Eletivas na formação dos estudantes, bem como as mesmas impactam o trabalho docente (Ávila, 2023).

As dissertações e teses exploradas nos oferecem uma visão abrangente das políticas educacionais no contexto do Novo Ensino Médio, conectando-se diretamente com o tema desta dissertação: as Eletivas no Novo Ensino Médio em Minas Gerais. Ao adotar categorias como objeto de estudo, objetivos, referencial teórico, metodologia e posicionamento do(a) autor(a), conseguimos evidenciar a relação entre o trabalho docente, as eletivas e a reforma educacional, que são temas centrais em nesta pesquisa.

Muitos trabalhos mostram a complexidade das reações das escolas frente às mudanças propostas pela reforma. Observamos vários apontamentos em que a introdução de disciplinas Eletivas tem gerado debates sobre sua real contribuição para o aprendizado dos alunos e a carga de trabalho docente. Destacam como essa nova estrutura curricular impacta a prática dos professores, seja através de adesão parcial ou resistência às mudanças. Esse cenário reflete diretamente os desafios encontrados na minha própria investigação, onde a introdução das Eletivas, como um dos eixos estruturantes do Novo Ensino Médio, revela a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas, mas também evidencia lacunas quanto à sua eficácia e aceitação entre os docentes.

Outro ponto importante que conecta minha dissertação às demais obras é a discussão sobre a ampliação do tempo escolar. Embora essa mudança possa trazer benefícios ao desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, a real contribuição das Eletivas para esse desenvolvimento ainda é motivo de debate. Na pesquisa que desenvolvi, essa questão também surge de forma expressiva, visto que as disciplinas Eletivas, embora potencialmente promissoras, ainda carecem de uma estrutura pedagógica sólida que garanta o aprendizado efetivo. A discussão sobre o tempo extra na escola e a qualidade das disciplinas Eletivas ressoam como um dos principais desafios na reforma curricular.

Em meio às obras encontramos várias análises críticas sobre os reais interesses por trás da reforma educacional, enfatizando o papel do Estado e as demandas capitalistas na formulação das políticas educacionais. Esse viés crítico oferece um contraponto importante à análise das eletivas no Novo Ensino Médio, pois permite questionar se essas disciplinas realmente promovem a formação integral dos alunos, ou se estão atreladas a interesses de mercado que priorizam competências e habilidades mais voltadas para o mundo do trabalho. Em minha pesquisa, essa reflexão se faz presente ao explorar como as eletivas são moldadas não apenas pelas necessidades pedagógicas, mas também pelas exigências sociais e econômicas que pressionam as escolas a formar alunos "prontos" para o mercado.

Outra discussão colocada em grande parte das obras é a de como o empresariado tem influenciado as políticas educacionais, particularmente no que tange à flexibilização curricular. As análises sobre a inserção da lógica de competências e habilidades nas escolas dialoga diretamente com a estrutura das Eletivas, que, em muitos casos, parecem estar mais voltadas para atender às demandas do setor empresarial do que para promover uma formação crítica e emancipatória. Essa influência do empresariado também aparece na minha pesquisa, onde questiono até que ponto as Eletivas estão sendo pensadas como um espaço de autonomia pedagógica ou se estão sujeitas a interesses externos que limitam seu potencial formativo.

Em síntese, as análises das dissertações e teses apontam para uma série de desafios e reflexões que convergem com os objetivos da minha pesquisa. O estudo dessas obras oferece subsídios importantes para questionar o papel das Eletivas na formação integral dos alunos e o impacto dessas mudanças na prática docente.

## 2- ELETIVAS NO NOVO ENSINO MÉDIO

No contexto do Novo Ensino Médio, surgem diversas questões sobre as disciplinas Eletivas, que fazem parte dos itinerários formativos. Ou seja, elas oferecem uma flexibilidade adicional dentro dos itinerários. No entanto, é importante destacar que as disciplinas Eletivas não são o mesmo que itinerários formativos, mas sim uma parte integrante deles. Assim, um itinerário pode ser composto por disciplinas Eletivas, pela parte comum a todos os itinerários (que inclui projeto de vida e outros elementos) e pela parte específica da área do itinerário.

De acordo com as diretrizes do MEC e da BNCC, as redes de ensino têm a autonomia de decidir se vão oferecer disciplinas Eletivas ou não, dentro de seus itinerários.

O Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propõe uma flexibilização curricular com o intuito de promover o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens essenciais para os estudantes em Minas Gerais. Dentro dessa proposta, os Itinerários Formativos destacam-se por abordar cinco unidades curriculares, sendo uma delas as Eletivas, foco do nosso estudo.

As Eletivas, como parte integrante dos Itinerários Formativos, são concebidas como oportunidades para os estudantes explorarem diferentes temas, podendo escolher associá-las à Área de Conhecimento, Formação Técnica e Profissional, ou até mesmo envolver-se em mais de uma área. A proposta pedagógica dessas disciplinas busca uma abordagem lúdica e prática, proporcionando vivências conectadas à Formação Geral Básica, aos eixos estruturantes e às Competências Gerais da BNCC.

Apesar da aparente flexibilidade e diversificação proporcionadas pelas Eletivas, é fundamental questionar a eficácia dessa proposta na prática. A conexão entre as disciplinas Eletivas e os objetivos do currículo, dos eixos estruturantes, e das competências gerais da BNCC demanda um cuidado constante para evitar que essas disciplinas se tornem desconectadas e percam a coerência pedagógica.

Outro ponto de reflexão se relaciona à oferta das Eletivas, especialmente quando vinculadas à Educação Profissional Técnica (EPT). Embora essa possibilidade permita uma maior integração com o mercado de trabalho, é preciso garantir que as Eletivas abordem as habilidades demandadas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), evitando desconexões entre a formação escolar e as demandas profissionais.

A quantidade e variedade de Eletivas oferecidas pelas escolas também representam um desafio. A orientação de proporcionar maior diversidade à medida que aumenta o número de estudantes pode criar dificuldades logísticas e de gestão para as instituições. Além disso, a sugestão de os estudantes realizarem quatro Eletivas ao longo dos três anos do Ensino Médio levanta a questão da qualidade em detrimento da quantidade, exigindo uma cuidadosa avaliação do impacto pedagógico dessa escolha.

As Eletivas, como inovação valiosa no Currículo Referência do Ensino Médio, demandam enfrentamento e reflexão sobre os desafios práticos associados à sua implementação. A coesão com os demais componentes curriculares, a adequada integração com a Educação Profissional Técnica e a gestão eficiente da diversidade de opções são questões fundamentais a serem abordadas para garantir a eficácia dessa proposta flexível no contexto educacional mineiro.

## **2.1 Contextualização da Educação Brasileira- Principais legislações do sistema educacional do país voltadas para o ensino médio a partir da década de 1970**

A educação brasileira a partir da década de 1970 é marcada por uma série de transformações significativas que impactaram diretamente o cenário educacional do país. Este período foi caracterizado por mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram reflexos substantivos nas políticas educacionais. A revisão de literatura sobre as políticas públicas educacionais revela desafios e avanços, particularmente no que se refere ao Ensino Médio.

Nesse contexto, compreenderemos as políticas educacionais não apenas como instrumentos de estruturação do sistema de ensino, mas como ferramentas essenciais na busca por equidade, acesso e qualidade na educação brasileira. A análise dessas políticas permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldaram o Ensino Médio, identificando desafios persistentes e propondo reflexões sobre caminhos futuros para a educação brasileira, especialmente no que diz respeito à formação dos jovens em um cenário complexo e dinâmico.

A Lei do Ensino de 1º e 2º Grau nº 5692/71, promulgada durante o regime militar em 1971, representou uma reforma significativa no sistema educacional brasileiro. Esta lei, que estabeleceu o Ensino Médio como parte do 2º grau, introduziu grandes mudanças ao tornar o Ensino Profissionalizante compulsório.

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o

trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1971, s/p).

Essa legislação reforçou a dualidade de formação no Ensino Médio, direcionando uma formação propedêutica para a classe média/alta e uma formação técnica profissional para a classe trabalhadora. A lei estabeleceu um currículo comum obrigatório em âmbito nacional, com uma parte diversificada adaptada às necessidades locais, planos das escolas e diferenças individuais dos alunos. O caráter dualista foi evidenciado pela predominância da formação especial para a habilitação profissional no Ensino Médio, refletindo a conjuntura política e econômica da época, buscando atender às demandas específicas do mercado de trabalho. Essa dualidade colocou pressão sobre os professores, que tiveram que se adaptar a diferentes demandas de formação e preparar os alunos tanto para a continuidade dos estudos quanto para o mercado de trabalho.

Destacamos o artigo 6º que confirma a finalidade desta reforma para o Ensino Médio.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único. O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento. (Brasil, 1971, s/p).

A reforma foi marcada pela cooperação com empresas, estágios sem vínculo empregatício e antecipação da iniciação para o trabalho e habilitação profissional. A terminalidade, um dos principais objetivos da lei, possibilitava a entrada rápida no mercado de trabalho visando suprir as demandas do mercado econômico brasileiro.

O compromisso com a educação pública como espaço fundamental para o desenvolvimento intelectual e cidadão teve início durante o processo de redemocratização do Brasil, destacado pela Constituição Federal (CF) de 1988. Esta Constituição, fruto de uma negociação entre diversos setores da sociedade e autoridades da época, estabelece a educação como um direito universal, dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento pessoal, preparação para a cidadania e qualificação para o trabalho.

A CF/88, conhecida como "Constituição Cidadã", marcou a transição política do regime militar para a democracia, garantindo direitos sociais fundamentais, incluindo a Educação. A CF/88 não é especificamente uma legislação educacional, mas seu destaque está no reconhecimento da educação como um direito irrestrito para todos, sem contrapartidas. Este

avanço foi expresso no artigo 205, destacando a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, s/p).

O Artigo 205 da Constituição Federal (1988), juntamente com os demais artigos constituintes, é singular ao introduzir mecanismos de vinculação, tanto para diretrizes quanto para orçamento, com o objetivo de assegurar a educação pública como um projeto nacional. A Constituição de 1988 destaca a importância da educação integral, abrangendo a formação cidadã, a preparação para o trabalho e o pleno desenvolvimento individual.

A Constituição Federal (1988) desempenhou um papel crucial na definição e reformulação das políticas educacionais no Brasil, estabelecendo a base para legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1998 (DCNEM/98). Esses documentos, por sua vez, influenciaram a criação de importantes instrumentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012 (DCNEM /2012) e o Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE/2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), desempenha um papel crucial na história da educação brasileira ao normatizar e regular o sistema educacional público e privado do país, alinhando-se aos princípios da Constituição Federal de 1988. Esta legislação é considerada a Carta Magna da Educação Brasileira.

Promulgada em 20 de dezembro de 1996, a LDB/96 estabeleceu os três níveis de ensino, incluindo o ensino médio, como partes integrantes da educação básica, marcando um avanço significativo, especialmente para essa etapa final da educação básica. A lei determina que, embora seja dever do Estado garantir o direito à educação, a família também é corresponsabilizada, conforme o Art. 6º da LDB: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade” (BRASIL, 1996).

A LDB/96 assegura a gratuidade da escolarização pública para todos, mantendo o mesmo princípio estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Art. 3º, VI). O Art. 4º, I, C da LDB representa um avanço ao incluir o ensino médio como parte da educação básica obrigatória e gratuita, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio dos 4 aos 17 anos.

Essa inclusão foi introduzida pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que alterou a LDB/96 ampliando a escolarização obrigatória e gratuita de nove para catorze anos.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio (Brasil, 1996, s/p).

A partir da Lei nº 12.796 (2013), o ensino médio é inserido na educação básica obrigatória e gratuita, conferindo-lhe status de direito público subjetivo. Isso significa que qualquer cidadão, grupo, associação ou entidade legalmente constituída pode acionar o poder público para exigir o acesso à educação básica obrigatória.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), em seu Art. 35, delinea as finalidades do ensino médio, enfatizando a consolidação dos conhecimentos, preparação para o trabalho e cidadania, desenvolvimento ético e autonomia intelectual. Essas metas refletem uma visão integral da educação básica, sendo o ensino médio uma etapa crucial para o desenvolvimento educacional e humano dos alunos.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996, s/p).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio de 1998 são um conjunto de normas elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), derivadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96). Essas diretrizes têm o propósito de orientar a organização curricular nas escolas de ensino médio, integrando-se às fases da educação básica.

De acordo com o Art. 9º, IV da LDB/96, a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tem a responsabilidade de estabelecer competências e

diretrizes para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, visando garantir uma formação básica comum. As DCN, portanto, representam um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos que norteiam a organização pedagógica e curricular das escolas, alinhando a educação com o mundo do trabalho, a prática social, a cidadania e a preparação básica para o trabalho.

As primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituídas pela Resolução CEB Nº 3, de 26 de junho de 1998, destacam a importância de seguir os valores e princípios previstos na LDB, enfatizando interesses sociais, direitos e deveres dos cidadãos, respeito ao bem comum e à ordem democrática, fortalecimento dos vínculos familiares e solidariedade humana.

A proposta pedagógica, fundamentada na pedagogia das competências, busca uma educação mais técnica e próxima da profissionalização. Os currículos do Ensino Médio deveriam ser organizados de modo a desenvolver competências cognitivas e sociais, priorizando-as sobre informações, reconhecendo a importância das linguagens e adotando metodologias diversificadas, buscando vincular o conhecimento à experiência cotidiana, aproximam a educação escolar do Ensino Médio ao mundo do trabalho.

Sobre a pedagogia de competências Saviani (2007) que afirma que :

[...] a “pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos, que segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado.” (Saviani, 2007, p. 435).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio( DCNEM) de 1998 propõem uma Base Nacional do Currículo organizada por áreas de conhecimento, como Linguagens, Códigos, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas, além de uma parte diversificada. A carga horária mínima é estabelecida em 2.400 horas anuais, com 75% para a Base Comum e 25% para a parte diversificada.

No que diz respeito à formação profissional, a DCNEM destaca a não dissociação entre formação geral e preparação básica para o trabalho. A preparação básica deve estar presente tanto na base nacional comum quanto na parte diversificada. Os estudos concluídos no ensino médio, tanto na base comum quanto na parte diversificada, podem ser aproveitados para a obtenção de habilitação profissional.

É ressaltado que não se deve confundir preparação para o trabalho com formação profissional, pois a preparação não implica certificação específica, enquanto a formação profissional exige essa certificação. O documento também destaca a possibilidade de articulação entre ensino médio e educação profissional, mas mantendo a independência entre os cursos.

Na década de 2000, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) com o objetivo de fortalecer os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e promover a reforma nessa etapa da educação básica. Os PCNEM desempenham o papel de disseminar os princípios da reforma curricular e orientar os professores na adoção de novas abordagens e metodologias.

Esses parâmetros são divididos em quatro partes, abordando bases legais, linguagens, códigos e suas tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, e ciências humanas e suas tecnologias. Eles servem como referência nacional para a construção de currículos escolares, Projetos Políticos Pedagógicos e atualização profissional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) refletem a intenção de criar um "Novo Ensino Médio" desde a sua concepção, buscando dissociar essa etapa da educação do modelo anterior à Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

O documento segue apresentando que:

Partindo de princípios definidos na LDB, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o País, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender (Brasil, 2000, p.4).

A proposta visa desenvolver currículos baseados na pedagogia das competências, enfatizando a contextualização e interdisciplinaridade.

Os documentos destacam a necessidade de superar um ensino descontextualizado e compartimentalizado, promovendo significado ao conhecimento escolar. Eles também buscam estabelecer um diálogo flexível com as escolas na elaboração de projetos pedagógicos.

Ao contrário à década de 70 em que a preocupação era a formação para dominar maquinários, uma vez que o contexto histórico era um grande desenvolvimento da industrialização, a década de 90 trouxe desafios diferentes, com a "revolução da informática"

e a ascensão das novas tecnologias. Os PCNEM propõem uma formação no Ensino Médio focada em conhecimentos básicos, preparação científica e capacidade de utilizar diversas tecnologias, destacando a formação geral em oposição à formação específica.

A formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização (Brasil, 2000, p.5).

Os autores do documento reconhecem a necessidade de mudanças estruturais diante da "revolução do conhecimento" e a expansão da rede pública de educação. Além disso, ressaltam a importância de atender aos padrões de qualidade exigidos pela sociedade (Brasil, 2000).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012 foram estabelecidas pela Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica vinculados ao Ministério da Educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012) asseguram o Ensino Médio como direito social, garantindo sua oferta pública e gratuita, alinhando-se com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O documento destaca quatro finalidades para o Ensino Médio, como consolidação e aprofundamento de conhecimentos, preparação básica para o trabalho e cidadania, desenvolvimento ético e autonomia intelectual.

Quanto à organização curricular, as diretrizes estabelecem uma parte comum e uma diversificada, distribuídas em quatro áreas do conhecimento. A carga horária mínima é de 2.400 horas ao longo de três anos, com ênfase em componentes curriculares obrigatórios. Além disso, permite a integração do Ensino Médio à Educação Profissional e Tecnológica, mediante ampliação da carga horária para 3.200 horas.

Os princípios de interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização são enfatizados nas DCNEM/12, visando promover uma abordagem integrada do conhecimento e possibilitar itinerários formativos adaptados aos interesses e necessidades dos estudantes.

Comparativamente com as DCNEM/98, não há diferenças significativas na organização curricular, mas as DCNEM/12 no que diz respeito ao trabalho, representam um progresso em ao incorporar a ideia do "trabalho como princípio educativo". Isso envolve levar em conta a

compreensão do processo histórico da produção científica e tecnológica, bem como a expansão das capacidades, potencialidades e sentidos humanos.

O Plano Nacional de Educação estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, visa orientar as políticas educacionais no Brasil por uma década. Sua aprovação, com vigência de dez anos a partir de 2014, baseia-se no artigo 214 da Constituição Federal de 1988, que propõe um regime de colaboração entre os entes federativos para articular o sistema nacional de educação.

A Emenda Constitucional nº 59 (2009), modificou o artigo 214 da CF/88, tornando obrigatório o ensino dos quatro aos dezessete anos e ampliando os programas suplementares para todas as etapas da educação básica, priorizando a universalização, qualidade e equidade, considerando a diversidade das populações.

No contexto do Ensino Médio (EM), o PNE/14 estabelece metas específicas, como a universalização do atendimento (meta 3), melhoria da qualidade do ensino médio (meta 7) e promoção da equidade (meta 11).

As estratégias para o EM incluem a institucionalização de um programa nacional de renovação do ensino médio, a elaboração de direitos e objetivos de aprendizagem, a pactuação de uma base nacional comum curricular, a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o fomento ao ensino médio integrado à educação profissional, e a prevenção à evasão.

Destaca-se a importância da Educação Física, evidenciada na estratégia 3.4, integrando a prática desportiva ao currículo. A estratégia 3.6 propõe a universalização do ENEM, utilizado como instrumento de avaliação sistêmica e classificatória.

A estratégia 3.7 incentiva a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, considerando as peculiaridades das populações. O PNE/14 busca redimensionar a oferta do ensino médio nos turnos diurno e noturno, atendendo à demanda e implementando políticas de prevenção à evasão.

O PNE/14 propõe a meta 7, visando a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, com médias nacionais projetadas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio.

Quanto à meta 20, que busca ampliar o investimento público mínimo em educação em 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País até o final de 2024 não foi efetivada devido à promulgação da Emenda Constitucional nº 95 (EC/95) de 2016 que estabelece um novo regime fiscal que vigorará por 20 anos, limitando os recursos e investimentos destinados à educação. Isso gera um conflito com a meta 20 do PNE/14, comprometendo a efetividade e execução das

políticas educacionais, incluindo aquelas relacionadas à reforma do ensino médio que demandam recursos públicos para se efetivarem. Isso colocou pressão adicional sobre os professores para melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, especialmente considerando o contexto de limitação de recursos imposto pela Emenda.

Observamos, portanto, que ao longo das últimas décadas, as mudanças na legislação educacional brasileira têm impactado diretamente o trabalho dos docentes, exigindo adaptação constante, revisão de práticas pedagógicas e uma atuação cada vez mais alinhada com os princípios e objetivos estabelecidos pelas políticas educacionais.

### **2.1.1 Contextualização da reforma do ensino médio**

O Ensino Médio, estabelecido como uma etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (1996), tem sido objeto de estudo devido aos resultados insatisfatórios nas avaliações externas. A reforma do Ensino Médio, iniciada pela Medida Provisória (MP) nº 746 (2016), recebeu várias críticas dos setores e entidades educacionais, expressas em manifestos, cartas e notas de repúdio à reforma. Essas críticas se devem ao caráter autoritário, antidemocrático e unilateral representado pela forma equivocada de proposta de norma por meio de medida provisória.

A aprovação da MP 746/16 e sua conversão na Lei 13.415/17, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, consolidaram as mudanças no Ensino Médio. Contudo, a escolha da MP como instrumento inicial e a abordagem de persuasão gerou indignação e descontentamento sobre a falta de participação democrática na elaboração da reforma, sem ouvir instâncias, associações e comunidades educacionais, contrariando princípios constitucionais.

A Lei nº 13.415 (2017) promoveu uma abrangente reforma no Ensino Médio, alterando significativamente a LDB/96 ao introduzir flexibilização no currículo, aumento da carga horária total e a instituição da Política de Fomento para a Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabelecidas pela Resolução nº 3 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, também foram baseadas nessa legislação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB n. 03/2018) também se esmeraram em definir as competências e explicitar que o seu desenvolvimento, nas dimensões cognitiva,

psicomotora e socioafetiva é o que leva à formação integral dos/as estudantes. (Ramos, Paranhos, 2022, p.73)

A Lei nº 13.415/17, originada da MP746/16, promoveu uma abrangente reforma no Ensino Médio (EM), destacando-se a flexibilização do currículo. Ao justificar a mudança, alegou-se que o modelo anterior, com treze disciplinas obrigatórias, era monótono e contribuía para a evasão, resultando na manutenção apenas de Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias deixando facultativo o ensino de Arte, de Educação Física, de Sociologia e de Filosofia. A exclusão de tais disciplinas do campo obrigatório influencia diretamente no trabalho dos professores e no desenvolvimento das áreas de conhecimento atingidas. Essa medida, relacionada à construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatiza competências e habilidades em detrimento dos conteúdos curriculares, acentuando a dualidade histórica do EM brasileiro.

A Lei nº 13.415 (2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2018) reestruturaram o currículo, estabelecendo uma base comum com até 1800 horas, distribuídas em 600 horas anuais para o desenvolvimento de competências, habilidades e aprendizagens essenciais. O restante é direcionado aos itinerários formativos. Ao compararmos a atual carga horária da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o antigo currículo do ensino médio, notamos uma redução de tempo para o desenvolvimento dos conteúdos comuns a todos os alunos, indo de 800 para 600 horas anuais. A BNCC, desde sua origem, visa promover uma reforma respaldada por lei, proporcionando um currículo mínimo e mais flexível. Este projeto se apoia na pedagogia das competências e na flexibilização acentuada do currículo, onde a flexibilização visa reduzir a carga horária da BNCC em prol dos itinerários formativos.

Para Ferreti (2018), a Lei nº 13.415 (2017) visa tornar o currículo mais flexível com o discurso de que é para atender melhor aos interesses dos alunos, justificando essa abordagem pela baixa qualidade do Ensino Médio e pela necessidade de torná-lo mais atrativo, reduzindo índices de abandono e reprovação. No entanto, a abordagem da Lei é equivocada ao atribuir esses problemas apenas à organização curricular, desconsiderando aspectos como a infraestrutura inadequada das escolas, a carreira dos professores e questões socioeconômicas dos alunos (Ferreti, 2018).

Não podemos deixar de considerar a quem interessa a intervenção proposta pela reforma, uma vez que as políticas relacionadas ao Ensino Médio envolvem interesses diversos recebendo apoio principalmente de setores ligados ao empresariado nacional na formulação dessas políticas educacionais.

Ferreti (2018) coloca que os grupos de interesses que atuam nesse contexto podem ser representados pelas agências multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), mas também partidos políticos, organismos governamentais, empresariais, e demais entidades com diversos interesses públicos, privados, religiosos e classistas. A proposta atende interesses de diversos grupos, principalmente ligados à necessidade de formação de mão de obra de baixa qualificação para atender ao mercado de trabalho de forma mais rápida e barata (Ferreti, 2018).

A flexibilização proposta pela Lei 13.415 no Ensino Médio parece priorizar a preparação dos alunos para o mercado de trabalho e a preservação ambiental, alinhando-se a princípios como Teoria do Capital Humano e individualismo meritocrático. A reforma, ao especializar precocemente os estudantes, eliminando disciplinas críticas, pode agravar as desigualdades sociais (Ferreti, 2018).

Nesse contexto, não podemos abordar isoladamente a legislação que estabelece a reforma do Ensino Médio, sem considerar as outras iniciativas implementadas pelo governo Temer, como a Proposta de Emenda à Constituição PEC 95/2016 (teto de gastos) e a legislação referente à reforma trabalhista. Aqui destaca-se a redução de recursos para educação devido à PEC, enquanto a reforma trabalhista reflete a flexibilização quantitativa produzida pelo neoliberalismo nas relações de trabalho, a qual beneficia mais o empresariado do que os trabalhadores (Ferreti, 2018).

Um aspecto adicional, que merece atenção, além dos já mencionados, está relacionado à carreira e às mudanças das condições de trabalho dos professores. A flexibilização do trabalho docente aqui discutida se refere à redução do número de aulas na base nacional comum, um leque de oferta de itinerários formativos, e à contratação de pessoas não habilitadas por "notório saber". Isso representa um desafio para a promoção da carreira profissional, resultando em redução salarial, somada às restrições financeiras impostas pela PEC 95/2016.

Observamos, portanto, que a reforma do Ensino Médio, consolidada pela Lei nº 13.415 (2017) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2018), trouxe mudanças profundas não apenas no currículo escolar, mas também no trabalho dos professores. A flexibilização curricular, a redução da carga horária da BNCC e a ênfase nas competências e habilidades impactaram diretamente o trabalho docente, exigindo adaptação e enfrentamento de desafios adicionais. Além disso, as restrições financeiras impostas pela PEC nº 95 (2016) e a precarização das condições de trabalho, com a contratação de pessoas não habilitadas e a

redução salarial, representam obstáculos significativos para a promoção da carreira profissional dos docentes.

## **2.2 A dualidade do ensino nas redes de ensino privada e pública**

A dualidade do ensino nas redes de ensino privada e pública é um tema que tem ocupado o centro das discussões educacionais ao longo do tempo. Esta subseção busca explorar e analisar dialogicamente a dicotomia existente entre os sistemas de ensino público e privado, considerando o cenário educacional brasileiro.

As disparidades de qualidade entre as redes pública e privada refletem-se na experiência educacional não só dos alunos, mas também no trabalho dos professores. Enquanto as escolas privadas muitas vezes oferecem recursos e infraestrutura superiores, as escolas públicas enfrentam limitações estruturais que afetam diretamente a qualidade do ensino e o desempenho dos professores.

A complexidade dessa dualidade se desdobra em questões multifacetadas, abrangendo desde as disparidades de qualidade até as influências socioeconômicas e culturais que moldam as experiências educacionais dos alunos e professores em cada contexto. As influências socioeconômicas e culturais moldam as experiências dos alunos e criam um ambiente de desigualdade que os professores precisam enfrentar. Turmas diversas, com alunos de diferentes origens e condições socioeconômicas, demandam dos professores uma abordagem adaptada e sensível a essas realidades.

A utilização da instituição escolar como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante e uma sociedade estagnada reprodutora apenas desta hegemonia, sem qualquer intenção de alteração na ordem reinante é o que indica a baixa qualidade da educação universalizada e sua dualidade em ensino propedêutico e profissionalizante.

Soma-se a esse contexto, a existência de condições amplamente vantajosas nas escolas privadas de ensino básico que garantem àqueles que a frequentam o alcance às melhores escolas públicas de ensino superior.(Fagiani, 2018, p.40)

Assim, ao analisarmos o cenário educacional brasileiro, é evidente que a expressão dessa dualidade do ensino nas redes de ensino privada e pública sempre foi claramente delineada pela implementação de uma educação propedêutica destinada às elites e uma educação caracterizada como profissional para aqueles em situações menos favorecidas na sociedade.

O tema do Ensino Médio é frequentemente discutido, sendo notável por ser continuamente alvo de disputas ao longo do tempo. A dualidade presente nesse nível

educacional é uma característica histórica em nossa sociedade, refletindo a intenção de preparar os jovens para o mercado de trabalho e, simultaneamente, formá-los como futuros líderes. Essa dualidade persiste ao longo dos anos, representando uma questão antiga que transcende várias tentativas de superação por parte de alguns intelectuais.

A hegemonia dominante reproduzida pela instituição escolar contribui para a manutenção das desigualdades sociais, limitando a capacidade dos professores de promover uma transformação efetiva. A dualidade presente no Ensino Médio, que historicamente prepara jovens para o mercado de trabalho ou para estudos superiores, reflete-se nas expectativas e demandas dos alunos e influencia diretamente o trabalho dos professores nesse nível de ensino.

A redução da carga horária destinada à BNCC revela uma dualidade persistente, em que as escolas privadas mantêm um enfoque propedêutico e preparatório para o vestibular, enquanto as escolas públicas, que já enfrentam desigualdades, veem suas chances de ingressar na universidade mais distantes. A suposta liberdade de escolha de itinerários formativos também é questionada, especialmente em cidades pequenas, onde a oferta pode ser limitada, e em grandes cidades, onde a distância se torna uma barreira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/18), complementando a reforma, consolidam o dualismo ao promover parcerias externas que reforçam a formação propedêutica ou técnico-profissional. A BNCC/18, último documento da reforma, preconiza a pedagogia das competências, podendo limitar os currículos, desfavorecendo a construção coletiva e histórica do conhecimento.

A reforma do Ensino Médio, ao não priorizar a formação geral intensifica a dualidade e pode comprometer a qualidade do ensino e o trabalho dos professores. O neoliberalismo e a mercantilização da educação, que favorecem a privatização e desvalorizam a educação pública, tornam ainda mais precárias as condições de trabalho dos professores em escolas públicas.

A dualidade entre formação técnica e propedêutica no Ensino Médio reflete-se na formação dos estudantes e no trabalho dos professores, que muitas vezes se veem limitados pela ênfase em competências alinhadas às demandas do mercado, em detrimento de uma formação integral.

A implementação do novo Ensino Médio na rede pública evidencia problemas, como a limitação na escolha dos itinerários e a escassez de professores, comprometendo a qualidade do ensino. A reforma do Ensino Médio reforça o caráter dualista, valorizando os itinerários formativos em detrimento da BNCC, sem proporcionar uma formação integral aos estudantes (Ferreti, 2018).

A estrutura curricular, que reflete a divisão técnica e social do trabalho, contribuiu significativamente para uma dualidade educacional acentuada no Brasil, marcada pela separação entre as técnicas de trabalho e seus fundamentos científicos, essa abordagem favorece uma visão restrita do mundo do trabalho, centrada nas demandas do mercado, afetando mais severamente os alunos das escolas públicas, pertencentes à classe trabalhadora.

O contexto político brasileiro, especialmente o neoliberalismo, que redefiniu as bases econômicas, sociais e educacionais, priorizando a formação de mão de obra qualificada para o mercado, é fundamental para compreender essas mudanças.

Frente a esse panorama, as novas políticas educacionais aprofundam a dualidade do ensino, com a perspectiva de um aumento dessa complexidade com a reforma do Ensino Médio que veio justamente para consolidar o projeto mercantil de educação, pois constitui-se em torno das tendências internacionais de homogeneização e centralização curricular retomando um conjunto de noções e conceitos educacionais empregados nas políticas ditadas desde a década de 90, tais como empreendedorismo, participação, autonomia, qualidade, equidade e, principalmente, a pedagogia das competências, que estrutura a sua proposta pedagógica.

É notável que a influência do empresariado na atual reforma do ensino médio, baseada em princípios como competências, flexibilidade e protagonismo juvenil, negligencia os fundamentos da educação básica, desconsiderando a formação do ser humano como um ser social, crítico e autônomo. Essa reforma amplia as disparidades entre escolas públicas e privadas, fortalecendo a dualidade e promovendo a segregação, especialmente ao oferecer um ensino técnico precário para as classes populares.

Essa mercantilização é promovida por organizações internacionais que buscam transformar a educação em uma mercadoria, prejudicando a qualidade e a equidade educacionais em prol de interesses econômicos. A apropriação do espaço educacional por empresas, evidenciada em diversos estados brasileiros contribui para a desestruturação progressiva do ensino básico público, submetendo-o a uma lógica empresarial alienante.

No que se refere ao itinerário formativo V - Formação Técnica e Profissional, proposto pela Lei nº 13.415, observa-se um retrocesso em relação à Lei 2.208/97, permitindo a dualidade entre ensino profissional e propedêutico. Essa dualidade, é evidenciada nos parágrafos 8 e 11 do Art. 4 da referida lei, que sinaliza a possibilidade de novas parcerias público-privadas.

Art. 4º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser

organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

- I - demonstração prática;
- II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;
- III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;
- IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;
- V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;
- VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (Brasil, 2017, s/p)

A negligência do poder público em relação à escola pública cria oportunidades para a comercialização e privatização da educação básica. Há uma aparente falta de interesse deliberado nas condições estruturais das redes de ensino e escolas, possivelmente para facilitar futuras parcerias com instituições privadas.

Nesse contexto, observa-se que o jovem pertencente à classe dominante tem acesso a diversos recursos culturais e acadêmicos desde o início de sua vida, recebendo uma educação vinculada à sua posição social e à sua realidade. Esse indivíduo possui uma base estrutural que lhe proporciona tempo e oportunidades para investir predominantemente em sua trajetória escolar, consolidando a manutenção e reprodução de sua classe social.

Por outro lado, o jovem da classe trabalhadora revela que o meio social exerce forte influência. Além das carências nas instituições escolares públicas, ele enfrenta restrições e acesso limitado a espaços culturais. Esse jovem prioriza e necessita do mundo do trabalho em detrimento do mundo acadêmico, sua trajetória é marcada pelo sentido da necessidade e da adaptação a essa realidade.

A contradição entre as classes marca a constituição educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta

generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que tem prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais (Saviani, 1994, p. 159).

Para Ramos (2001) o sistema educacional, impregnado de ideologias capitalistas, contribui para a reprodução de desigualdades sociais, rotulando alunos conforme padrões de qualidade e promovendo a competição desde a educação básica. Esse contexto também reflete na visão de desemprego, culpabilizando o indivíduo e enfatizando a necessidade de adquirir competências para inclusão social, alinhando-se à lógica do sistema.

Enquanto o problema do desemprego é um problema social concreto, determinado pelo conjunto de mudanças econômico-políticas que ocorrem a partir da segunda metade deste século, deslocam-se as possibilidades de sua superação ao aumento da escolarização e da qualificação ou, mais especialmente, à aquisição permanente e renovável de competências verificáveis na ação de trabalho. As competências adquirem um valor não referente à sua própria natureza, mas conferido pelas relações sociais dominantes, que assim buscam ocultar a essência do fenômeno do desemprego, da diferenciação e da exclusão social (Ramos, 2001, p. 218).

A pedagogia das competências, ao focar em projetos pessoais e conhecimentos específicos, negligencia o compromisso do saber com o coletivo, ocultando o potencial transformador da educação. É essencial que o educador-transformador compreenda a ideologia presente no ambiente escolar e promova uma educação libertadora, incentivando o pensamento crítico e o engajamento pela mudança (Ramos, 2001).

Marise Ramos (2001) enfatiza que a luta contra as desigualdades sociais exige abordagens adicionais para assegurar o acesso das camadas populares aos processos educacionais, cujo avanço impactará na formação das próximas gerações. É crucial que as instituições de ensino desempenhem um papel transformador, evitando perpetuar a divisão entre pensadores e executores, sem legitimar hierarquias sociais e dualidades existentes.

Diante do exposto podemos concluir que a dualidade existente no Ensino Médio brasileiro é um reflexo de um histórico marcado por desigualdades sociais e econômicas, perpetuando-se ao longo do tempo. A implementação de políticas e reformas educacionais, como a recente reforma do Ensino Médio, tem aprofundado essas disparidades, consolidando um modelo que valoriza determinadas trajetórias formativas em detrimento de outras. A divisão entre itinerários técnicos e propedêuticos, aliada à priorização de competências alinhadas às demandas do

mercado, intensifica a dualidade entre escolas públicas e privadas, entre classes sociais e entre o acesso ao conhecimento.

Essa dualidade não apenas se reflete na estrutura curricular, mas também nas condições estruturais das escolas, na qualificação e trabalho dos professores e nos recursos disponíveis para os estudantes. A desvalorização da educação pública, aliada à influência do setor empresarial e a organizações internacionais, contribui para a transformação da educação em uma mercadoria, prejudicando sua qualidade e equidade.

Assim, para amenizar a dualidade existente no Ensino Médio e melhorar as condições de trabalho e carreira dos professores, é fundamental uma abordagem conjunta que envolva toda a sociedade, educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Investir na melhoria das condições estruturais das escolas públicas e na valorização dos profissionais da educação é crucial para enfrentar as raízes históricas das desigualdades educacionais. Buscar alternativas que atendam às necessidades específicas de cada estudante, considerando suas aptidões e aspirações, pode levar a um Ensino Médio mais inclusivo e democrático, rompendo com a dualidade existente e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, onde o acesso ao conhecimento e às oportunidades educacionais não seja determinado pelas condições socioeconômicas, mas sim pelo compromisso coletivo com a formação integral e emancipadora dos jovens da escola pública. Essa transformação requer esforços contínuos para promover uma educação mais equitativa e transformadora, reconhecendo o papel fundamental dos professores nesse processo.

### 3. ELETIVAS NO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS

A proposta de incorporar as Eletivas como parte integrante do currículo é uma abordagem que visa ampliar a flexibilidade e diversificação do aprendizado, proporcionando aos estudantes escolhas mais alinhadas aos seus interesses. Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância do trabalho docente na implementação efetiva das Eletivas. Os professores desempenham um papel central na orientação dos alunos, na elaboração e execução das atividades relacionadas às Eletivas, bem como na avaliação do progresso dos estudantes.

A partir dessa perspectiva, examinaremos as ideias propostas pelas Resoluções do Conselho Estadual de Minas Gerais (CEEMG) nº 481/2021 e Resolução CEEMG 487/2022, traçando um panorama crítico sobre as Eletivas no contexto do currículo referência do Ensino Médio. Também serão exploradas as diretrizes delineadas nas Resoluções da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEEMG) nº 4.657/21, 4777/2022 e 4908/2023, que estabelecem as matrizes curriculares para o EM para os anos 2022, 2023 e 2024 respectivamente. É importante destacar que as mudanças no currículo e a introdução das Eletivas podem impactar significativamente a carreira dos professores, exigindo adaptação, atualização e desenvolvimento de novas competências pedagógicas. Além disso, questões como a carga horária, a distribuição de recursos e a disponibilidade de formação continuada são aspectos que influenciam diretamente a capacidade dos docentes de atenderem às demandas do novo modelo de ensino.

Assim, propomos aqui uma investigação que visa compreender as implicações, desafios e reflexões associados à introdução das Eletivas no contexto do Ensino Médio, contribuindo para um diálogo construtivo sobre o papel e a implementação desses componentes curriculares no estado de Minas Gerais, bem como para uma reflexão mais ampla sobre o impacto do Novo Ensino Médio no trabalho dos professores.

Segundo a Resolução CEE-MG nº 481/2021, as Eletivas são unidades curriculares com duração de um semestre ou um ano, visando diversificar e ampliar os conhecimentos dos estudantes para além da Área do Conhecimento escolhida.

Art. 91 As Eletivas são unidades curriculares que devem ter duração de 1 (um) semestre ou 1 (um) ano cada, ampliando o leque de ofertas e permitindo que os estudantes diversifiquem e ampliem seus conhecimentos para além da Área do Conhecimento por eles escolhida.

§ 1º As Eletivas devem ser elaboradas e propostas, pelos professores, considerando as capacidades e os interesses dos discentes, em diálogo com todo o corpo docente e com as necessidades e as preferências dos estudantes, com foco nos seus projetos de vida, oportunizando-lhes processos de escolha.

§ 2º As Eletivas podem ser integradas e abordar componentes de mais de uma Área do Conhecimento, sendo ministradas por um ou mais professores.

§ 3º As Eletivas podem ser vinculadas à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, podendo ser ofertadas como Curso de Formação Inicial e Continuada (FICs), o que permite, inclusive, aumentar a carga horária do Itinerário Formativo da EPT, quando devem ser incluídas na carga horária desse.

§ 4º Nos casos previstos no artigo 91, § 3º, recomenda-se que as Eletivas trabalhem as habilidades requeridas pelas profissões previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). (Minas Gerais, 2021e, s/p)

Contudo, é imperativo considerar as implicações práticas e desafios associados à implementação eficaz desse componente curricular. Uma das principais críticas recai sobre a responsabilidade dos professores na elaboração e proposição das Eletivas. A concepção das Eletivas, conforme delineada no artigo 91 destaca a necessidade de elaboração e proposição pelos professores, em diálogo com o corpo docente e os estudantes, com foco nos projetos de vida destes últimos. No entanto, a eficácia desse processo, na prática, pode encontrar obstáculos consideráveis. A questão central reside na viabilidade de um diálogo aberto e eficiente entre equipe pedagógica, professores e estudantes, levando em conta as variadas expectativas e interesses individuais.

Adicionalmente, a flexibilidade proposta pelas Eletivas ao permitir a integração de componentes de diferentes Áreas do Conhecimento, ministradas por um ou mais professores, suscita dúvidas sobre a coesão e consistência pedagógica dessas disciplinas.

Outro ponto crítico diz respeito à possível “integração das Eletivas à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT). Apesar de ser uma oportunidade para ampliar a carga horária, essa abordagem pode gerar desequilíbrios entre as áreas do conhecimento e favorecer uma formação mais técnica em detrimento da formação geral, contrariando os objetivos do Novo Ensino Médio.

A proposta de vinculação das Eletivas às habilidades requeridas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) também pode ser alvo de críticas. A rigidez dessas diretrizes pode limitar a liberdade de escolha dos estudantes e dificultar a promoção de aprendizagens mais amplas e interdisciplinares.

Outra questão relevante é a oferta de Eletivas como Curso de Formação Inicial e Continuada (FICs). Embora essa seja uma oportunidade para enriquecer o Itinerário Formativo da EPT, é necessário cautela para evitar uma sobrecarga de atividades e, conseqüentemente, uma possível superficialidade no aprendizado.

A Resolução CEE 487/2021 estabelece diretrizes para os Itinerários Formativos no Ensino Médio, sendo essenciais as reflexões acerca das Eletivas propostas. Embora o documento destaque a importância de tais unidades curriculares como atrativas, criativas e inovadoras, é necessário abordar alguns aspectos críticos que podem surgir na aplicação dessas diretrizes.

Art. 22 - As Eletivas são unidades curriculares que devem ser atrativas, criativas e inovadoras, ter duração de 1 (um) semestre ou 1 (um) ano cada, permitindo que os estudantes diversifiquem e ampliem seus conhecimentos, de forma interdisciplinar, para além da área do conhecimento por eles escolhida para aprofundamento.

Art. 23 - As Eletivas devem ser elaboradas e propostas, pela instituição educacional, em diálogo com todo o corpo docente, em conformidade com a realidade, com os objetivos e com as preferências dos estudantes, com foco nos seus Projetos de Vida, oportunizando-lhes processos de escolha.

§ 1º - A critério da instituição educacional, uma Eletiva oferecida dentro de um Itinerário Formativo poderá ser oferecida a estudantes cursando outros Itinerários Formativos, desde que haja compatibilidade de horários e de conhecimentos mínimos.

§ 2º - A critério da instituição educacional, a oferta de Eletivas poderá ser realizada para estudantes matriculados em anos diferentes no Ensino Médio, com turmas formadas, portanto, com estudantes de diferentes idades e com diferentes níveis de conhecimento prévio.

§ 3º - A critério da instituição educacional, a oferta de determinadas Eletivas poderá exigir pré-requisitos estabelecidos, antecipadamente, com a conclusão de outra disciplina ou outra atividade preliminar considerada essencial para o adequado aproveitamento da Eletiva.

§ 4º - A critério da instituição educacional, a avaliação dos estudantes, no contexto das Eletivas, poderá ser diferenciada da forma como se avaliam as demais unidades curriculares, inclusive, priorizando os princípios qualitativos no processo avaliativo.

Art. 24 - As Eletivas podem ser integradas e abordar componentes de mais de uma área do conhecimento, sendo ministradas por um ou mais professores. (Minas Gerais, 2021b, s/p)

A proposta de oferecer Eletivas com duração de 1 (um) semestre ou 1 (um) ano é desafiadora, especialmente quando se busca a diversificação e ampliação de conhecimentos de forma interdisciplinar. A amplitude de temas e abordagens, aliada à necessidade de interconectar diferentes áreas do conhecimento, pode resultar em um desafio logístico e pedagógico para as instituições educacionais (Resolução CEE 487/2021).

A flexibilidade proposta pela Resolução, permitindo que uma Eletiva seja oferecida a estudantes de outros Itinerários Formativos, levanta questões de compatibilidade de horários e conhecimentos mínimos. A implementação eficaz dessa flexibilidade demanda uma gestão cuidadosa uma vez que a diversificação de escolhas não pode comprometer a qualidade do aprendizado ou gerar disparidades entre os estudantes.

A oferta de Eletivas para estudantes de anos diferentes no Ensino Médio, com turmas heterogêneas em termos de idade e nível de conhecimento, também apresenta desafios. A adaptação dos conteúdos e métodos de ensino para atender a diferentes perfis de estudantes requer uma abordagem personalizada, o que pode ser complexo em turmas com diversidade significativa.

A possibilidade de estabelecer pré-requisitos para determinadas Eletivas pode gerar exclusões e limitações no acesso dos estudantes a determinados temas. A decisão de condicionar a participação em uma Eletiva à conclusão de outra disciplina pode restringir as escolhas dos estudantes, indo contra o princípio de diversificação e ampliação proposto pelos Itinerários Formativos.

A Resolução também sugere a avaliação diferenciada para as Eletivas, priorizando princípios qualitativos. Assim, é fundamental garantir que o processo avaliativo não comprometa a equidade entre os estudantes.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, a Resolução do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE) nº 481, 1º de julho 2021 institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) nas escolas de Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais.

O Currículo Referência do Ensino Médio (CREM) enfatiza a flexibilidade como base para a organização curricular, permitindo a integração entre áreas do conhecimento e componentes curriculares. Essa abordagem visa adaptar os currículos escolares e propostas pedagógicas às particularidades locais e aos interesses dos estudantes.

De acordo com o artigo 9º da Resolução CEE nº 481/2021, o Currículo Referência do Ensino Médio enfatiza a flexibilidade como princípio organizacional, permitindo a integração entre áreas do conhecimento e componentes curriculares. Essa flexibilidade visa a construção de currículos escolares e propostas pedagógicas mais adequadas às especificidades locais e aos diversos interesses dos estudantes.

Art.9º O Currículo Referência do Ensino Médio, em especial, adota a tônica da flexibilidade como premissa de organização curricular, possibilitando a articulação entre as áreas do conhecimento e os componentes curriculares, permitindo a construção de currículos escolares e proposições pedagógicas que atendam, de forma mais adequada, às especificidades locais e às multiplicidades de interesses dos estudantes (Minas Gerais, 2021e, s/p).

A norma do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEEMG) reflete o argumento central da Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017), que destaca a flexibilidade na organização

curricular como meio de atrair o interesse dos estudantes. O CEEMG reforça que essa flexibilidade possibilita a articulação entre as áreas do conhecimento e os componentes curriculares. No entanto, essa flexibilização implica em reduzir o tempo de formação geral e comum dos estudantes para 1.800 horas e oferece uma formação específica mínima de 1.200 horas por meio de Itinerários Formativos simplificados mascarando a fragmentação curricular.

Em consonância com as diretrizes da Lei da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017), e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Referência do Ensino Médio (CREM), ao abordar as competências das áreas do Ensino Médio, menciona que, para cada uma dessas competências, são detalhadas habilidades a serem desenvolvidas ao longo dessa etapa, incluindo aquelas específicas de Língua Portuguesa e Matemática, que são componentes obrigatórios durante os três anos desse ciclo educacional :

As competências específicas de cada área do Ensino Médio devem ser pressupostos orientadores à proposição e ao detalhamento dos Itinerários Formativos de cada escola. Em acordo ao que preconiza a LDB em seu Artigo 35-A, Parágrafos 3º e 5º, relacionadas a cada uma dessas competências, são descritas habilidades a serem desenvolvidas ao longo da etapa, além das específicas de Língua Portuguesa e Matemática – componentes obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio. Todas as habilidades da BNCC foram definidas tomando como referência o Currículo Referência de Minas Gerais limite de 1.800 horas do total da carga horária da etapa; e 1.200 horas para os Itinerários Formativos. (Minas Gerais, 2021a, p. 39)

A intenção expressa nesse contexto é evidenciar a necessidade do currículo do sistema de ensino mineiro se alinhar às normativas nacionais, destacando a prioridade de alguns componentes curriculares, como Língua Portuguesa e Matemática, sobre outros.

Resolução CEE nº 481/21 (Minas Gerais, 2021) prediz que o CREM é orientado pelo princípio da educação integral, alinhado às necessidades do mundo do trabalho e convivência cidadã. Sua estrutura inclui a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, totalizando no mínimo 3.000 horas, distribuídas em um período de três anos, com 1.800 horas destinadas à Formação Geral Básica, baseada na Base Nacional Comum Curricular, e no mínimo 1.200 horas para os Itinerários.

A Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos devem ser organizados por meio de diferentes arranjos curriculares, considerando a relevância para o contexto local e as possibilidades das redes de ensino (Minas Gerais, 2021e).

Na formação geral básica, os estudantes tem os componentes curriculares divididos em áreas de conhecimento como Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira); Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e

Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia); e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Química e Física) (Minas Gerais, 2021e).

Os Itinerários Formativos constituem a parte flexível do currículo e são construídos com base em quatro Eixos Estruturantes que visam integrar diferentes combinações dos itinerários. Esses eixos são: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural, e Empreendedorismo (Minas Gerais, 2021e).

Os Itinerários Formativos compreendem três unidades curriculares: I - Aprofundamento da Área do Conhecimento e/ou Educação Profissional Técnica, II- Projeto de Vida e III- Eletivas. Os Aprofundamentos da Área do Conhecimento buscam ampliar aprendizados da Formação Geral Básica, considerando temas contemporâneos e alinhados aos interesses dos estudantes. Os Aprofundamentos de Educação Profissional e Técnica buscam ampliar conhecimentos e habilidades necessárias para o mundo do trabalho (Minas Gerais, 2021e).

O Projeto de Vida é obrigatório, oferecido em cada ano do Ensino Médio, e busca desenvolvimento da autoconsciência, potencialidades, aspirações e objetivos dos estudantes (Minas Gerais, 2021e).

As Eletivas são unidades curriculares semestrais ou anuais, permitindo a diversificação dos conhecimentos além da Área do Conhecimento escolhida. Podem abordar habilidades requeridas por profissões do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Classificação Brasileira de Ocupações (Minas Gerais, 2021e).

Ainda segundo o CEEMG:

Art. 91- § 1ºAs eletivas devem ser elaboradas e propostas, pelos professores, considerando as capacidades e os interesses dos discentes, em diálogo com todo o corpo docente e com as necessidades e as preferências dos estudantes, com foco nos seus projetos de vida, oportunizando-lhes processos de escolha. (Minas Gerais, 2021e, s/p)

A Resolução do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE) Nº 487, de 17 de dezembro de 2021 (Minas Gerais, 2021), trata da organização e oferta do Ensino Médio no Sistema de Ensino de Minas Gerais. A resolução proposta para o Ensino Médio em Minas Gerais abrange diversos aspectos para a adequação desse nível de ensino às normativas nacionais vigentes.

A proposta ressalta a importância de definir a organização e oferta do Ensino Médio, destacando a necessidade de ajustar os currículos, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os regimentos escolares de acordo com as normativas em vigor. Isso demonstra o alinhamento às práticas educacionais e às diretrizes estabelecidas nacionalmente.

Art. 3º - O CREM caracteriza-se pela organização de percursos formativos articulados, que visam assegurar os direitos e os objetivos de aprendizagem, as competências e as habilidades, bem como o desenvolvimento humano e integral, dos estudantes dessa etapa da Educação Básica.(Minas Gerais, 2021b, s/p)

Ao estabelecer uma carga horária mínima anual de 1.000 horas para o ano letivo de 2022, com uma expansão progressiva para 1.400 horas, a resolução busca atender às exigências da Lei nº 13.415/17 do governo federal.

A definição de componentes curriculares obrigatórios, como Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Projeto de Vida, e a estruturação dos Itinerários Formativos, incluem trilhas de aprofundamento, unidades Eletivas e Projeto de Vida. Há também a ênfase na avaliação dos Itinerários Formativos, considerando a aprendizagem dos estudantes, o desenvolvimento de habilidades e competências, além da possibilidade de certificações complementares.(Minas Gerais, 2021b)

Ao detalhar a oferta do Itinerário de Formação Técnica e Profissional, com a inclusão de modalidades, parcerias, cursos técnicos e qualificações profissionais, a Resolução (CEE) Nº 487, de 17 de dezembro de 2021(MINAS GERAIS, 2021b), em seu artigo 27, busca alinhar o Ensino Médio às demandas do mercado de trabalho.

Art.27 O Itinerário de Formação Técnica e Profissional poderá ser ofertado, pelas instituições educacionais ou pelas redes de ensino, possibilitando, ao estudante dessa etapa de Educação Básica, aprofundar seus conhecimentos e preparar-se para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho, desde que as instituições estejam devidamente credenciadas e autorizadas pelo Sistema de Ensino de Minas Gerais (Minas Gerais, 2021b, s/p).

Destaca-se ainda a atuação de profissionais com notório saber, com o discurso de promoção de uma conexão mais direta entre a educação e as práticas profissionais.

A resolução enfatiza a relevância do Projeto de Vida como unidade curricular obrigatória. O documento traz que, ao abordar as dimensões pessoal, social e profissional dos estudantes, busca-se promover uma formação mais integral, estimulando o autoconhecimento, a cidadania e a preparação para o mundo do trabalho (Minas Gerais, 2021b).

A resolução destaca as Eletivas como unidades curriculares atrativas, criativas e inovadoras como um passo significativo para a diversificação do conhecimento, permitindo que os estudantes explorem áreas de interesse específicas, alinhadas às suas aptidões e aspirações; traz ainda a importância da avaliação centrada na aprendizagem, com ênfase em atividades

práticas e inclusão de atividades complementares na carga horária do Ensino Médio e o desenvolvimento de competências. De acordo com o documento normativo, o que se pretende é gerar competências e preparar os alunos para o prosseguimento dos estudos ou para o mundo do trabalho (Minas Gerais, 2021b).

Entretanto, apesar de compartilhar preocupações e objetivos entre os quais, a universalização do atendimento, a ampliação da jornada e a integração do currículo ao mundo do trabalho, entre outros, o Novo Ensino Médio chama a atenção à força que a noção de preparação para o mundo do trabalho não é necessariamente profissionalizante.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) estabeleceu as novas matrizes curriculares para o Ensino Médio, conforme a Resolução SEE nº 4.657/21 (Minas Gerais, 2021c), visando sua implementação no ano letivo de 2022. Esta abrange diversas modalidades e ofertas, incluindo o Ensino Médio Diurno, em Tempo Integral, Noturno, Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre outros.

Para a implementação em 2022, a SEEMG definiu 26 matrizes curriculares para serem adotadas pelas escolas estaduais, considerando as especificidades de cada modalidade. A carga horária para o 1º ano do Ensino Médio em 2022 variou de acordo com a modalidade, sendo estabelecida em 1.000 horas para o Diurno, 1.500 horas para o Integral e 1.000 horas para o Noturno, além de 1.500 horas para o Integral Profissional. Para a EJA, os períodos do 1º e 2º semestres foram organizados com 400 horas cada (Minas Gerais, 2021c).

A implementação do Novo Ensino Médio, a partir de 2022, trouxe mudanças significativas na organização das escolas que oferecem Ensino Médio diurno em Minas Gerais. Agora, o Ensino Médio diurno tem uma carga horária diária de 6 módulos-aula de 50 minutos, totalizando 30 módulos-aula semanais e garantindo 1.000 horas anuais ao final dos 200 dias letivos. Essa transição desafiou as escolas adaptadas à oferta de 5 módulos-aula diários, que precisaram reorganizar-se para incorporar o 6º horário diário ao 1º ano do Ensino Médio Diurno (Minas Gerais, 2021c).

Apresentamos abaixo, na Figura 1, o Modelo de Matriz Curricular elaborado pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia para o 1º ano do Ensino Médio Diurno adotados pelas escolas da regional no ano de 2022. Optamos aqui, por apresentar apenas esse modelo de matriz pelo fato de que as análises a serem realizadas e apresentadas nas próximas sessões, acerca da implementação das Eletivas nas escolas estaduais na cidade de Uberlândia e os impactos no trabalho docente, foram restritas às turmas regulares existentes no diurno, uma vez que esse turno contempla o atendimento a um maior número de alunos na cidade.

Figura 1- Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2022.

MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO DIURNO*				ANO: 2022 (Iniciantes em 2022)						
Base Nacional Comum Curricular/ Currículo Referência de Minas Gerais	Formação Geral Básica	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano		
				AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
		Linguagens e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	03	100:00					
			Educação Física	01	33:20					
			Arte	01	33:20					
			Língua Inglesa	01	33:20					
		Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	03	100:00					
		Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Física	01	33:20					
			Química	01	33:20					
			Biologia	02	66:40					
		Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	01	33:20					
			História	02	66:40					
			Sociologia	01	33:20					
			Filosofia	01	33:20					
Subtotal		18	600:00							
Parte Diversificada	Itinerários Formativos	Unidades Curriculares	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano		
				AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
		Projeto de Vida	Projeto de Vida	01	33:20					
		Eletivas	Eletiva 1	01	33:20					
			Eletiva 2	01	33:20					
		Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho	02	66:40					
			Tecnologia e Inovação	01	33:20					
		Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento	Práticas Comunicativas e Criativas	01	33:20					
			Humanidades e Ciências Sociais	02	66:40					
			Núcleo de Inovação Matemática	01	33:20					
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	02		66:40							
Subtotal		12	400:00							
Total		30	1000:00							

\* Conforme Resolução SEE/MGNº 4657/2021, de 12 de novembro de 2021.

**Indicadores Fixos:**

- . Duração do Módulo-Aula: 50 minutos
- . Nº de Dias Letivos Semanais: 05 dias
- . Nº de Aulas/Dia: 06 aulas
- . Nº de Semanas Letivas: 40 semanas
- . Nº de Dias Letivos Anuais: 200 dias

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

É relevante destacar que a SEEMG optou por manter disciplinas como Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, mesmo não sendo obrigatórias pela Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017). Essa decisão assegurou a inclusão dessas disciplinas no currículo do Ensino Médio, garantindo acesso aos conteúdos essenciais para a formação dos estudantes.

As matrizes curriculares foram organizadas em duas partes, conforme a Resolução CEE nº 481/21: Formação Geral Básica e Itinerário Formativo. Cada matriz apresentou um único Itinerário Formativo para 2022, permitindo que todos os estudantes vivenciassem todos os componentes curriculares oferecidos. A partir de 2023, os alunos tiveram a opção de escolher entre áreas de aprofundamento ou o Itinerário Técnico Profissional.

Apesar das vantagens da proposta, observamos uma aparente contradição com a promessa da Lei nº 13.415/17, que previa a implementação real e equitativa dos Itinerários nas escolas estaduais de Minas Gerais, especialmente em relação ao Itinerário da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma vez que não houve a implementação do Itinerário da EPT em todas as escolas, levantando preocupações sobre a efetiva possibilidade de escolha pelos alunos e a equidade no processo.

A Resolução SEE nº 4.657/21 prevê a possibilidade de cumprir a carga horária correspondente ao 6º horário diário em um único dia da semana, no contraturno, em situações excepcionais autorizadas pela Secretaria de Estado de Educação. Isso se aplica a escolas atendendo modalidades especiais e estudantes beneficiados com o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Para o ano de 2023 a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais publicou a Resolução SEE Nº 4.777, 13 de setembro de 2022 (Minas Gerais, 2022) e apresenta 24 matrizes curriculares para serem adotadas pelas escolas estaduais, considerando as especificidades de cada modalidade.

Para o ensino médio regular diurno, a SRE Uberlândia apresentou o modelo de 09 matrizes contemplando os aprofundamentos nas quatro áreas de conhecimento e suas combinações: Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias, Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias, Aprofundamento em Ciências da Natureza, Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Matemática e Suas Tecnologias, Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, Aprofundamento em Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática e Suas Tecnologias, Aprofundamento nas Quatro Áreas do Conhecimento (LGG/MAT/CHS/CNT).

Neste estudo, decidimos analisar, por amostragem, três matrizes curriculares do Ensino Médio diurno para o ano de 2023, que estão apresentadas nas figuras 2, 3 e 4. As matrizes escolhidas foram: Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias, Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias, e Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Matemática e Suas Tecnologias. É importante esclarecer que, embora existam várias matrizes curriculares para essa modalidade e turno, as diferenças entre elas residem nas unidades curriculares de aprofundamento e seus respectivos componentes curriculares, os quais são introduzidos a partir do 2º ano do Ensino Médio. No entanto, essas diferenças não são o foco da nossa pesquisa. Nosso interesse principal está centrado nas unidades curriculares Eletivas e seus componentes curriculares, os quais são analisados e apresentados detalhadamente no estudo.

Figura 2- Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2023 Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias.

		MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO DIURNO*		ANO: 2023 (Iniciantes e/ou Continuantes em 2023)							
				(Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias)							
		Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano			
AS	CHA			AS	CHA	AS	CHA				
Base Nacional Comum Curricular/ Currículo Referência de Minas Gerais	Formação Geral Básica	Linguagens e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	03	100:00	03	100:00				
			Educação Física	01	33:20	01	33:20				
			Arte	01	33:20	01	33:20				
			Língua Inglesa	01	33:20	01	33:20				
		Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	03	100:00	03	100:00				
		Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Física	01	33:20	01	33:20				
			Química	01	33:20	02	66:40				
			Biologia	02	66:40	01	33:20				
		Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	01	33:20	02	66:40				
			História	02	66:40	01	33:20				
			Sociologia	01	33:20	01	33:20				
			Filosofia	01	33:20	01	33:20				
		Subtotal		18	600:00	18	600:00				
		Parte Diversificada	Itinerários Formativos	Unidades Curriculares	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
						AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Projeto de Vida	Projeto de Vida			01	33:20	01	33:20				
Eletivas	Eletiva 1			01	33:20	01	33:20				
	Eletiva 2			01	33:20	01	33:20				
Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho			02	66:40	-	-				
	Tecnologia e Inovação			01	33:20	01	33:20				
Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento	Práticas Comunicativas e Criativas			01	33:20	-	-				
	Humanidades e Ciências Sociais			02	66:40	-	-				
	Núcleo de Inovação Matemática			01	33:20	-	-				
Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias	Ciências da Natureza e suas Tecnologias			02	66:40	-	-				
	Patrimônio Cultural			-	-	02	66:40				
	Escrita Criativa			-	-	02	66:40				
	Leitura e Escrita em Língua Estrangeira			-	-	02	66:40				
	Artes do Movimento			-	-	02	66:40				
Subtotal		12	400:00	12	400:00						
Total		30	1000:00	30	1000:00						

\* Conforme Resolução SEE/MG N° 4.657/2021, de 12 de novembro de 2021 (no que couber) e Resolução SEE/MG N° 4.777/2022, de 13 de setembro de 2022 (alterada pela Resolução SEE/MG N° 4.798/2022, de 30 de novembro de 2022).

**Indicadores Fixos:**

. Duração do Módulo-Aula: 50 minutos  
. Nº de Semanas Letivas: 40 semanas  
. Nº de Aulas/Dia: 06 aulas  
. Nº de Dias Letivos Anuais: 200 dias

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

Figura 3- Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2023 Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias.

		MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO DIURNO*		ANO: 2023 (Iniciantes e/ou Continuantes em 2023)							
		(Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias)		1º Ano		2º Ano		3º Ano			
Base Nacional Comum Curricular/ Currículo Referência de Minas Gerais	Formação Geral Básica	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
		Linguagens e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	03	100:00	03	100:00				
			Educação Física	01	33:20	01	33:20				
			Arte	01	33:20	01	33:20				
			Língua Inglesa	01	33:20	01	33:20				
		Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	03	100:00	03	100:00				
		Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Física	01	33:20	01	33:20				
			Química	01	33:20	02	66:40				
			Biologia	02	66:40	01	33:20				
		Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	01	33:20	02	66:40				
			História	02	66:40	01	33:20				
			Sociologia	01	33:20	01	33:20				
			Filosofia	01	33:20	01	33:20				
Subtotal		18	600:00	18	600:00						
Parte Diversificada	Itinerários Formativos	Unidades Curriculares	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano			
		Projeto de Vida	Projeto de Vida	01	33:20	01	33:20				
			Eletivas	Eletiva 1	01	33:20	01	33:20			
		Eletiva 2		01	33:20	01	33:20				
		Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho	02	66:40	-	-				
			Tecnologia e Inovação	01	33:20	01	33:20				
		Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento	Práticas Comunicativas e Criativas	01	33:20	-	-				
			Humanidades e Ciências Sociais	02	66:40	-	-				
			Núcleo de Inovação Matemática	01	33:20	-	-				
		Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	02	66:40	-	-				
			Educação Matemática Crítica	-	-	02	66:40				
			Matemática na Construção da Cidadania	-	-	02	66:40				
			Criações, Sustentabilidade e Tecnologias	-	-	02	66:40				
Subtotal		12	400:00	12	400:00						
Total		30	1000:00	30	1000:00						

\* Conforme Resolução SEE/MG Nº 4.657/2021, de 12 de novembro de 2021 (no que couber) e Resolução SEE/MG Nº 4.777/2022, de 13 de setembro de 2022 (alterada pela Resolução SEE/MG Nº 4.798/2022, de 30 de novembro de 2022).

**Indicadores Fixos:**

. Duração do Módulo-Aula: 50 minutos . N° de Aulas/Dia: 06 aulas  
. N° de Semanas Letivas: 40 semanas . N° de Dias Letivos Anuais: 200 dias

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

Figura 4- Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2023 Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Matemática e Suas Tecnologias.

		MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO DIURNO*		ANO: 2023 (Iniciantes e/ou Continuantes em 2023)							
		(Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Matemática e Suas Tecnologias)		1º Ano		2º Ano		3º Ano			
		Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
Base Nacional Comum Curricular/ Currículo Referência de Minas Gerais	Formação Geral Básica	Linguagens e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	03	100:00	03	100:00				
			Educação Física	01	33:20	01	33:20				
			Arte	01	33:20	01	33:20				
			Língua Inglesa	01	33:20	01	33:20				
		Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	03	100:00	03	100:00				
		Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Física	01	33:20	01	33:20				
			Química	01	33:20	02	66:40				
			Biologia	02	66:40	01	33:20				
		Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	01	33:20	02	66:40				
			História	02	66:40	01	33:20				
			Sociologia	01	33:20	01	33:20				
			Filosofia	01	33:20	01	33:20				
		Subtotal			18	600:00	18	600:00			
		Parte Diversificada	Itinerários Formativos	Unidades Curriculares	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
						AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Projeto de Vida	Projeto de Vida			01	33:20	01	33:20				
Eletivas	Eletiva 1			01	33:20	01	33:20				
	Eletiva 2			01	33:20	01	33:20				
Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho			02	66:40	-	-				
	Tecnologia e Inovação			01	33:20	01	33:20				
Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento	Práticas Comunicativas e Criativas			01	33:20	-	-				
	Humanidades e Ciências Sociais			02	66:40	-	-				
	Núcleo de Inovação Matemática			01	33:20	-	-				
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias			02	66:40	-	-				
Aprofundamento em Linguagens e Suas Tecnologias e Matemática e Suas Tecnologias	Cultura e Cidadania (LGG)			-	-	02	66:40				
	Cidadania e Inclusão (LGG)			-	-	02	66:40				
	Linguagem Matemática na Construção da Cidadania (MAT)			-	-	02	66:40				
	Matemática como Instrumento de Pesquisa (MAT)			-	-	02	66:40				
Subtotal			12	400:00	12	400:00					
Total			30	1000:00	30	1000:00					

\* Conforme Resolução SEE/MG Nº 4.657/2021, de 12 de novembro de 2021 (no que couber) e Resolução SEE/MG Nº 4.777/2022, de 13 de setembro de 2022 (alterada pela Resolução SEE/MG Nº 4.798/2022, de 30 de novembro de 2022).

**Indicadores Fixos:**

. Duração do Módulo-Aula: 50 minutos . Nº de Aulas/Dia: 06 aulas  
. Nº de Semanas Letivas: 40 semanas . Nº de Dias Letivos Anuais: 200 dias

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

As diferenças encontradas entre a Resolução SEE Nº 4.777/22 (Minas Gerais, 2022) e a Resolução SEE nº 4.657/21 (Minas Gerais, 2021c) estão descritas a seguir:

Para o 1º ano, é ofertado um único Aprofundamento Integrado, compreendendo os 4 aprofundamentos: Práticas Comunicativas e Criativas; Humanidades e Ciências Sociais; Núcleo de Inovação Matemática; Ciências da Natureza e suas Tecnologias. (Minas Gerais, 2022)

Para o 2º ano, estão disponibilizadas nove possibilidades de Aprofundamentos, com arranjos curriculares diferentes. A matriz a ser ofertada em cada turma de 2º ano será definida de acordo com as escolhas do Itinerário Formativo pelos alunos. (Minas Gerais, 2022)

A resolução também determina as unidades curriculares que deverão ser ofertados no 5º e 6º horário: Eletivas e Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento. (Minas Gerais, 2022)

O Artigo 17 da Resolução em análise permite reconhecer as atividades extracurriculares dos estudantes como elementos passíveis de aproveitamento para cumprir a carga horária estabelecida na matriz curricular. Neste contexto, destacam-se alguns pontos cruciais:

No âmbito do Ensino Regular Diurno, as atividades extracurriculares serão consideradas para complementar a carga horária dos Componentes Curriculares das Unidades Curriculares Aprofundamento nas Áreas de Conhecimento e Eletivas.

Já no que tange ao Ensino Médio Noturno e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), as atividades extracurriculares serão consideradas para o cumprimento da carga horária das Atividades Complementares relacionadas ao componente curricular Projeto de Vida e aos Componentes Curriculares do Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento.

Em situações em que essa pertinência pedagógica não seja identificada, os alunos têm a alternativa de cumprir a carga horária do 6º horário por meio de um planejamento de estudos e atividades a distância relacionadas aos componentes curriculares em questão.

Além disso, o documento estabelece uma lista abrangente de atividades formais que podem ser consideradas para o aproveitamento de estudos, incluindo estágios, Programa de Jovem Aprendiz, cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cursos livres ministrados por pessoa jurídica e atividades de iniciação científica em instituições de ensino regulamentadas. (Minas Gerais, 2022)

Para o ano de 2024, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais apresentou uma nova resolução, a Resolução SEE nº 4.908/2023, de 11 de setembro de 2023, que aborda as matrizes curriculares do Ensino Fundamental, Ensino Médio e das modalidades de ensino na Rede Estadual de Ensino do estado. Esta apresenta 41 matrizes curriculares, sendo 27 do ensino

médio abrangendo diversas modalidades e ofertas, incluindo o Ensino Médio Diurno, em Tempo Integral, Noturno, Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre outros.(Minas Gerais, 2023)

Na Figura 5 apresentamos 01 matriz curricular do Ensino Médio diurno 2024, enfatizando que nosso foco de pesquisa são as disciplinas Eletivas.

Figura 5- Matriz Curricular Ensino Médio Diurno 2024 Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias.

		MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO DIURNO*				ANO: 2024					
		(Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias (MAT))									
Base Nacional Comum Curricular/ Currículo Referência de Minas Gerais	Formação Geral Básica	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano			
				AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
		Linguagens e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	03	100:00	03	100:00	04	133:20		
			Educação Física	01	33:20	01	33:20	01	33:20		
			Arte	01	33:20	01	33:20	01	33:20		
			Língua Inglesa	01	33:20	01	33:20	01	33:20		
		Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	03	100:00	03	100:00	03	100:00		
			Física	01	33:20	01	33:20	02	66:40		
		Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Química	01	33:20	02	66:40	01	33:20		
			Biologia	02	66:40	01	33:20	01	33:20		
			Geografia	01	33:20	02	66:40	01	33:20		
		Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	02	66:40	01	33:20	01	33:20		
			Sociologia	01	33:20	01	33:20	01	33:20		
			Filosofia	01	33:20	01	33:20	01	33:20		
			<b>Subtotal</b>	<b>18</b>	<b>600:00</b>	<b>18</b>	<b>600:00</b>	<b>18</b>	<b>600:00</b>		
		Parte Diversificada	Itinerários Formativos	Unidades Curriculares	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
						AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
				Projeto de Vida	Projeto de Vida	01	33:20	01	33:20	01	33:20
					Eletivas	Eletiva 1	01	33:20	-	-	-
				Eletiva 2		01	33:20	-	-	-	-
Eletiva 1	-			-		01	33:20	-	-		
Eletiva 2	-			-		01	33:20	-	-		
Eletiva 1	-			-		-	-	01	33:20		
Eletiva 2	-			-		-	-	01	33:20		
Preparação para o Mundo do Trabalho	Introdução ao Mundo do Trabalho			02	66:40	-	-	-	-		
	Tecnologia e Inovação			01	33:20	01	33:20	01	33:20		
Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento	Práticas Comunicativas e Criativas			01	33:20	-	-	-	-		
	Humanidades e Ciências Sociais			02	66:40	-	-	-	-		
	Núcleo de Inovação Matemática			01	33:20	-	-	-	-		
	Saberes e Investigação da Natureza			02	66:40	-	-	-	-		
Aprofundamento em Matemática e Suas Tecnologias (MAT)	Educação Matemática Crítica			-	-	02	66:40	02	66:40		
	Matemática na Construção da Cidadania			-	-	02	66:40	02	66:40		
	Criações, Sustentabilidade e Tecnologias			-	-	02	66:40	02	66:40		
	Matemática e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável			-	-	02	66:40	02	66:40		
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>			<b>400:00</b>	<b>12</b>	<b>400:00</b>	<b>12</b>	<b>400:00</b>			
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>1000:00</b>	<b>30</b>	<b>1000:00</b>	<b>30</b>	<b>1000:00</b>					

\* Conforme Resolução CEE/MG Nº 481/2021, de 1º de julho de 2021; Resolução SEE/MG Nº 4.948/2024, de 25 de janeiro de 2024 e Resolução SEE/MG Nº 4.908/2023, de 11 de setembro de 2023.

**Indicadores Fixos:**

. Duração do Módulo-Aula: **50 minutos** . Nº de Aulas/Dia: **06 aulas**

. Nº de Semanas Letivas: **40 semanas** . Nº de Dias Letivos Anuais: **200 dias**

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

Na Resolução SEE nº 4.908/2023 destacamos na Unidade Curricular Preparação para o Mundo do Trabalho a oferta anual com dois Componentes Curriculares no 1º ano: Introdução ao Mundo do Trabalho e Tecnologia e Inovação. Nos anos seguintes ( 2º e 3º anos), o foco recairá em Tecnologia e Inovação como Componente Curricular (Minas Gerais, 2023).

Já o Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento abrange diferentes momentos. No 1º ano, é oferecido o Aprofundamento Integrado, que compreende quatro Componentes Curriculares: Práticas Comunicativas e Criativas, Humanidades e Ciências Sociais, Núcleo de Inovação Matemática e Saberes, e Investigação da Natureza (Minas Gerais, 2023).

Nos anos subsequentes (2º e 3º anos), os alunos terão a opção de escolher entre doze possibilidades de arranjos curriculares como parte dos Aprofundamentos Optativos, distribuídas em 12 macrotemas e 48 componentes curriculares. Destaca-se que a escolha dos estudantes do 3º ano deve ser diferente daquela feita no 2º ano (Minas Gerais, 2023).

Diante o exposto, é válido questionar a efetiva autonomia dos estudantes na escolha do Aprofundamento Optativo, uma vez que, na prática, fatores como orientação educacional limitada e escolha prévia pela equipe gestora dos aprofundamentos que a escola irá ofertar podem influenciar significativamente nas decisões dos alunos. Além disso, a abordagem de obrigar a escolha do Aprofundamento optativo no 3º ano diferente da escolha realizada no 2º ano pode resultar em lacunas no conhecimento. Isso pode levar a escolhas menos informadas e, potencialmente, a uma falta de preparação adequada para o ingresso no ensino superior e até mesmo no mercado de trabalho. Portanto, é necessário considerar criticamente até que ponto esse leque de componentes curriculares realmente oferece uma formação personalizada e se as Diretrizes para o Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento de 2024 atendem às necessidades dos estudantes.

Vale destacar que as escolas privadas de Ensino Médio em Minas Gerais, integradas ao Sistema Estadual de Ensino, têm autonomia para construir seus currículos, desde que respeitem as diretrizes da Lei nº 13.415/17 e da BNCC. Ao optarem por um currículo próprio, essas escolas apresentam diferenças consideráveis em relação às escolhas dos itinerários formativos, considerados a parte flexível do Novo Ensino Médio. Aqui observa-se mais uma vez a configuração de um "ensino dualista" no Brasil, onde coexistem dois modelos educacionais distintos.

A análise dos documentos regulamentadores do Novo Ensino Médio em Minas Gerais explicita vários princípios, objetivos e conceitos, entre outros elementos, adotados na educação

por governos neoliberais. E, como se pode constatar, as políticas educativas implantadas no Estado de Minas Gerais estão em consonância com os projetos propostos pela Lei nº 13.415/17.

### **3.1- As Eletivas na cidade de Uberlândia- oferta e escolha entre os anos 2022 a 2024**

Nesta subseção serão examinadas as Eletivas oferecidas pelas escolas e escolhidas pelos alunos no período entre 2022 e 2024, com foco nas escolas estaduais de Ensino Médio regular diurno da cidade de Uberlândia. A compreensão da dinâmica por trás da seleção das Eletivas e seu impacto no currículo educacional é fundamental para entendermos como as mesmas impactam no trabalho docente. Para tanto, será analisada a variedade de Eletivas disponíveis, assim como os catálogos de Eletivas utilizados para auxiliar as escolas e os alunos na tomada de decisão ao longo dos anos mencionados. Também serão analisados gráficos com os resultados das escolhas das Eletivas mais populares entre os alunos das escolas de ensino médio regular diurno em Uberlândia. Além disso, será discutido onde as Eletivas estão inseridas dentro das macroáreas temáticas dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A justificativa para escolher Uberlândia como foco da pesquisa reside na representatividade do seu cenário educacional mineiro, uma vez que é a segunda cidade mais populosa do estado de MG com o número de 68 escolas estaduais, sendo dessas, 27 escolas ofertantes do ensino médio regular diurno. A exclusão do Ensino Médio em Tempo Integral e Ensino Médio Regular noturno e escolha pelo Ensino Médio Regular diurno se dá pela maior quantidade de turmas existentes e alunos matriculados nesta modalidade de ensino e turno.

A oferta e escolha das Eletivas têm como base as Resoluções SEE-MG nº 4.657/21, SEE-MG nº 4777/2022 e SEE-MG nº 4908/2023 que delineiam as diretrizes para as matrizes curriculares para os anos 2022, 2023 e 2024, consecutivamente. Embora as propostas das matrizes busquem promover a flexibilidade e diversidade no currículo, algumas considerações quanto à oferta e escolha das Eletivas nestes três anos de implementação do Novo Ensino Médio no Estado de Minas Gerais se fazem necessárias.

Na Resolução SEEMG nº 4.657/21, o destaque recai sobre a oferta anual das Eletivas no 1º ano, permitindo aos estudantes escolherem a partir de um catálogo fornecido pela Secretaria de Educação. Contudo, essa abordagem pode resultar em uma falta de alinhamento com os interesses e necessidades específicas de cada turma, gerando uma oferta genérica que não contempla as particularidades locais e individuais.

A Resolução SEEMG nº 4.657/21 traz orientações sobre a quantidade de Eletivas a serem ofertadas, considerando o porte da escola. Essa abordagem, embora pareça razoável, pode gerar desigualdades no acesso às opções de Eletivas, principalmente em instituições de menor porte.

O documento ainda determina que as Eletivas sejam ofertadas apenas no 6º horário ou contraturno o que pode criar obstáculos logísticos e limitar as escolhas dos estudantes. A flexibilidade proposta nas Eletivas poderia ser mais efetiva se não estivesse restrita a um determinado período do dia.

Já a Resolução SEEMG nº 4777/2022, ao introduzir o lançamento de notas bimestrais para as Eletivas e excluir a possibilidade de reprovação, pode gerar dúvidas quanto à eficácia da avaliação nesses componentes. A ausência de consequências acadêmicas pode impactar a seriedade com que os estudantes encaram as Eletivas, possivelmente comprometendo a qualidade do aprendizado. A Resolução SEEMG nº 4777/2022 introduz a avaliação bimestral das Eletivas, sem previsão de reprovação no Ensino Médio. Essa abordagem, embora procure incentivar a participação dos alunos, pode minimizar o comprometimento com o aprendizado, uma vez que não há consequências para um desempenho inadequado.

A introdução da avaliação bimestral para as Eletivas e a exclusão da possibilidade de reprovação, conforme estabelecido pela Resolução SEEMG nº 4777/2022, levantam questionamentos sobre a eficácia desse método de avaliação específico. A falta de repercussões acadêmicas pode influenciar a seriedade com que os estudantes abordam as disciplinas Eletivas, potencialmente afetando a qualidade do processo de aprendizado. Ao implementar a avaliação bimestral para as Eletivas no Ensino Médio sem a perspectiva de reprovação, essa abordagem busca promover a participação dos alunos, mas pode, ao mesmo tempo, reduzir o comprometimento com o aprendizado, uma vez que não há consequências para um desempenho inadequado.

A proposta de oferecer Eletivas de áreas distintas daquelas escolhidas para o Aprofundamento no 2º ano pode parecer positiva, promovendo uma visão mais abrangente. No entanto, a eficácia dessa abordagem depende da variedade e pertinência das opções disponíveis, garantindo que os estudantes tenham escolhas significativas e coerentes com seus interesses.

A Resolução SEEMG nº 4908/2023, não introduz mudanças na oferta das Eletivas para o ano 2024, destaca a estabilidade na abordagem curricular. No entanto, é válido questionar se a falta de alterações reflete uma resposta adequada às dinâmicas em constante evolução da educação e das necessidades dos estudantes.

### **3.1.2- Os Catálogos das Eletivas: anos 2022, 2023 e 2024**

O Catálogo de Eletivas para o ano de 2022 em Minas Gerais, dentro do contexto do Novo Ensino Médio, destaca a flexibilização curricular como uma das características do novo modelo educacional:

As Eletivas, parte integrante dos Itinerários Formativos, previstas pelo novo currículo, possibilitarão que os professores(as) diversifiquem as experiências escolares dos estudantes. Importante destacar que esse componente curricular busca assegurar o espaço para a experimentação, o aprofundamento dos conhecimentos, bem como o caráter interdisciplinar e, sobretudo, transdisciplinar, pois parte das temáticas sugeridas são oriundas dos Temas Contemporâneos Transversais - TCTs<sup>1</sup>. A expectativa é que os estudantes possam discutir temas atuais e expressar seus pontos de vista por meio de diferentes linguagens que perpassam tanto a criação artística e a exploração científica, como a atuação em projetos sociais. (Catálogo de Eletivas, 2022, p.3)

Embora se mencione a importância da interdisciplinaridade e da transversalidade nas Eletivas, falta clareza sobre como esses princípios são efetivamente aplicados. O catálogo não fornece exemplos concretos de como os temas interdisciplinares são abordados ou como os estudantes são incentivados a explorar essas conexões.

O Catálogo de Eletivas 2022 apresenta 43 disciplinas Eletivas e está estruturado por Áreas do Conhecimento e Interáreas, incluindo ementas das Eletivas, objetivos de aprendizagem, objetos de conhecimento e referências. Oferece também um modelo de plano de curso apenas da eletiva Cinema visando auxiliar o planejamento didático dos professores.

O processo de escolha das Eletivas é apresentado como uma responsabilidade das escolas e dos professores, que devem selecionar as Eletivas dentro das opções disponíveis no catálogo. Para as Eletivas das áreas do conhecimento, o objetivo é aprofundar e articular temas comuns dos componentes curriculares da mesma área, enquanto as Eletivas interáreas buscam integrar os componentes curriculares de diferentes áreas, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

A forma como as Eletivas são apresentadas e escolhidas levanta preocupações, uma vez que a abordagem coloca uma grande responsabilidade nas escolas e professores, sem oferecer diretrizes claras sobre como selecionar as Eletivas de forma equilibrada e alinhada com as necessidades dos alunos. Além disso, a sugestão de adaptação dos objetivos de aprendizagem e referências pode resultar em uma variação significativa na qualidade e consistência do ensino entre as escolas, já que cada uma pode interpretar e aplicar esses elementos de maneira diferente. Escolas com recursos limitados podem não ter acesso às mesmas oportunidades que escolas mais privilegiadas, o que pode aprofundar disparidades educacionais já existentes. A

falta de envolvimento adequado dos estudantes no processo de escolha das Eletivas também pode limitar sua participação na definição de sua própria jornada de aprendizado, uma vez que as Eletivas são previamente escolhidas pelas escolas e professores.

Outra questão é a falta de avaliação da eficácia das Eletivas. O catálogo não menciona nenhum plano de avaliação para medir o impacto dessas atividades no aprendizado dos alunos. Sem essa avaliação, é difícil determinar se as Eletivas estão atingindo seus objetivos pedagógicos ou se estão apenas adicionando mais carga de trabalho para alunos e professores.

O documento ainda traz que:

As Eletivas são componentes curriculares fundamentais para garantir o espaço de personalização do currículo. Devem ter intencionalidade pedagógica, articulação com as áreas do conhecimento, com os eixos estruturantes definidos para o Itinerário Formativo (Anexo II) e com as Competências Gerais da BNCC, conforme estabelecido pela Portaria 1.432/2018. (Catálogo de Eletivas, 2022, p.5)

Os quadros de habilidades do Anexo II apresentam as habilidades associadas aos itinerários formativos e aos eixos estruturantes, destacando as competências gerais da BNCC. No eixo estruturante Investigação Científica, por exemplo, são delineadas habilidades como identificar, analisar e posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados e evidências para respaldar conclusões. Já no eixo Processos Criativos, as habilidades envolvem reconhecer, questionar e difundir manifestações criativas, além de propor soluções originais para problemas diversos. No eixo Mediação e Intervenção Sociocultural, as habilidades relacionam-se à compreensão e intervenção em questões sociais, culturais e ambientais, promovendo o diálogo, a colaboração e a resolução de conflitos. Por fim, no eixo Empreendedorismo, são destacadas habilidades como reconhecer e utilizar qualidades pessoais para superar desafios, planejar e desenvolver projetos pessoais ou produtivos e avaliar as relações entre formação escolar e construção da carreira profissional.

O documento ainda traz que as Eletivas têm como objetivo contribuir para o aprofundamento e diversificação dos conhecimentos dos estudantes, indo além da Formação Geral Básica e dos demais componentes do Itinerário Formativo e apresenta ainda no Anexo II o quadro de habilidades específicas dos itinerários formativos associadas aos eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

No Catálogo de Eletivas 2023 a Secretaria Estadual de Educação coloca que as Eletivas têm como objetivo proporcionar espaço para a experimentação, aprofundamento dos

conhecimentos e abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, utilizando temas contemporâneos transversais.

O catálogo apresenta 44 disciplinas Eletivas a serem analisadas pelas equipes pedagógicas, considerando o contexto local e os interesses dos estudantes. Após essa análise, seria oferecido um conjunto de opções para escolha dos estudantes, conforme a turma e os aprofundamentos definidos. As Eletivas foram disponibilizadas no ano de 2023 para os primeiros e segundos anos do Novo Ensino Médio. Assim como ocorreu no ano de 2022, o documento trouxe que aos professores a responsabilidade de adaptar os elementos sugeridos nas ementas de acordo com as necessidades da escola, interesses dos estudantes e contexto local, com vista a ampliar as possibilidades de transversalidade do currículo e aprofundar as aprendizagens dos estudantes.

Cumpramos ressaltar que as Eletivas se constituem como um espaço novo da atuação docente em que a interdisciplinaridade e transversalidade dão a tônica dessa proposta formativa. Para isso, o(a) professor(a) precisa compreender a proposta da Eletiva, possuir conhecimento efetivo sobre a ementa, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem nela descritos, podendo aprimorá-los de acordo com as especificidades encontradas junto aos seus estudantes. ( Catálogo de Eletivas, 2023, p.6)

O documento ainda traz que as Eletivas têm como objetivo contribuir para o aprofundamento e diversificação dos conhecimentos dos estudantes, indo além da Formação Geral Básica e dos demais componentes do Itinerário Formativo. Assim como trouxe no catálogo de Eletivas de 2022, no ano de 2023 o documento também apresenta o quadro de habilidades específicas dos itinerários formativos associadas aos eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. Ao estruturar a Eletiva no plano de curso, os professores devem buscar a articulação e integração de saberes, promovendo o aprofundamento das aprendizagens dos estudantes.

Para o ano 2024 o Catálogo trouxe 75 Eletivas e permitiu que os professores contribuíssem com o documento por meio de um processo de seleção de propostas de novas Eletivas produzidas pelos próprios professores. Além disso, inclui Eletivas desenvolvidas em colaboração com comunidades quilombolas e indígenas. Para duas Eletivas A Lógica Computacional e os Problemas do Dia a Dia e Narro, Logo Existo!, ambas ligadas às tecnologias e cultura digital, será exigida formação específica para os professores que irão lecioná-las; isso significa que eles deverão participar de cursos de formação oferecidos pela rede.

Como novidade, o catálogo de Eletivas 2024 apresenta no Anexo III (Quadro 3) a organização das Eletivas por habilitação.

Quadro 3- Anexo III Catálogo de Eletivas 2024.

<b>ELETIVA</b>	<b>HABILITAÇÃO</b>
A Lógica Computacional e os Problemas do Dia a Dia	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
África: (Re)conhecer e Resignificar	Arte/Linguagens Artísticas ou Filosofia ou Geografia ou História ou Sociologia.
Agricultura com Bases Ecológicas Biologia/Ciências Biológicas ou Química ou Geografia.	Artesanato em Barro: A Arte do Oleiro Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Artesanato e Reciclagem	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Astronomia	Física ou Biologia/Ciências Biológicas ou Química.
Carnaval: Saberes Históricos	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Cartografia Escolar	Geografia.
Ciências Criativas	Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Química.
Cinema	Letras ou Arte/Linguagens Artísticas ou Geografia ou História ou Sociologia ou Filosofia.
Cinema e Meio Ambiente	Letras ou Arte/Linguagens Artísticas ou Química ou Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Geografia.
Consumo Consciente	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Cooperativismo e Associativismo	História ou Filosofia ou Sociologia ou Geografia.
Cultura de Paz e Convivência Democrática	Sociologia ou Filosofia ou História ou Geografia ou Educação Física ou Letras ou Arte/Linguagens Artísticas.
Dança	Arte/Linguagens Artísticas ou Educação Física.
Debate Público e Acadêmico: Práticas Discursivas Oraís e Escritas	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou História ou Sociologia ou Filosofia ou Geografia.
Desenho Geométrico	Matemática.
Educação Financeira	Matemática.
Educação Fiscal	Matemática ou História.
Educação Patrimonial	História ou Filosofia ou Sociologia ou Geografia.
Entre Aromas e Sabores: A Química dos Frutos do Cerrado	Química.
Espanhol para o ENEM	Letras Espanhol.
Esporte e Inclusão	Educação Física.
Estudo e Produção de Conhecimentos Sobre a História Local	História ou Sociologia ou Geografia.
Ética e Moral em Jogos Digitais	Filosofia ou Sociologia.
Fotointerpretação e Sensoriamento Remoto	Geografia.
Geometria Dinâmica	Matemática.
Globalização, Tecnologia e Trabalho	História ou Filosofia ou Sociologia ou Geografia.
História da Alimentação	Geografia ou História ou Sociologia ou Filosofia.
História da América Latina	História ou Geografia.
História Oral	História ou Sociologia ou Geografia.
Identidades Culturais Brasileiras	Sociologia ou Filosofia ou História ou Geografia ou Letras ou Arte/Linguagens Artísticas.
Introdução à LIBRAS	Letras Libras.
Introdução ao Geoprocessamento	Geografia.
Jornalismo Digital	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras.
Laboratório de Matemática	Matemática.

Leitura e Compartilhamento no Mundo Virtual	Letras.
Leitura Instrumental em Língua Espanhola	Letras Espanhol.
Literatura e Criação Literária	Letras.
Matemática e Artes Visuais	Arte/Linguagens Artísticas ou Matemática.
Minação e Educação em Foco	História ou Filosofia ou Sociologia ou Geografia.
Mitologia: As Lendas e as Associações de Ideias	Sociologia ou Filosofia ou História ou Geografia ou Arte/Linguagens Artísticas.
Música	Letras ou Arte/Linguagens Artísticas.
Narro, Logo Existo!	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Patrimônio Cultural Local: Caatinga	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Pegada Hídrica e seu Impacto no Ambiente	Biologia/Ciências Biológicas ou Química ou Física ou Geografia.
Playlist Musical: As Vozes de Protesto na Música Brasileira	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras.
Preparação para o ENEM - Ciências da Natureza	Física ou Química ou Biologia/Ciências Biológicas.
Preparação para o ENEM - Ciências Humanas	Sociologia ou Filosofia ou História ou Geografia.
Preparação para o ENEM - Linguagens	Letras.
Preparação para o ENEM - Matemática	Matemática.
Química e Educação Ambiental	Química.
Raciocínio Lógico	Matemática ou Filosofia.
Redação para o ENEM	Letras.
Relações Étnico-raciais e Racismo no Brasil	História ou Filosofia ou Sociologia ou Geografia.
Relaxamento, Yoga e Mindfulness	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Saberes que se Entrelaçam: Do Plantio ao Consumo	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Teatro	Arte/linguagens artísticas ou Educação Física ou Letras.
Tecnologia dos Resíduos Sólidos	Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Química.
Teoria e Pensamento Político	História ou Filosofia ou Sociologia ou Geografia.
Cultura Digital, Mídias e suas Tecnologias	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Direito e Organização do Território do Povo Kiriri do Acre	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Literatura e Arte Indígena: Conta sua História, Jovem Pataxó!	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Multiculturalidade do Povo Kiriri do Acre	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
O Espaço do Jovem Indígena e a Comunicação com o Outro Espaço	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Prática Artesanal Xucuru Kariri de Caldas	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento
Saúde Integral/Contexto Ambiental	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Sustentabilidade/Políticas Ambientais	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Vivência dos Saberes e Desafios Matemáticos	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Culinária Quilombola	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.
Cultura Afro e Quilombola: Afrobrasildades	História ou Geografia ou Sociologia ou Filosofia ou Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Cultura e Arte Quilombola: Transformações Sociais	História ou Geografia ou Sociologia ou Filosofia ou Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.

Cultura Quilombola: A Marujada e Outras Manifestações	História ou Geografia ou Sociologia ou Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Saúde da População Quilombola	Filosofia ou Sociologia ou Geografia ou História ou Física ou Química ou Biologia.
Mediações Pedagógicas da Alternância*	Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento.

\* Importante: a Eletiva “Mediações pedagógicas da Alternância” faz parte de projeto piloto da SEE/MG e destina-se, exclusivamente, às escolas autorizadas pela SEE/MG, não se enquadrando nas categorias das demais Eletivas.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Embora os Catálogos de Eletivas apresentem diretrizes para a implementação dessas atividades, há preocupações significativas quanto à maneira como são selecionadas. É essencial que o processo de escolha das Eletivas atenda verdadeiramente às necessidades dos alunos e promovam uma educação equitativa e de qualidade.

O Catálogo de Eletivas para os anos de 2022, 2023 e 2024 em Minas Gerais evidencia sobretudo a flexibilização curricular no contexto do Novo Ensino Médio. No entanto, é crucial reconhecer que a implementação das Eletivas apresenta desafios significativos para os educadores. A falta de diretrizes claras sobre a aplicação dos princípios de interdisciplinaridade e transversalidade nas Eletivas pode dificultar a integração efetiva dessas abordagens no currículo. Além disso, a responsabilidade atribuída às escolas e aos professores na seleção e adaptação das Eletivas pode resultar em disparidades educacionais entre as instituições, especialmente àquelas com recursos limitados. A exigência de formação específica para algumas Eletivas também pode aumentar a carga de trabalho dos professores, sem garantir uma melhoria significativa na qualidade do ensino. É fundamental que as políticas educacionais considerem essas questões e promovam medidas para apoiar os professores na implementação eficaz das Eletivas, garantindo uma educação de qualidade para todos os alunos.

### **3.1.3- Escolha das Eletivas no âmbito da cidade de Uberlândia anos 2022, 2023 e 2024**

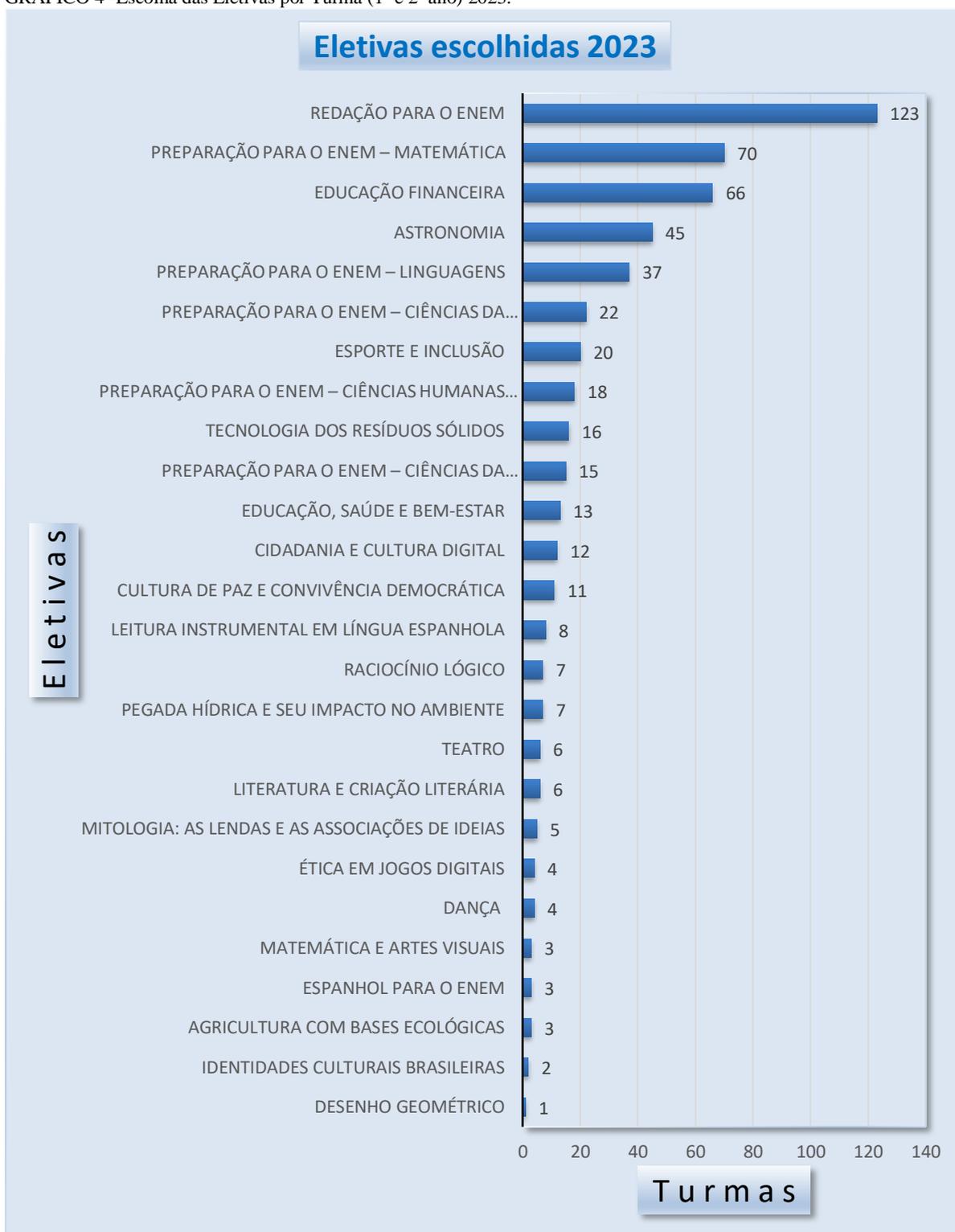
Aqui serão examinados os resultados da escolha das Eletivas escolhidas pelos alunos da cidade de Uberlândia que frequentam o ensino médio diurno. A decisão de escolher a cidade de Uberlândia para analisar a implementação das Eletivas nas 27 escolas estaduais do Ensino Médio da cidade e os impactos no trabalho docente foi motivado pela representatividade da cidade no cenário educacional em Minas Gerais. Nesse sentido, optamos também por restringir nossa análise às turmas regulares existentes no período diurno, considerando que abrangem um número significativo de alunos da cidade.

GRÁFICO 3 -Escolha das Eletivas por Turma ( 1º ano) 2022



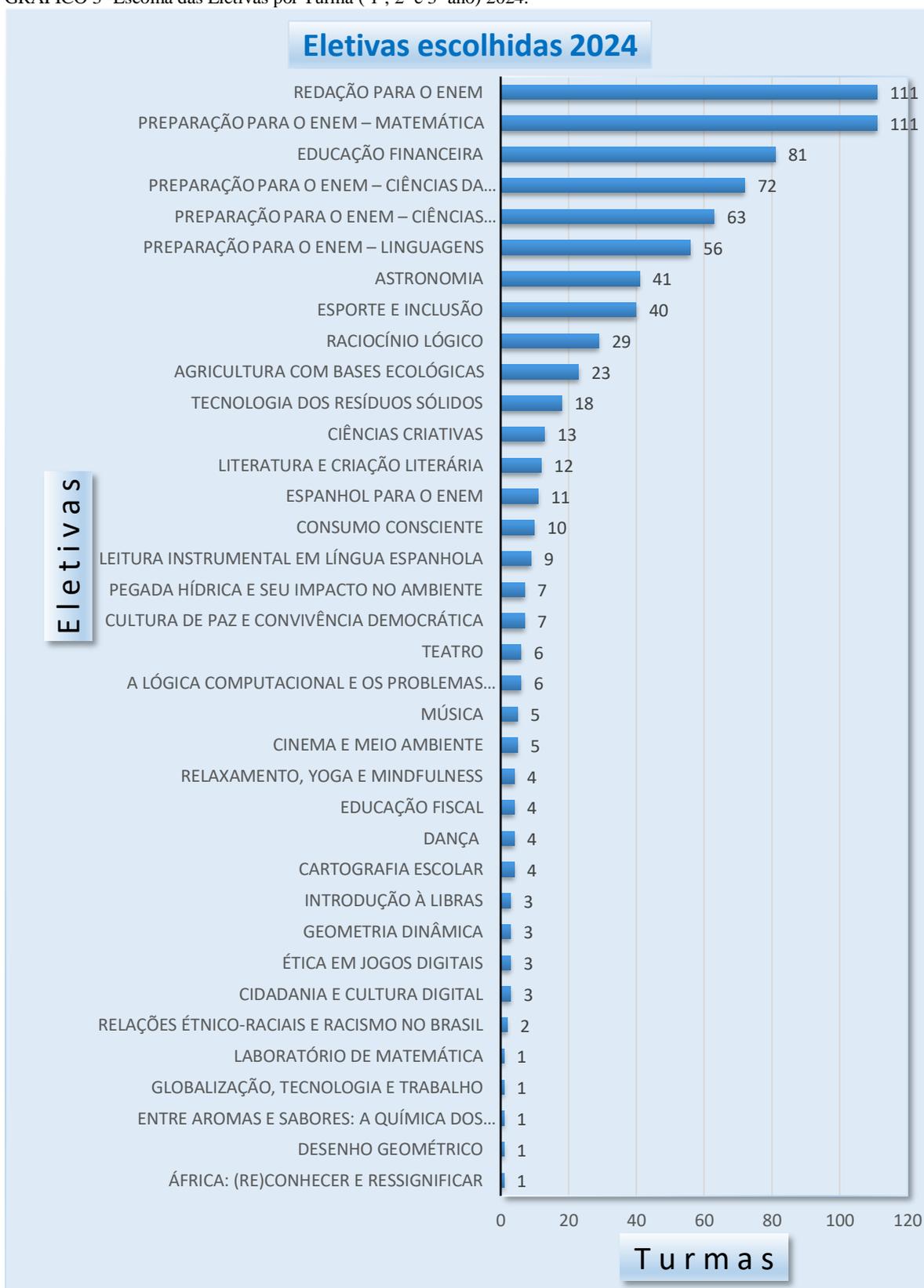
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia e Sistema Mineiro de Administração Escolar- SIMADE.

GRÁFICO 4 -Escolha das Eletivas por Turma (1º e 2º ano) 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia e Sistema Mineiro de Administração Escolar -SIMADE.

GRÁFICO 3 -Escolha das Eletivas por Turma ( 1º, 2º e 3º ano) 2024.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia e Sistema Mineiro de Administração Escolar- SIMADE

Observamos a partir dos gráficos 1, 2 e 3, que as Eletivas mais escolhidas pelos alunos do diurno em Uberlândia ao longo dos três anos de implementação do Novo Ensino Médio foram Redação para o ENEM, Preparação para o ENEM Matemática e Educação Financeira.

A partir de então, discutiremos onde as mesmas estão inseridas de acordo com as macroáreas temáticas dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que a integração dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na Educação Básica não apenas responde às demandas sociais atuais, mas também impacta diretamente o trabalho docente, promovendo mudanças significativas na forma como os professores planejam e ministram suas aulas.

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1996, os TCTs têm sido reconhecidos como elementos essenciais para uma formação integral dos estudantes, abordando questões como ética, cidadania, meio ambiente e multiculturalismo. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, esses temas tornaram-se obrigatórios, ampliando-se para quinze e distribuídos em seis macroáreas temáticas (Brasil, 2019), conforme mostra a figura 6:

Figura 6- TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC-Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos 2019.



Fonte: MEC (2024).

A análise, portanto, avalia como as Eletivas escolhidas pelos alunos refletem essas macroáreas, considerando também o impacto das mudanças curriculares no trabalho dos professores e nas estratégias pedagógicas adotadas nas escolas.

Essa perspectiva permite compreender de que forma a implementação da BNCC, aliada ao Novo Ensino Médio, transforma as práticas pedagógicas e a organização escolar, ao mesmo tempo em que busca alinhar a educação às demandas sociais emergentes, preparando os estudantes para um futuro mais conectado às realidades do mundo contemporâneo.

Para os docentes, isso significa uma mudança de paradigma no ensino. Eles não apenas precisam transmitir conhecimento, mas também desenvolver competências nos alunos que os capacitem a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Isso requer uma abordagem pedagógica mais ampla e integradora.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012 reforçaram a importância da abordagem transversal dos TCTs, destacando temas como educação alimentar e nutricional, direitos humanos, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humano (DCNEM, 2012, p. 4). Esses temas são cruciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária, mas sua implementação efetiva depende da prática docente.

O Catálogo Eletivas (Minas Gerais, 2022, p.3) traz em sua apresentação que muitas das temáticas sugeridas provêm dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) assim, agruparemos as disciplinas Eletivas escolhidas nas escolas do diurno em Uberlândia em 2022, 2023 e 2024 para analisar em quais macroáreas as mesmas se encaixam, visando distinguir as Eletivas relacionadas a temas contemporâneos transversais e aquelas que não apresentam essa característica, além de identificar as Eletivas que possuem caráter interdisciplinar e as que não são. Essa classificação, apresentada nos Quadros 4 e 5, permitirá uma compreensão mais abrangente da oferta de disciplinas Eletivas, facilitando a organização curricular e promovendo uma abordagem mais integrada e atualizada no ensino.

Quadro 4- Eletivas em Minas Gerais e as Macroáreas dos Temas Contemporâneos Transversais

<b>MACROÁREAS DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS</b>	<b>ELETIVAS</b>
MEIO AMBIENTE	Cinema e meio ambiente; Agricultura com bases ecológicas; Estudo do meio ambiente e intervenção local; Pegada hídrica e seus impactos no meio ambiente; Agricultura com bases ecológicas; Consumo consciente
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Tecnologia dos resíduos sólidos; Ética em jogos digitais; Cidadania e cultura digital; A lógica computacional e os problemas do dia a dia; Astronomia; Geometria Dinâmica Globalização , Tecnologia e Trabalho
MULTICULTURALISMO	Cultura de paz e convivência democrática; Literatura e criação literária; Teatro; Dança; Música; Introdução à Libras; Identidades culturais brasileiras; Relações étnicos raciais e racismo no Brasil; África: (Re)conhecer e ressignificar Mitologia: As lendas e a associação de ideias
CIDADANIA E CIVISMO	Cidadania e cultura social
ECONOMIA	Educação Financeira; Educação Fiscal;
SAÚDE	Esporte e Inclusão; Educação saúde e bem estar; Relaxamento, Yoga e Mindfulness

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5- Eletivas em Minas Gerais não relacionadas às Macroáreas dos Temas Contemporâneos Transversais e Eletivas identificadas como interdisciplinares.

<b>ELETIVAS NÃO IDENTIFICADAS AOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS</b>	<b>ELETIVAS IDENTIFICADAS COMO INTERDISCIPLINARES</b>
Redação para o ENEM; Preparação para o ENEM Matemática, Preparação para o ENEM Ciências da Natureza; Preparação para o ENEM Linguagens; Preparação para o ENEM Ciências Humanas e Sociais; Cartografia Escolar	Ciências Criativas; Matemática e Artes Visuais; Entre aromas e sabores: Química dos frutos do Cerrado

Fonte: Elaboração própria.

Embora 76% das Eletivas escolhidas entre os anos 2022 e 2024 estejam inseridas nas macroáreas dos temas contemporâneos transversais, a análise das ementas das Eletivas revela uma necessidade de diversificação e ampliação das abordagens no currículo do Ensino Médio. As Eletivas Redação para o ENEM, Preparação para o ENEM em todas as suas áreas - Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas e Sociais e Cartografia Escolar já faziam parte do cotidiano escolar antes mesmo da reforma curricular. Elas, de certa forma, representam uma continuidade do que os professores já vinham trabalhando em suas disciplinas, com foco em habilidades específicas ou preparação para exames.

Dentre as Eletivas escolhidas pelos alunos, encontramos 03 com caráter interdisciplinar: Ciências Criativas; Matemática e Artes Visuais; e Entre aromas e sabores: Química dos frutos do Cerrado que em suas ementas propõem o desenvolvimento de práticas interdisciplinares que envolvam outras disciplinas ou áreas do conhecimento.

Ao selecionarmos as Eletivas mais escolhidas nos três anos de implementação do Novo Ensino Médio observamos que apenas Educação Financeira está alinhada aos temas contemporâneos transversais previstos na BNCC (2017). Redação para o ENEM e Preparação para o ENEM Matemática entram como Eletivas que teoricamente os professores já trabalhavam em suas disciplinas antes da mudança curricular.

A ementa da Eletiva Educação Financeira propõe ensinar conceitos fundamentais de finanças, como planejamento, orçamento, trabalho e renda, além de discutir a importância do consumo consciente e da poupança. Os objetivos de aprendizagem desta Eletiva incluem a compreensão de termos e conceitos financeiros básicos, como renda, despesas, poupança, investimento, juros, inflação e orçamento.

A ementa da Eletiva Redação para o ENEM propõe uma preparação específica para o exame, focando nas competências e habilidades necessárias para a redação dissertativo-argumentativa, além de abordar temáticas frequentemente exploradas em edições anteriores do ENEM. Os objetivos de aprendizagem desta eletiva são variados e abrangem a compreensão das competências avaliadas na redação do ENEM, a produção de textos dissertativo-argumentativos com base em temas pré-definidos, e a argumentação sobre temas comuns no exame.

A ementa da eletiva Preparação para o ENEM Matemática propõe revisar e aprofundar os conteúdos de Matemática dos níveis Fundamental e Médio, preparando os alunos para os exames vestibulares, especialmente para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esta abordagem inclui a resolução de problemas, a análise e correção de exercícios, o estudo da

Teoria de Resposta ao Item (TRI) e a aplicação prática desta teoria através de simulados com modelo de correção baseado em TRI.

O Novo Ensino Médio trouxe consigo não apenas uma reestruturação curricular, mas também uma reflexão sobre a efetividade das práticas educacionais. A análise das ementas das Eletivas nos catálogos revela um quadro interessante sobre a integração de conteúdos e o alinhamento com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A presença de disciplinas como Redação para o ENEM e Preparação para o ENEM Matemática como Eletivas pode levantar questionamentos sobre a efetividade dessa abordagem. Enquanto é importante preparar os alunos para exames, é crucial que o currículo ofereça também oportunidades para o desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade e capacidade de resolver problemas do mundo real. Isso ressalta a necessidade de uma maior diversidade de temas que abordem questões relevantes para a formação integral dos alunos.

A proposta de interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio visa integrar diversas áreas do conhecimento. No entanto, a implementação desse modelo enfrenta grandes desafios, sobretudo pela formação tradicional e segmentada dos professores. A maioria dos docentes foi capacitada em áreas específicas e monodisciplinares, o que dificulta a adoção de abordagens interdisciplinares no ensino. Disciplinas que requerem um trabalho conjunto de várias áreas exigem uma formação que os professores, em grande parte, não possuem, resultando em uma lacuna entre a proposta curricular e a prática em sala de aula. Isso compromete a efetividade da interdisciplinaridade e a capacidade de oferecer aos alunos uma educação que vá além da preparação para exames.

A análise geral do quadro de Eletivas e da situação funcional dos professores foi fundamental para compreender essa desconexão. Ao cruzar essas duas variáveis, foi possível identificar que as Eletivas como Redação para o ENEM e Preparação para o ENEM Matemática, refletem a continuidade de práticas pedagógicas tradicionais, que não exigem a interdisciplinaridade defendida pela BNCC. Além disso, o número limitado de Eletivas com um caráter verdadeiramente interdisciplinar reforça a percepção de que a falta de professores preparados para atuar em áreas interligadas restringe a diversificação das ofertas curriculares. A escolha por cruzar a situação funcional dos professores com as disciplinas Eletivas foi estratégica para demonstrar que, embora a interdisciplinaridade seja um objetivo do Novo Ensino Médio, a sua implementação esbarra nas limitações da formação docente e nas escolhas curriculares que priorizam a preparação para exames em detrimento de uma formação integral.

Portanto, a análise das ementas das Eletivas mostra não apenas uma integração de conteúdos, mas também a necessidade de uma abordagem mais ampla e diversificada no currículo do Ensino Médio, que seja capaz de promover uma educação mais significativa e alinhada às demandas contemporâneas.

#### **4- HABILITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DOCENTE E COMPOSIÇÃO DE CARGOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ELETIVAS**

A legislação educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, tem passado por transformações substanciais em relação à formação dos professores. A Resolução do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno CNE/CP nº 1/2021, ao introduzir a formação em serviço e reconhecimento do notório saber para os docentes da educação profissional, levanta preocupações sobre a qualidade do ensino. A flexibilização na contratação com base no critério do notório saber, trazido pela Lei 13.415/2017, suscita debates sobre a valorização da profissão docente e a qualidade da educação, especialmente devido à ausência de critérios claros para o reconhecimento desse saber, o que pode resultar em precarização do trabalho docente.

A proposta de admissão de professores com notório saber em determinadas disciplinas visa suprir a escassez de profissionais qualificados, contudo, pode desvalorizar os cursos de licenciatura e eximir o Estado de sua responsabilidade na formação de professores especializados. Isso é particularmente preocupante dada a falta de valorização do trabalho do professor na escola de ensino médio e a desqualificação dos processos de formação por meio das licenciaturas de nível superior. Diante dessas questões, é imperativo repensar as políticas de formação de professores, privilegiando uma abordagem que promova uma formação sólida e aprofundada dos docentes, em prol da qualidade da educação no país.

A Resolução CEE nº 481/21 do Estado de Minas Gerais, nos artigos 104 ao 107, destaca a relevância da formação contínua dos profissionais da Educação Básica, alinhada às Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta formação deve englobar não só aspectos pedagógicos, mas também dimensões humanas, sociais, científicas, linguísticas, tecnológicas e culturais, adaptando-se às exigências profissionais. É ressaltado que a formação contínua é um processo que incorpora os conhecimentos adquiridos ao longo da carreira, buscando constantemente aprimorar as práticas pedagógicas. As escolas devem promover o diálogo entre os profissionais da educação, facilitando o acesso à formação específica e criando um ambiente de aprendizado permanente. Além disso, a formação dos professores deve contemplar conceitos como educação integral, interdisciplinaridade e metodologias avançadas, incentivando a participação em diversas atividades de desenvolvimento profissional e empreendedorismo (Minas Gerais, 2021e).

Art. 106 A formação continuada dos professores deve considerar as concepções de educação integral, de interdisciplinaridade e de transversalidade, de metodologias ativas, de ensino híbrido, de empreendedorismo, de novas tecnologias digitais e de aprendizado de múltiplos letramentos. (Minas Gerais, 2021e, s/p)

Embora a Resolução CEE nº 481/21 do estado de Minas Gerais ressalte a importância da formação contínua dos profissionais da Educação Básica e a necessidade de abordar uma variedade de dimensões no processo educacional, é importante considerar que a implementação efetiva dessas diretrizes pode enfrentar desafios significativos. Por exemplo, embora seja destacada a importância do diálogo entre os profissionais da educação e o acesso à formação específica, muitas vezes a realidade das escolas não permite a criação de um ambiente propício para tal. Além disso, embora sejam mencionados conceitos valiosos como educação integral e interdisciplinaridade, a tradução desses conceitos em práticas efetivas pode ser complexa e exigir recursos significativos, que podem não estar prontamente disponíveis nas escolas. Portanto, enquanto a resolução oferece uma visão idealizada da formação dos professores, é crucial reconhecer e abordar os desafios práticos que podem surgir na sua implementação.

Para ministrar as disciplinas Eletivas nas escolas estaduais a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais a cada ano letivo publica uma resolução constando o componente curricular da Eletiva e a habilitação específica correlata que o professor deve possuir. Para aplicação no ano 2024 a Secretaria Estadual de Educação publicou em outubro de 2023 a Resolução SEE MG nº 4.920/2023 especificando as habilitações (Quadro 6).

Quadro 6- Quadro de habilitação Eletivas para aplicação no ano de 2024.

<b>QUADRO 5.1.1 UNIDADE CURRICULAR: ELETIVAS</b>	
<b>COMPONENTE CURRICULAR DA ELETIVA</b>	<b>HABILITAÇÃO ESPECÍFICA</b>
Esporte e Inclusão	Educação Física.
Leitura e Compartilhamento no Mundo Virtual	Letras
Literatura e Criação Literária	
Preparação para o ENEM - Linguagens	
Redação para o ENEM	
Espanhol para o ENEM	Letras Espanhol.
Leitura Instrumental em Língua Espanhola	

Introdução à LIBRAS	Letras Libras.
Dança	Arte/Linguagens Artísticas ou Educação Física.
Artesanato em Barro: A Arte do Oleiro	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física.
Artesanato e Reciclagem	
Carnaval: Saberes Históricos	
Teatro	
Patrimônio Cultural Local: Caatinga	
Jornalismo Digital	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras.
Playlist Musical: As Vozes de Protesto na Música Brasileira	
Música	
Cultura de Paz e Convivência Democrática	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física ou Filosofia ou Geografia ou História ou Sociologia.
Cultura Afro e Quilombola: Afrobrasilidades	
Cultura e Arte Quilombola: Transformações Sociais	
Cultura Quilombola: A Marujada e Outras Manifestações	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Educação Física ou História ou Geografia ou Sociologia.
Identidades Culturais Brasileiras	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Filosofia ou Geografia ou História ou Sociologia.
Cinema	
Debate Público e Acadêmico: Práticas Discursivas Orais e Escritas	
Mitologia: As Lendas e as Associações de Ideias	Arte/Linguagens Artísticas ou Filosofia ou Geografia ou História ou Sociologia.
África: (Re)conhecer e Resignificar	
Cinema e Meio Ambiente	Arte/Linguagens Artísticas ou Letras ou Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Química ou Geografia.
Matemática e Artes Visuais	Arte/Linguagens Artísticas ou Matemática.
Entre Aromas e Sabores: A Química dos Frutos do Cerrado	Química.
Química e Educação Ambiental	
Ciências Criativas	Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Química.
Tecnologia dos Resíduos Sólidos	
Astronomia	
Preparação para o ENEM - Ciências da Natureza	
Pegada Hídrica e seu Impacto no Ambiente	Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Química ou Geografia.
Agricultura com Bases Ecológicas	Biologia/Ciências Biológicas ou Química ou Geografia.
Saúde da População Quilombola	Biologia/Ciências Biológicas ou Física ou Química ou Filosofia ou Geografia ou História ou Sociologia.
Cartografia Escolar	Geografia.
Fotointerpretação e Sensoriamento Remoto	
História da América Latina	Geografia ou História

Ética e Moral em Jogos Digitais
Estudo e Produção de Conhecimentos Sobre a História Local
História Oral
História da Alimentação
Cooperativismo e Associativismo
Educação Patrimonial
Globalização, Tecnologia e Trabalho
Mineração e Educação em Foco
Relações Étnico-raciais e Racismo no Brasil
Teoria e Pensamento Político
Preparação para o ENEM – Ciências Humanas
Raciocínio Lógico
Educação Fiscal
Desenho Geométrico
Educação Financeira
Geometria Dinâmica
Laboratório de Matemática
Preparação para o ENEM - Matemática
Consumo Consciente
Narro, Logo Existo!
A Lógica Computacional e os Problemas do Dia a Dia
Relaxamento, Yoga e Mindfulness
Saberes que se Entrelaçam: Do Plantio ao Consumo
Culinária Quilombola
Mediações Pedagógicas da Alternância
Introdução ao Geoprocessamento

Fonte: Resolução SEE MG 4920, de 06 de outubro de 2023. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Enquanto a Resolução CEE nº 481/21 do Estado de Minas Gerais ressalta a Importância da formação contínua dos profissionais da Educação Básica, é necessário considerar os desafios práticos que podem surgir na sua implementação, especialmente quando se trata da oferta de disciplinas Eletivas e seus impactos no trabalho do professor.

A implementação das novas diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), através das Resoluções SEE nº 4.789/2022 e nº 4.925/2023, trouxe grandes desafios para a organização dos cargos nas escolas estaduais, impactando diretamente a formação dos cargos pelos diretores e a limitada escolha dos professores. Essas mudanças geraram tensões e dificuldades tanto para os gestores escolares quanto para os professores, influenciando a dinâmica de trabalho e a organização pedagógica.

Com a Resolução SEE nº 4.789/2022, a composição de aulas no ano 2023 para o professor regente de aulas deveria ocorrer prioritariamente no mesmo turno, agrupando disciplinas da BNC e Itinerários Formativos correlatos, seguindo as habilitações dos professores e os critérios pedagógicos estabelecidos pela SEE. O Art.11 dessa Resolução especifica que:

Art. 11 - A composição/agrupamento de aulas para a formação dos cargos do PEB Regente de Aulas será organizada, obrigatoriamente, no mesmo turno, com as aulas existentes no componente curricular/área do conhecimento/Itinerários Formativos/Atividades Integradoras e demais componentes, observadas as habilitações correlatas dispostas na Resolução SEE nº 4.773/2022.

§1º - Excepcionalmente, na inexistência de aulas no mesmo turno, observados os critérios deste artigo, os cargos poderão ser compostos com aulas de turnos distintos. (Minas Gerais, 2022, s/p)

A resolução previa exceções, permitindo a composição de cargos em turnos distintos quando não fosse possível o agrupamento no mesmo turno, o que já indicava uma possível dificuldade no equilíbrio entre a necessidade de preenchimento de aulas dos Itinerários Formativos e as condições de trabalho dos docentes. Embora a intenção fosse otimizar a distribuição das aulas, essa medida criou desafios práticos para os professores, dificultando a conciliação das atividades pedagógicas e impactando diretamente sua rotina profissional.

Para o ano 2024, a Resolução SEE nº 4.925/2023 manteve o foco na organização dos cargos pelos gestores escolares, mas reforçou a obrigatoriedade de priorizar o mesmo turno na composição de aulas. Segundo o Art. 12 dessa Resolução:

Art. 12 - A composição/agrupamento de aulas para a formação dos cargos do PEB Regente de Aulas será organizada pelo gestor escolar, conforme a conveniência pedagógica e em observância à titulação dos professores, referencialmente, no mesmo turno, com as aulas existentes nas disciplinas

da Formação Geral Básica e, se for o caso, aulas dos Itinerários Formativos/Atividades Integradoras e demais componentes, observadas as habilitações correlatas dispostas na Resolução SEE no 4.920/2023 ( Minas Gerais, 2023, s/p).

Outro aspecto crítico foi a forma coercitiva com que as mudanças foram implementadas, conforme observado no processo de formação dos cargos e na atribuição de aulas. A orientação complementar da DGEP/SGP nº 03/2023 determinou que os diretores deveriam agrupar as aulas considerando a conveniência pedagógica e a titulação dos professores, o que, na prática, restringiu a autonomia docente e limitou suas opções de escolha dos cargos.

Essas mudanças também trouxeram consequências para o ambiente escolar, uma vez que a organização dos horários e a distribuição de turmas se tornaram mais complexas. A pressão sobre os diretores, que precisam equilibrar as exigências legais com a realidade das escolas e as demandas dos professores, tem sido significativa. Além disso, a limitação na escolha dos professores, que muitas vezes são forçados a aceitar composições de aulas não ideais, gerou insatisfação e desmotivação entre os docentes.

A partir de então analisaremos os impactos causados na carreira e trabalho do professor baseados nas Eletivas mais escolhidas em cada ano no período de 2022 a 2024: Redação para o ENEM , Educação Financeira e Preparação para o ENEM Matemática. A escolha se restringiu às essas Eletivas uma vez que representam um maior número de turmas e alunos alcançados pelas escolhas realizadas. Esclarecemos que em algumas escolas não aparecerão as mesmas Eletivas por ocasião dos diversos arranjos curriculares existentes. Nas tabelas preservamos as identidades das escolas e dos professores. As escolas serão discriminadas por letras do alfabeto e os professores serão discriminados como PEB seguido do numeral a depender da quantidade de professores para a Eletiva na escola.

As categorias analisadas foram: a composição dos cargos dos professores (se eram formados apenas pela Eletiva ou por outras disciplinas), o status da situação funcional dos professores (convocados ou efetivos), a distribuição dos turnos de trabalho (apenas no turno da manhã ou em outros turnos), e a habilitação dos professores (se eram licenciados ou autorizados a lecionar a título precário). Os dados coletados referente ao ano 2022 estão descritos nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1: Distribuição de aulas dos professores que ministram Redação para o ENEM manhã 2022.

<b>ESCOLA</b>	<b>REDAÇÃO PARA O ENEM</b>	<b>DISCIPLINAS MINISTRADAS/ Nº DE AULAS/ TURNO</b>	<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL</b>	<b>HABILITAÇÃO/ ESCOLARIDADE</b>
EE A	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 14 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLES 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE B	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 20 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE C	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO 02 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE D	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 17 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 09 AULAS NOITE</li> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS NOITE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE E	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 03 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE F	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 20 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE G	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 16 AULAS TARDE</li> <li>• COORDENADOR DO EM 07 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE H	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>LÍNGUA PORTUGUESA 20 AULAS MANHÃ</li> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS NOITE</li> </ul>		
EE I	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 09 AULAS MANHÃ</li> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO
EE J	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP).

Tabela 2: Distribuição de aulas dos professores que ministram Educação Financeira manhã 2022.

ESCOLA	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	DISCIPLINAS MINISTRADAS/ Nº DE AULAS/ TURNO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	HABILITAÇÃO/ ESCOLARIDADE
EE D	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 01 AULA NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE E	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE K	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 02 AULAS NOITE</li> <li>NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE L	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>EDUCAÇÃO FINANCEIRA 03 AULAS NOITE</li> <li>NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

EE M	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 19 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE H	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE I	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 09 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE N	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 07 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 01 AULA TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP).

Ao analisarmos os quadros com os cargos dos professores que ministraram as duas Eletivas mais escolhidas no ano de 2022 no turno da manhã na cidade de Uberlândia, pudemos observar que das escolas que escolheram a Eletiva Redação para o ENEM, 82% dos professores tiveram seus cargos formados por outras disciplinas além da Eletiva, 55% dos professores tinham sua situação funcional como convocados e 45% eram efetivos, 55% dos professores trabalharam apenas no turno da manhã e 45% dos professores tiveram seus cargos formados por aulas também em outros turnos, além do turno da manhã; quanto à habilitação constatamos que 82% dos professores eram licenciados e 18% autorizados a lecionar.

No que diz respeito à Eletiva Educação Financeira no ano de 2022, observamos que das escolas que escolheram essa Eletiva, 75% dos professores tiveram seus cargos formados por outras disciplinas além da Eletiva Educação Financeira, 87,5% eram professores convocados e 12,5% efetivos, 50% trabalharam apenas no turno da manhã e os outros 50% tiveram seus cargos formados por aulas em outros turnos além do turno da manhã; quanto à habilitação constatamos que 100% dos professores eram licenciados.

Em relação ao ano 2023, os dados coletados estão descritos nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3: Distribuição de aulas dos professores que ministram Redação para o ENEM manhã 2023.

ESCOLA	REDAÇÃO PARA O ENEM	DISCIPLINAS MINISTRADAS/ Nº DE AULAS/ TURNO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	HABILITAÇÃO/ ESCOLARIDADE
EE A	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLES 21 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLES 06 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE O	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 18 AULAS MANHÃ</li> <li>• ESCRITA CRIATIVA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 01 AULAS TARDE</li> <li>• PROJETO DE VIDA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE P	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 10 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE B	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 16 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 09 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 07 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE Q	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 12 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE C	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 21 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 19 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE R	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 06 AULAS NOITE</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - LINGUAGENS 03 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE S	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 16 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE D	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 17 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 09 AULAS NOTURNO</li> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS NOTURNO</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE E	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• PRÁTICA COMUNICATIVAS/CRATIVAS 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 03 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE K	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE T	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 12 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE U	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 10 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE L	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 05 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS 03 AULAS TARDE</li> </ul>		
EE G	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 12 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCOMUNICAÇÃO E AMBIENTALISMO 02 AULAS TARDE</li> <li>• PRATICAS COMUNICATIVAS/CRATIVAS 02 AULAS TARDE</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 05 AULAS TARDE</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 06 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE V	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 14 AULAS TARDE</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LEITURA E ESCRITA LINGUA ESTRANGEIRA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 08 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - LINGUAGENS 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LEITURA E ESCRITA LINGUA ESTRANGEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE H	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 07 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 09 AULAS MANHÃ</li> <li>• REFORCO ESCOLAR - LP - EF 06 AULAS TARDE</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 10 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 05 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 09 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• LEITURA E ESCRITA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>		
EE X	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE I	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 10 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 18 AULAS MANHÃ</li> <li>• COORDENADOR DO EM 12 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE N		<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• LINGUA PORTUGUESA 02 AULAS TARDE</li> <li>• PREP PARA O ENEM - LINGUAGENS 01 AULA MANHÃ</li> <li>• EDUCOMUNICACAO E AMBIENTALISMO 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• CIDADANIA E INCLUSÃO 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 03 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE J	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 11 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• PRÁTICAS COMNICATIVAS/CRIATIVAS 03 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP).

Tabela 4: Distribuição de aulas dos professores que ministram Preparação para o ENEM Matemática manhã 2023.

ESCOLA	PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA	DISCIPLINAS MINISTRADAS/ Nº DE AULAS/ TURNO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	HABILITAÇÃO /ESCOLARIDADE
EE A	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

		MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ		
EE O	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 22 AULAS MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA 03 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 23 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 04 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 01 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 07 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE B	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 13 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• COORDENADOR CIÊNCIAS NATUREZA 08 AULAS TARDE</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO TRABALHO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO TRABALHO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE Q	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE Y	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR - MAT- EM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR - MAT- EM 02 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO
EE S	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE D	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 17 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA E ARTES VISUAIS 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• COORDENADOR DO EM 08 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

EE E	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA ECONOMIA E TRABALHO 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR MAT EF 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO
EE U	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LINGUAGEM MATEMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO
EE M	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 07 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 12 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR - MAT- EM 02 AULAS TARDE</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR - MAT- EM NOITE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 07 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 12 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

EE X	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA ECONOMIA E TRABALHO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE I	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 02 AULAS NOITE</li> <li>• DESENHO GEOMÉTRICO 05 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO
EE N	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA ECONOMIA E TRABALHO 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 10 AULAS TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA E VISÃO DE FINANÇAS 02 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP).

Ao analisarmos os quadros com os cargos dos professores que ministraram as duas letivas mais escolhidas no ano de 2023 no turno da manhã na cidade de Uberlândia, pudemos observar que das escolas que escolheram a Eletiva Redação para o ENEM, 100% dos professores tiveram seus cargos formados por outras disciplinas além da Eletiva, 44% dos professores tinham sua

situação funcional como convocados e 56% eram efetivos, 66% dos professores trabalharam apenas no turno da manhã e 34% dos professores tiveram seus cargos formados por aulas também em outros turnos, além do turno da manhã; quanto à habilitação constatamos que 100% dos professores eram licenciados.

No que diz respeito à Eletiva Preparação para o ENEM Matemática no ano de 2023, observamos que das escolas que escolheram essa Eletiva, 100% dos professores tiveram seus cargos formados por outras disciplinas além da Eletiva Preparação para o ENEM Matemática, 45% eram professores convocados e 55% efetivos, 55% trabalharam apenas no turno da manhã e os outros 45% tiveram seus cargos formados por aulas em outros turnos ; quanto à habilitação constatamos que 80% dos professores eram licenciados.

Para o ano 2024, os dados coletados estão descritos nas Tabelas 5 e 6:

Tabela 5: Distribuição de aulas dos professores que ministram Redação para o ENEM manhã 2024.

ESCOLA	REDAÇÃO PARA O ENEM	DISCIPLINAS MINISTRADAS	SITUAÇÃO FUNCIONAL	HABILITAÇÃO/ ESCOLARIDADE
EE A	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>LÍNGUA PORTUGUESA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 21 AULAS MANHÃ</li> <li>LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 06 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>LÍNGUA PORTUGUESA 14 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE O	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 12 AULAS MANHÃ</li> <li>LÍNGUA PORTUGUESA 05 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE C	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 05 AULAS MANHÃ</li> <li>LÍNGUA PORTUGUESA 20 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>REDAÇÃO PARA O ENEM 08 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 16 AULAS MANHÃ</li> </ul>		
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 15 AULAS MANHÃ</li> <li>• COORDENADOR EM DIUR/NOTUR/EJA 14 AULAS NOITE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE R	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - LINGUAGENS 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 06 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE Y	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 10 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE Z		<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO TRABALHO 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• HUMANIDADES E CIÊNCIAS SOCIAIS 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 15 AULAS MANHÃ</li> <li>• GEOGRAFIA 06 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE D	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 18 AULAS MANHÃ</li> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS NOITE</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 09 AULAS NOITE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE E	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 07 AULAS MANHÃ</li> <li>• PRÁTICAS COMUNICATIVAS/CRATIVAS 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• ARTES DO MOVIMENTO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCOMUNICAÇÃO E AMBIENTALISMO 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• REFORCO ESCOLAR - LP - EF 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>		
EE K		<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• PATRIMÔNIO CULTURAL 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• CIDADANIA E INCLUSÃO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE L	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 14 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA ENEM LINGUAGENS 01 AULA MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE G	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• ESCRITA CRIATIVA 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE V	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA ESTR MOD INGLÊS 14 AULAS TARDE</li> <li>• LEITURA E ESCRITA LINGUA ESTRANGEIRA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 08 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LEITURA E ESCRITA LÍNGUA ESTRANGEIRA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM - LINGUAGENS 01 AULA MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE H	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 20 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• CIDADANIA E INCLUSÃO 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LINGUAGEM E TECNOLOGIA A SERVIÇO CIDADADANIA GLOBAL 02 MANHÃ</li> <li>• EDUCOMUNICACAO E AMBIENTALISMO 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 06 AULAS NOITE</li> </ul>		
EE X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 07 AULAS MANHÃ</li> <li>• PRATICAS COMUNICATIVAS/CRATIVAS 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO TRABALHO 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE I	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 19 AULAS MANHÃ</li> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO TRABALHO 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 09 AULAS MANHÃ</li> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 01 AULA NOITE</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR - LP - EF 02 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE N	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 10 AULAS TARDE</li> <li>• PRÁTICAS COMUNICATIVAS/CRATIVAS 03 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 07 AULAS TARDE</li> <li>• PRÁTICAS COMUNICATIVAS/CRATIVAS 01 AULA MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 07 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• INTRODUÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 10 AULAS TARDE</li> <li>• PRÁTICAS COMUNICATIVAS/CROATIVAS 01 AULA MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 03 AULAS TARDE</li> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 02 AULAS TARDE</li> </ul>		
EE J	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDAÇÃO PARA O ENEM 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• LÍNGUA PORTUGUESA 16 AULAS MANHÃ</li> <li>• MULTICULTURALISMO NO BRASIL 04 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP).

Tabela 6: Distribuição de aulas dos professores que ministram Preparação para o ENEM Matemática manhã 2024.

ESCOLA	PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA	DISCIPLINAS MINISTRADAS	SITUAÇÃO FUNCIONAL	HABILITAÇÃO/ ESCOLARIDADE
EE O	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 24 AULAS MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULAS TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA 03 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 18 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 01 AULA TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA 08 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>		
EE Q	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA E VISAO DE FINANÇAS 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVACAO 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• PROJETO DE VIDA 04 AULAS NOITE</li> <li>• NÚCLEO INOVAÇÃO MATEMÁTICA SABERES INVESTIGATIVOS DA NATUREZA 04 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 04 AULAS NOITE</li> <li>• NÚCLEO INOVAÇÃO MATEMÁTICA SABERES INVESTIGATIVOS DA NATUREZA 06 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE R	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO INOVAÇÃO MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE Y	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE Z	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 12 AULAS MANHÃ</li> <li>• RACIOCÍNIO LÓGICO 01 AULA MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

EE D	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 18 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 15 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE E	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 03 AULAS MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 01 AULA TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA ECONOMIA E TRABALHO 04 AULAS TARDE</li> <li>• REFORÇO ESCOLAR - MAT- EF 02 AULAS TARDE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 01 AULA TARDE</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 16 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 03 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE T	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• FISICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• SABERES E INVESTIG DA NATUREZA 02 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIADO

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• FÍSICA 02 AULAS NOITE</li> <li>• COORDENADOR EM DIUR/NOTUR/EJA 07 AULAS NOITE</li> </ul>		
EE L	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• CRIAÇÕES, SUSTENTABILIDAD E E TECNOLOGOGIA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 02 AULAS NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO
EE G	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 05 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 24 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 03 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE M	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 15 AULAS MANHÃ</li> <li>• CRIAÇÕES, SUSTENTABILIDAD E E TECNOLOGIA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• INICIAÇÃO CIENTÍFICA ENS.MÉDIO 05 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 12 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA OBJETIVANDO DESENVOLVIMENT O</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA

		SUSTENTENTÁVEL 02 AULAS MANHÃ		
	PEB 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</li> <li>• MATEMÁTICA 12 AULAS TARDE</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 04 AULAS TARDE</li> <li>• NÚCLEO DE INOVAÇÃO MATEMÁTICA 04 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE V	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE H	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 08 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• FÍSICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA 02 AULAS MANHÃ</li> <li>• A LÓGICA COMPUTACIONAL E OS PROBLEMAS DO DIA A DIA 06 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE X	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 15 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 06 AULAS MANHÃ</li> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA TARDE</li> <li>• MATEMÁTICA 03 AULAS TARDE</li> <li>• MODELAGEM DO DESLOCAMENTO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	AUTORIZADO

EE I	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 15 AULAS MANHÃ</li> <li>• MODELAGEM DO DESLOCAMENTO 02 AULAS MANHÃ</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
	PEB 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 09 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 07 AULAS NOITE</li> <li>• NÚCLEO INOVAÇÃO MATEMÁTICA SABERES INVESTIGATIVOS DA NATUREZA 01 AULA NOITE</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA
EE N	PEB 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 08 AULAS MANHÃ</li> <li>• MATEMÁTICA 20 AULAS TARDE</li> </ul>	EFETIVO	LICENCIATURA
EE J		<ul style="list-style-type: none"> <li>• PREPARAÇÃO PARA O ENEM MATEMÁTICA 01 AULA MANHÃ</li> <li>• NÚCLEO INOVAÇÃO MATEMÁTICA 04 AULAS MANHÃ</li> <li>• EDUCAÇÃO FINANCEIRA 07 AULAS MANHÃ</li> </ul>	CONVOCADO	LICENCIATURA

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP).

Ao analisarmos os quadros com os cargos dos professores que ministraram as duas letivas mais escolhidas no ano de 2024 no turno da manhã, pudemos observar que das escolas que escolheram a Eletiva Redação para o ENEM, 100% dos professores tiveram seus cargos formados por outras disciplinas além da Eletiva, 44% dos professores tinham sua situação funcional como convocados e 56% eram efetivos, 48% dos professores trabalharam apenas no turno da manhã e 52% dos professores tiveram seus cargos formados por aulas também em outros turnos; quanto à habilitação, constatamos que 100% dos professores eram licenciados.

No que diz respeito à Eletiva Preparação para o ENEM Matemática no ano de 2024, observamos que, entre as escolas que escolheram essa eletiva no turno da manhã, 92,6% dos professores tinham seus cargos compostos por outras disciplinas além da Eletiva Preparação para o ENEM Matemática. Além disso, 52% desses docentes eram professores convocados. Em relação à distribuição dos turnos, 48% trabalharam apenas no turno da manhã, enquanto os demais 52% ministraram aulas em outros turnos. No que se refere à habilitação, constatamos que 92,6% dos professores eram licenciados.

Tabela 7 - Síntese sobre as eletivas mais escolhidas entre 2022 e 2024 e os impactos na carreira e trabalho docente.

Ano / Eletiva	Composição dos Cargos	Situação Funcional	Distribuição dos Turnos de Trabalho	Habilitação
2022 / Redação para o ENEM	82% formados por outras disciplinas	55% convocados, 45% efetivos	55% apenas no turno da manhã, 45% em outros turnos	82% licenciados, 18% autorizados a título precário
2022 / Educação Financeira	75% formados por outras disciplinas	87,5% convocados, 12,5% efetivos	50% apenas no turno da manhã, 50% em outros turnos	100% licenciados
2023 / Redação para o ENEM	100% formados por outras disciplinas	44% convocados, 56% efetivos	66% apenas no turno da manhã, 34% em outros turnos	100% licenciados
2023 / Preparação para o ENEM Matemática	100% formados por outras disciplinas	45% convocados, 55% efetivos	55% apenas no turno da manhã, 45% em outros turnos	80% licenciados 20% autorizados a título precário
2024 / Redação para o ENEM	100% formados por outras disciplinas	44% convocados, 56% efetivos	48% apenas no turno da manhã, 52% em outros turnos	100% licenciados
2024 / Preparação para o ENEM Matemática	92,6% formados por outras disciplinas	52% convocados, 48% efetivos	48% apenas no turno da manhã, 52% em outros turnos	92,6% licenciados 7,4% autorizados a título precário

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados referentes às Eletivas mais escolhidas no período de 2022 a 2024, revela impactos significativos na carreira e no trabalho dos professores. Observa-se uma tendência constante de os cargos dos professores serem compostos por múltiplas disciplinas, indicando uma carga de trabalho diversificada que pode exigir flexibilidade e capacidade de

adaptação por parte dos docentes. A alta proporção de professores convocados, especialmente evidente na Eletiva Educação Financeira em 2022 e na Preparação para o ENEM Matemática em 2023 e 2024, sugere uma instabilidade funcional que pode influenciar a continuidade e a qualidade do ensino, segundo Previtali e Fagiani (2020) entre os anos de 2011 a 2017 houve um aumento de 63% no vínculo de professores do tipo temporário no estado de Minas Gerais. A distribuição dos turnos, com uma parcela significativa de professores atuando em diferentes períodos do dia, implica desafios na gestão do tempo e do cansaço, afetando potencialmente a eficiência pedagógica. No que diz respeito à habilitação, embora a maioria dos professores seja licenciada, há uma presença de docentes autorizados a lecionar a título precário, o que levanta questões sobre a formação adequada e a qualificação docente. Em suma, esses fatores combinados apontam para um ambiente de trabalho dinâmico e multifacetado, que, embora possa enriquecer a experiência dos professores, também apresenta desafios substanciais que podem impactar negativamente tanto a satisfação profissional quanto a qualidade do ensino oferecido.

Oliveira (2004) evidencia a precarização do trabalho docente. As recentes mudanças nas relações de trabalho e emprego são frequentemente descritas como uma ameaça que muitos autores identificam como a precarização das relações de trabalho. Com relação às condições de trabalho Oliveira (2004) destaca:

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a números correspondentes ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de plano de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (Oliveira, 2004, p.1140).

Esse fenômeno não se limita apenas às relações de trabalho dentro do processo de trabalho, mas também engloba as relações de emprego, buscando a flexibilização e até a desregulamentação das leis trabalhistas (Oliveira, 2004).

Ademais há o que se pensar também na valorização salarial dos professores uma vez que a mesma foi referendada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006. Essa emenda, além de instituir o FUNDEB, reformulou o Art. 206 da Constituição Federal (1988), nos incisos V e VIII, assegurando a criação de planos de carreira para o magistério público e estabelecendo um piso salarial profissional, além de determinar que o ingresso na carreira deve ser exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Essas mudanças representam

importantes avanços para a educação nacional. A Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabeleceu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, busca regulamentar a remuneração desses profissionais em todo o Brasil, impactando as condições de trabalho docente.

No estado de Minas Gerais, o vencimento básico dos professores, em 2024, é regulamentado pela Lei Estadual nº 24.383/2023.

O vencimento básico dos professores convocados em 2024 com carga horária de 24 horas semanais é de R\$ 2.652,29 e é estabelecido a partir do vencimento inicial dos professores efetivos( nível I, grau A), podendo variar proporcionalmente a depender da habilitação, e do grau de formação do professor, sendo que o professor licenciado receberá somente o equivalente, mesmo que tenha pós-graduação e tempo de serviço no magistério. Por outro lado, uma pessoa autorizada a lecionar a título precário, conforme o Artigo 8º, Parágrafo 2º do Decreto Estadual nº 45.527/2010, recebe o valor de R\$ 2.519,67, o que corresponde a 95% do valor recebido por um profissional habilitado no nível I, grau A.

Outro ponto a ser considerado é o plano de cargos e carreiras dos servidores da Educação Básica do estado de Minas Gerais. Em 2024, um professor efetivo iniciante na carreira deve cumprir o interstício de 5 anos de efetivo exercício entre as promoções, devendo passar por cada promoção (Especialização “lato sensu”, Certificação, Mestrado “stricto sensu”, Doutorado “stricto sensu”). Assim, um professor com o título de Doutor deverá aguardar vinte anos para obter sua promoção na carreira.

A motivação para uma formação continuada, portanto, em nível de pós-graduação “stricto sensu” se arrefece. Observa-se uma inadequação das condições de trabalho dos professores visto que os convocados, em grande número, possuem um contrato temporário que dura no máximo o período de um ano letivo. Trata-se de mais um aspecto da precarização do trabalho docente, que reveste a carreira docente de ausência de atratividade.

A precarização das condições de trabalho dos professores, evidenciada pela insuficiência na remuneração, representa um obstáculo para a expansão da educação básica com padrões de qualidade adequados. A remuneração e possibilidade de ampliá-la através de uma carreira adequada, em tempos de capitalismo, influenciam diretamente na sala de aula. Professores com remunerações injustas e sem perspectiva na carreira buscam por novas oportunidades profissionais e até acumulam muito trabalho para suprir suas necessidades (Oliveira, 2004).

É importante ressaltar que melhorias nas condições de trabalho dos docentes, incluindo remuneração adequada, infraestrutura apropriada, ingresso e carreira adequados, poderiam

motivar os jovens a ingressar na profissão, aumentando assim o número de professores qualificados nas disciplinas que ensinam. A busca por essas melhorias nas condições de trabalho dos professores é essencial.

Segundo Previtali e Fagiani (2020, p. 235),

Os professores e professoras da educação básica assumem a importante tarefa de resistir aos imperativos do capital, os quais estão fundados numa concepção de ciência não crítica e numa perspectiva autoritária da educação, com vistas a promover uma subjetividade conformista.

As melhorias nas condições de trabalho dos docentes são essenciais para se alcançar um Ensino Médio de qualidade social, uma vez que os professores desempenham um papel crucial nesta fase educacional. O Ensino Médio tem experimentado diversas transformações em sua organização, estrutura, objetivos e currículo.

Segundo Saviani (2005), essa realidade exige que todos se dediquem a transformar a escola pública em um espaço privilegiado para que os trabalhadores possam se apropriar de conhecimentos sistematizados, ou seja, “da ciência como força produtiva, sem perder de vista, em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois só então as conquistas perfilhadas serão definitivamente asseguradas” (Saviani, 2005, p. 271).

Segundo Kuenzer (2010), para garantir um Ensino Médio de qualidade, assegurando o acesso, a permanência e condições de aprendizagem, e superando os desafios práticos e profissionais, é imprescindível que o Estado faça um investimento substancial. Isso implica no desenvolvimento de um currículo abrangente e integrado, na contratação de professores capacitados e bem remunerados, e na disponibilização de instalações físicas adequadas. De acordo com Kuenzer (2010), é crucial direcionar investimentos significativos para o Ensino Médio não profissionalizante, estabelecendo padrões mínimos de qualidade que orientem o desenvolvimento da infraestrutura física e pedagógica, incluindo construções escolares adaptadas às necessidades do Ensino Médio, equipamentos, laboratórios, bibliotecas e espaços culturais e esportivos adequados, pois a qualidade da educação não pode ser alcançada em ambientes precários.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação investigou a implementação das Eletivas no contexto do Novo Ensino Médio em Minas Gerais. Através de uma análise aprofundada, o estudo explorou diversos aspectos relacionados às Eletivas, desde as orientações dadas pela Secretaria Estadual de Educação de MG (SEEMG) até o impacto dessas disciplinas no trabalho docente.

A implementação das disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio em Minas Gerais, conforme analisada nesta dissertação, apresenta tanto oportunidades quanto desafios significativos para a educação estadual. A pesquisa revelou que a orientação da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEEMG) é crucial para a escolha dessas disciplinas, mas enfrenta limitações em termos de clareza e consistência, o que impacta a autonomia e a efetividade das escolhas feitas pelas escolas e alunos.

Os desafios da implementação das Eletivas exigem uma abordagem cuidadosa. A busca por atratividade, criatividade e inovação não deve obscurecer questões teóricas e pedagógicas. É necessário um monitoramento constante e ajustes para assegurar que essas unidades curriculares alcancem efetivamente seus objetivos no contexto do Ensino Médio. Devem ser evitados potenciais desafios logísticos, lacunas na qualidade da aprendizagem e a falta de formação profissional docente às mudanças nas demandas educacionais. É fundamental que as políticas de avaliação sejam revisadas, que os tempos e espaços escolares sejam reconfigurados, e que o trabalho docente seja valorizado, com a formação e remuneração adequadas dos professores. Sem essas ações, há o risco de perpetuar a exclusão e o abandono escolar.

A modernização proposta, apoiada pelo Estado, influencia diretamente o trabalho docente e as práticas educativas sob a justificativa de melhorar a qualidade do ensino. Esse processo de transformação, amplamente influenciado pelo Estado, afeta diretamente o trabalho dos professores e as práticas educativas, sob o pretexto de melhorar a qualidade do ensino. Contudo, essa modernização mantém características de subserviência do Estado brasileiro aos interesses políticos e econômicos internacionais, promovendo um modelo neoliberal que pode não necessariamente atender às reais necessidades educacionais do país.

A análise dos dados das escolas de Uberlândia para os anos de 2022, 2023 e 2024 mostrou uma tendência marcante na escolha das disciplinas Eletivas, com foco em temas como Preparação para o ENEM. Essa preferência reflete uma demanda por conteúdos que auxiliem diretamente nos exames de acesso ao Ensino Superior, porém, levanta questões sobre a diversidade e abrangência das Eletivas oferecidas, indicando uma possível necessidade de

reavaliar o equilíbrio entre preparação para exames e desenvolvimento de habilidades mais amplas e críticas.

O estudo da contratação docente revelou um cenário complexo, onde a instabilidade funcional e a presença de professores contratados de forma precária podem comprometer a continuidade e qualidade do ensino. A falta de professores licenciados e a alta rotatividade influenciam negativamente o ambiente educacional, sugerindo a necessidade urgente de políticas que valorizem e estabilizem a carreira docente.

Além disso, a análise dos impactos das Eletivas no trabalho dos professores demonstrou que, embora essas disciplinas ofereçam novas oportunidades de ensino e aprendizagem, elas também aumentam a carga de trabalho e exigem maior flexibilidade e adaptação dos docentes. A pesquisa evidenciou que a dualidade existente entre as escolas públicas e privadas, exacerbada pela autonomia curricular das instituições privadas, contribui para a desigualdade educacional.

Os documentos regulamentadores do Novo Ensino Médio em Minas Gerais, alinhados com a Lei nº 13.415/17, refletem uma abordagem neoliberal que, embora vise a flexibilização curricular e a personalização da educação, pode também perpetuar desigualdades e precarização das condições de trabalho docente. A análise crítica dessas políticas mostrou que, para alcançar uma educação equitativa e de qualidade, é necessário um compromisso contínuo e colaborativo envolvendo todos os atores educacionais.

Portanto, as conclusões desta dissertação apontam para a necessidade de uma revisão das políticas educacionais e práticas de implementação das disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio em Minas Gerais. É essencial garantir uma formação inicial, contínua e adequada para os professores, e buscar um equilíbrio que atenda às necessidades tanto dos alunos quanto dos educadores. Investir na melhoria das condições de trabalho dos docentes e na infraestrutura das escolas é fundamental para superar os desafios identificados e construir um Ensino Médio inclusivo, democrático e transformador.

A pesquisa realizada revela que a precarização do trabalho docente é um dos principais desafios, com muitos professores em contratos temporários e uma tabela de vencimento que não valoriza a formação contínua. A valorização do professor é crucial para assegurar a qualidade da educação e atrair profissionais qualificados para o ensino. Garantir condições adequadas de trabalho e remuneração para os professores é essencial para a qualidade do Ensino Médio. Isso inclui investimentos significativos em infraestrutura, formação continuada, e políticas públicas que valorizem a profissão docente para uma educação de qualidade e socialmente justa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciane Cristine dos Santos. **Reforma do ensino médio: do discurso do “currículo atrativo aos jovens” aos interesses do capital em crise**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió- 2019.

Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6688/1/Reforma%20do%20Ensino%20m%C3%A9dio%20do%20discurso%20do%20E2%80%9Ccurr%C3%ADculo%20atrativo%20aos%20jovens%20do%20aos%20interesses%20do%20capital%20em%20crise.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/guia-de-implementacao-do-novo-ensino-medio,41cefaab-dbf8-49e2-ab92-1779a945fb00>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

BRASIL. **Itinerário da Formação Técnica e Profissional – FTP: guia de implementação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/Guia\\_FTP\\_2021\\_VF4\\_final5.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/Guia_FTP_2021_VF4_final5.pdf). Acesso em: 29 de junho de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.html). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base: ensino médio**, 2018. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL Ministério da Educação. **Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 5, de 4 de maio de 2011**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso\\_2013/PDFs/resol\\_federal\\_2\\_12.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_2_12.pdf). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. (2014). **Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014a**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ministério da Educação, 2012. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso\\_2013/PDFs/resol\\_federal\\_2\\_12.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_2_12.pdf). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, [2018b]. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN32018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf). Acesso em: 21 out. 2022

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos.** MEC, 2019. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104569-temas-contemporaneos-transversais-na-bncc/file>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CARVALHO, Filipe Veziane Lembi de. **O novo Ensino Médio: uma análise da BNCC e suas relações com políticas de internacionalização do currículo.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC MINAS. Belo Horizonte, 2021. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11020079](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11020079). Acesso em: 21 set. 2023.

CIAVATTA, M. (2005). A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, 3(3).

<https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 01 out. 2023.

CURY, C. R. J. (1998). O Ensino Médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educ. Rev.**, (27), 73-84. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46981998000100008&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981998000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 out. 2023.

FAGIANI, Cílon César. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?** Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

FERRETI, C. J. (2018). A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, 32(93), 25-42. Disponível em:

<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>; Acesso em: 01 out. 2023.

HONÓRIO, Deane Taiara Soares. **O discurso da reforma do ensino médio e suas implicações para formação da classe trabalhadora.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas- UFAL- Maceió, 2023. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/12021/1/O%20discurso%20da%20reforma%20do%20ensino%20m%C3%A9dio%20e%20suas%20implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20classe%20trabalhadora.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

KUENZER, Acacia Zeneida. **O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 20-28, 2002.

MAIA, Amanda Campos. **O Novo Ensino Médio: A transição da compreensão de empregabilidade para o empreendedorismo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/74699844-336a-4e00-8738-f0eee9f82b47>. Acesso em: 21 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Catálogo das Eletivas 2022**. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=28142](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=28142). Acesso em: 07 jan.2023

MINAS GERAIS. **Catálogo das Eletivas 2023**. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=29720-anexo-4-catalogo-de-eletivas&task=download](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=29720-anexo-4-catalogo-de-eletivas&task=download). Acesso em: 07 jan.2023

MINAS GERAIS. **Catálogo das Eletivas 2024**. Disponível Em: <https://drive.google.com/drive/folders/1WPAulV11GrwkaY2b25Ov2E3IW1EIE1oN>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.527, de 30 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/45527/2010/>. Acesso em: 20 abr.2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.383, de 06 de julho de 2023**. Dispõe sobre o reajuste dos valores de vencimento das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações de função do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24383/2023/>. Acesso em: 20 abr.2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2021a. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução CEE nº 487, de 17 de dezembro de 2021**. *Dispõe sobre a organização e a oferta do Ensino Médio, de acordo com a Lei Federal nº13.415/2017, no Sistema de Ensino de Minas Gerais, e dá outras providências*. Belo Horizonte, 2021b. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/66-2022/14936-resolucao-cee-n-487-de-17-de-dezembro-de-2021-publicada-em-20-01-22>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.657/21**. *Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º e 2º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2022 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais*. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo

Horizonte, 2021c. Disponível em:

<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/257093?paginaCorrente=001&posicaoPagCorrente=257059&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=120&paginaDestino=35&indice=35>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE N° 4.777, de 13 de setembro de 2022**. *Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º, 2º e 3º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2023 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-777-de-13-de-setembro-de-2022/#gallery>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE N° 4.789, de 11 de novembro de 2022**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Unidades de Ensino na Rede Estadual da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://acervodeneducacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/document/download/30041-resolucao-see-n-4789-2022&ved=2ahUKEwjS98rBrt-IAxWDrJUCHbeeCKEQFnoECBUQAQ&usg=AOvVaw1Hxf0hGjS1CEm9EvL9jf2s>

Acesso em: 08 jan. 2023

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE N° 4.908/2023, de 11 de setembro de 2023**. *Dispõe sobre as matrizes curriculares do Ensino Fundamental, Ensino Médio e das modalidades de ensino, na rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, com início em 2024, e dá orientações correlatas*. Disponível em:

<https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-4-908-2023/#gallery>. Acesso em: 07 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE N° 4.925, de 10 de novembro de 2023**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Unidades de Ensino na Rede Estadual da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-925-2023/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução CEE n° 481/21**. Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais nas escolas de Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2021e. Disponível em:

<https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/55-2021/13698-resolucao-cee-n-481-1-de-julho-2021>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE N° 4.920/ 2023**. Dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição e classificação no Cadastro de Reserva e para convocação temporária de candidatos ao exercício de funções do Quadro do Magistério na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/4920-23-r-Public.07-10-23.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

MINAS GERAIS. **SIMADE- Sistema Mineiro de Administração Escolar**. Disponível em <https://simade.educacao.mg.gov.br/>. Acesso restrito. Acesso em: 30 mai. 2024.

MINAS GERAIS. **SYSADP - Controle de Pessoal**. Disponível: <https://controlequadropessoal.educacao.mg.gov.br/>. Acesso restrito. Acesso em: 30 mai. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação & Sociedade, Campinas vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set/dez, 2004.

PREVITALI, Fabiane Santana & FAGIANI, Cílson César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 216 - 236.

QUADROS, Sérgio Feldemann de. **A influência do empresariado na reforma do Ensino Médio**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Campinas, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128763>. Acesso em: 21 set. 2023.

RAMOS, M. N. (2001). **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** (3ª ed.). São Paulo: Cortez. Disponível em: [https://www.academia.edu/39152799/A\\_pedagogia\\_das\\_competencias\\_autonomia\\_ou\\_adaptacao](https://www.academia.edu/39152799/A_pedagogia_das_competencias_autonomia_ou_adaptacao). Acesso em: 15 dez. 2023.

RAMOS, M., & PARANHOS, M. (2022). Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Revista Retratos da Escola**, 16(34), 71-88. <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v16i34.1488>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnia**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 2003. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/eps-5063>. Acesso em: 20 mai.2024

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Org.). Marxismo e educação: debates contemporâneos. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 223-274.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortes, 2002, p. 174-177.

SILVA, Maria Kélia da. Novo Ensino Médio: **Das reações contextuais à escola interrompida**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN. Mossoró, 2018. Disponível em: [https://www.uern.br/controldepaginas/posensino-dissertacoes-2016/arquivos/5486maria\\_kelia\\_da\\_silva.pdf](https://www.uern.br/controldepaginas/posensino-dissertacoes-2016/arquivos/5486maria_kelia_da_silva.pdf). Acesso em:21 set. 2023.

## APÊNDICE:

# DEBATES

BOLETIM INFORMATIVO

ADELITA PFEIFER PIMENTEL  
CÍLSON CÉSAR FACIANI



### EDITORIAL

É com grande alegria que trazemos o boletim informativo Debates. Nossa intenção é que os assuntos abordados na dissertação *Disciplinas Eletivas na implementação do Novo Ensino Médio em Minas Gerais e seus impactos no Trabalho Docente* fomentem discussões acerca das questões do Novo Ensino Médio por meio de uma educação crítica e ética. Dessa forma, discutiremos a implementação do Novo Ensino Médio no estado de Minas Gerais a partir da epistemologia dialética, visando proporcionar aos professores uma reflexão sobre o trabalho docente. **Bons Debates!**

### REFLEXÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

A dissertação *Disciplinas Eletivas na implementação do Novo Ensino Médio em Minas Gerais e seus impactos no Trabalho Docente* concentra-se na análise dos efeitos da implementação do Novo Ensino Médio, conforme a Lei nº 13.415/17, sobre o trabalho dos professores que ministram as disciplinas Eletivas. A pesquisa destaca os desafios enfrentados na prática docente e as mudanças na estrutura escolar, permitindo uma análise dos impactos do Novo Ensino Médio na vida profissional dos docentes, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados no contexto educacional atual, especialmente no que diz respeito às disciplinas Eletivas no Estado de Minas Gerais.





### DISCIPLINAS ELETIVAS NO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS

- As disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio são parte integrante dos itinerários formativos, proporcionando flexibilidade adicional aos estudantes.
- As redes de ensino têm autonomia para decidir sobre a inclusão de disciplinas Eletivas nos itinerários, conforme diretrizes do MEC e BNCC.
- Em Minas Gerais, a oferta de Eletivas nos catálogos foi ampliada consecutivamente de 43 Eletivas em 2022 para 44 em 2023, e 75 Eletivas em 2024, ficando a cargo dos professores a responsabilidade pela adaptação das ementas das disciplinas e pelos objetivos de aprendizagem.



### Mudanças na Carga Horária e Organização das Escolas Ensino Médio Diurno

- 6 módulos-aula diários
- 30 módulos-aula semanais
- 1.000 horas anuais (600 horas para BNC e 400 horas para os itinerários Formativos).

### Complementação da Carga Horária: Atividades

extracurriculares complementam a carga horária dos Componentes Curriculares das Unidades Curriculares de Aprofundamento nas Áreas de Conhecimento e Eletivas que são ofertadas no 5º e 6º horário.



### IMPACTO NO TRABALHO DOCENTE

Os professores desempenham um papel central na elaboração, proposta e execução das Eletivas. A introdução das Eletivas exige dos professores adaptação, atualização e desenvolvimento de novas competências pedagógicas para atender às demandas do novo modelo de ensino.

## ELETIVAS MAIS ESCOLHIDAS PELOS ALUNOS ENTRE 2022 E 2024 NO DIURNO EM UBERLÂNDIA E IMPACTOS NA CARREIRA E TRABALHO DOS PROFESSORES

Redação para o ENEM  
Preparação para o ENEM Matemática  
Educação Financeira

Ano / Eletiva	Composição dos Cargos	Situação Funcional	Distribuição dos Turnos de Trabalho	Habilitação
2022 / Redação para o ENEM	82% formados por outras disciplinas	55% convocados, 45% efetivos	55% apenas no turno da manhã, 45% em outros turnos	82% licenciados, 18% autorizados a título precário
2022 / Educação Financeira	75% formados por outras disciplinas	87,5% convocados, 12,5% efetivos	50% apenas no turno da manhã, 50% em outros turnos	100% licenciados
2023 / Redação para o ENEM	100% formados por outras disciplinas	44% convocados, 56% efetivos	66% apenas no turno da manhã, 34% em outros turnos	100% licenciados
2023 / Preparação para o ENEM Matemática	100% formados por outras disciplinas	45% convocados, 55% efetivos	55% apenas no turno da manhã, 45% em outros turnos	80% licenciados, 20% autorizados a título precário
2024 / Redação para o ENEM	100% formados por outras disciplinas	44% convocados, 56% efetivos	48% apenas no turno da manhã, 52% em outros turnos	100% licenciados
2024 / Preparação para o ENEM Matemática	92,6% formados por outras disciplinas	52% convocados, 48% efetivos	48% apenas no turno da manhã, 52% em outros turnos	92,6% licenciados, 7,4% autorizados a título precário

### RESUMO DAS ANÁLISES

- As Alta porcentagem de professores com cargos formados por múltiplas disciplinas, exigindo flexibilidade e adaptação.
- Alta proporção de professores convocados, especialmente em 2022 na Educação Financeira (87,5%) e em 2023 e 2024 na Preparação para o ENEM Matemática.
- Instabilidade funcional que pode afetar a continuidade e qualidade do ensino.
- Muitos professores atuando em diferentes períodos do dia, implicando desafios na gestão do tempo e do cansaço.
- Predominância de professores licenciados, embora haja casos de docentes autorizados a lecionar a título precário.



## Pontos para Reflexão:

- 1. Impactos na Prática Docente:** A implementação das disciplinas Eletivas no Novo Ensino Médio trouxe novos desafios para os professores, exigindo maior flexibilidade e adaptação. Essas mudanças incluem a necessidade de inovar nas práticas pedagógicas e lidar com uma carga de trabalho ampliada.
- 2. Estrutura Curricular e Formação Continuada:** A nova estrutura curricular impacta diretamente a prática docente, demandando uma formação contínua e adequada para os professores.
- 3. Precarização do Trabalho Docente:** A pesquisa revelou que muitos professores estão em contratos temporários e enfrentam condições de trabalho desafiadoras. A alta rotatividade e a falta de valorização do trabalho docente comprometem a continuidade e a qualidade do ensino.
- 4. Desigualdade Educacional:** A dualidade entre escolas públicas e privadas é exacerbada pela autonomia curricular das instituições privadas, contribuindo para a desigualdade educacional. A reforma mantém características de subserviência do Estado brasileiro aos interesses políticos e econômicos internacionais, promovendo um modelo neoliberal que pode não atender às reais necessidades educacionais do país.
- 5. Formação Integral dos Estudantes:** A pesquisa enfatiza a importância de um currículo que valorize todas as disciplinas e promova a formação integral dos estudantes, sem prejudicar sua formação crítica e cidadã.
- 6. Políticas Educacionais Inclusivas:** As conclusões apontam para a necessidade de revisar as políticas educacionais e práticas de implementação das disciplinas Eletivas, buscando um equilíbrio que atenda às necessidades de alunos e educadores e promovendo um ensino médio inclusivo e democrático.



*Esperamos que este boletim informativo seja uma ferramenta útil para todos os educadores interessados em refletir sobre o contexto do Novo Ensino Médio.*

*Refleta! Debata! Transforme!*

### CONCLUSÃO:

Para garantir a qualidade e a eficácia da etapa do Ensino Médio o "Novo Ensino Médio" precisa ser amplamente modificado, é essencial investir na melhoria das condições de trabalho dos docentes e na infraestrutura das escolas. Além disso, promover uma formação continuada adequada para os professores e valorizar a carreira docente são passos fundamentais para superar os desafios identificados. A implementação das disciplinas Eletivas deve ser monitorada e ajustada constantemente para assegurar que alcancem seus objetivos educacionais, evitando a perpetuação de desigualdades e a precarização do trabalho docente.



## REFERÊNCIAS:

CIAVATTA, M. (2005). A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, 3(3). <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 01 out. 2023.

CURY, C. R. J. (1998). O Ensino Médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educ. Rev.**, (27), 73-84. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46981998000100008&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981998000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 out. 2023.

FAGIANI, Cílon César. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?** Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

FERRETI, C. J. (2018). A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, 32(93), 25-42. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>; Acesso em: 01 out. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. **O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set/dez, 2004.

PIMENTEL, Adelita Pfeifer. **Disciplinas Eletivas na implementação do Novo Ensino Médio em Minas Gerais e seus impactos no Trabalho Docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba- UNIUBE, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br>

PREVITALI, Fabiane Santana & FAGIANI, Cílon César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 216 - 236.

RAMOS, M. N. (2001). **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** (3ª ed.). São Paulo: Cortez. Disponível em: [https://www.academia.edu/39152799/A\\_pedagogia\\_das\\_competencias\\_autonomia\\_ou\\_adapta%C3%A7%C3%A3o?auto=download&email\\_work\\_card=download-paper](https://www.academia.edu/39152799/A_pedagogia_das_competencias_autonomia_ou_adapta%C3%A7%C3%A3o?auto=download&email_work_card=download-paper). Acesso em: 15 dez. 2023.

RAMOS, M., & PARANHOS, M. (2022). Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Revista Retratos da Escola**, 16(34), 71-88. <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v16i34.1488>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 2003. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/eps-5063>. Acesso em: 20 mai.2024

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

## DEBATES

Agosto de 2024- Uberlândia, MG, Brasil

### Elaboração:

Adelita Pfeifer Pimentel

Cílson César Fagiani



UNIVERSIDADE DE UBERABA  
CAMPUS UBERLÂNDIA

O boletim informativo Debates é um produto educacional originado da dissertação de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade de Uberaba, campus Uberlândia. A dissertação, intitulada *Disciplinas Eletivas na implementação do Novo Ensino Médio em Minas Gerais e seus impactos no Trabalho Docente* foi desenvolvida por Adelita Pfeifer Pimentel e orientada pelo professor Dr. Cílson César Fagiani.

As imagens utilizadas foram geradas por IA e compiladas da internet no site FREEPIK.

<https://br.freepik.com>